

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALANA ROBERTA ASSUGENI COLARES

**AS MULHERES E A QUÁDRUPLA JORNADA: VIVÊNCIAS
CONCOMITANTES ENTRE TRABALHO, ESTUDO, LAR E MATERNIDADE**

MARINGÁ/PR
2020

ALANA ROBERTA ASSUGENI COLARES

**AS MULHERES E A QUÁDRUPLA JORNADA: VIVÊNCIAS
CONCOMITANTES ENTRE TRABALHO, ESTUDO, LAR E MATERNIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Elias da Silva.

Maringá/PR
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C683m

Colares, Alana Roberta Assugeni

As mulheres e a quádrupla jornada : vivências concomitantes entre trabalho, estudo, lar e maternidade. / Alana Roberta Assugeni Colares. -- Maringá, PR, 2020.
154 f.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Elias da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.

1. Mulheres - Atividade profissional. 2. Mulher - Trabalho - Maternidade. 3. Maternidade - Aspectos sociais . I. da Silva, Guilherme Elias, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 150

ALANA ROBERTA ASSUGENI COLARES

**AS MULHERES E A QUÁDRUPLA JORNADA: VIVÊNCIAS
CONCOMITANTES ENTRE TRABALHO, ESTUDO, LAR E MATERNIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Guilherme Elias da Silva
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Marcos Paulo Shiozaki
Faculdade Cidade Verde - UniFCV



Prof. Dra. Daniele Almeida Duarte
DPI/Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aprovada em: 26 de junho de 2020.
Defesa realizada por vídeo conferência.

Às mulheres, trabalhadoras, pesquisadoras e
mães.

À minha alegria, minha filha Letícia
Assugeni Colares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres que lutaram pelos direitos femininos antes mesmo do meu nascimento! Às minhas ancestrais, que foram resistentes mesmo sem saber onde queriam chegar. À minha sábia avó paterna, **Nair Menegati Assugeni**, que, com seu modo simples e sereno, marcou muito o meu viver. À minha avó materna, **Amélia Peres Gomes Ribeiro**, que não tive o prazer de conhecer e conviver, mas cujas histórias contribuíram para minha formação.

À minha mãe, que desde muito cedo foi exemplo de superação das perdas da vida e da busca por vencer dificuldades, sejam elas quais forem; força é o que me remete a ela.

A meu pai, muito intenso e afetuoso, que passou por minha vida por 9 anos e 9 meses, como me ensinou; tinha sensibilidade para me compreender. Lembro do olhar dele de admiração a cada fazer meu, mesmo nas tarefas mais simples, como aprender a andar de bicicleta sem rodinhas. Nas apresentações de dança do colégio, os olhos dele e suas atitudes me faziam me sentir importante e amada. Ecoa em mim um dizer: “Filha, você será o que quiser!”.

À minha irmã Amanda, amada por todes, é força e afeto tudo junto e misturado; é liderança e determinação. Ela é a caçula, mas, às vezes, parece que é minha irmã mais velha. Quando necessário, me faz refletir, puxa as minhas orelhas e me encoraja.

Às minhas maravilhosas tias maternas e paternas, exemplos de luta e resistência, mulheres fortes. Cada uma com suas vivências me inspira e enche de orgulho. Elas têm história de mulheres independentes, que viveram alguns momentos de repressão e de violência, hoje superados.

Aos meus primos e primas maravilhosos. Tenho primos que considero como tios, pois minha avó materna se foi muito cedo, e a irmã mais velha de minha mãe, minha **tia Edith**, foi a avó que elegi; conseqüentemente, seus filhos se transformaram em meus tios, muito afetuosos, que aceitaram ser promovidos a essa posição.

Aos professores afetuosos que compartilharam seu saber, carinho, atenção e empatia. Àqueles professores empoderados e militantes, que me transmitiram ótimas reflexões, saberes e vivências.

Aos professores marcantes do ensino fundamental, do ensino médio, da graduação, da especialização e do mestrado, em especial ao meu orientador, **Prof. Dr. Guilherme Elias da Silva**, que, mesmo sem ser pai, foi extremamente empático,

acolhedor, compreensível e solícito. Olha que não fui uma orientanda fácil: passei por inúmeras transformações hormonais, uma gestação, puerpério, amamentação prolongada, mãe de primeira viagem. Gratidão será meu eterno sentimento.

Aos professores **Dr. Marcos Paulo Shiozaki** e **Dra. Daniele de Almeida Duarte**, por aceitarem compor a banca examinadora e ofertarem contribuições valiosíssimas.

À queridíssima **Wal**, que foi mais que secretária do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Soube acolher meu momento mãe de primeira viagem, sempre simpática, disposta e sorridente.

Aproveito para agradecer ao grupo de estudos, em especial às colegas **Priscila Bulla, Priscila Ferreira, Tamara, Kely** e **Marilucia**. Vivemos momentos de muitas trocas, aprendizados, reflexões, risadas. As segundas-feiras sempre foram renovadoras e me faziam me sentir mais próxima da academia e visualizar que era possível driblar as adversidades e concluir o mestrado.

Àqueles que não somente ajudaram com o conteúdo da dissertação, mas também me fortaleceram, foram um apoio emocional: amigos potentes, politizados, que semeiam esperanças em sociedades mais desconstruídas, empáticas, diversas, acolhedoras. Obrigada por me incentivarem, acreditarem em mim, serem rede apoio e compartilharem materiais e indicações de leituras. Sem vocês para abraçar, rir, conversar, tudo seria muito sem cor e sem graça.

Aos colegas e amigos de trabalho que foram incentivos para resistir a movimentos de estagnação. Espaços coletivos de trocas, como o Núcleo de Educação Permanente e Humanização (NEPH) regional da Alta-sorocabana, do Departamento Regional de Saúde de Presidente Prudente (DRS XI), foram combustível para ingresso na pós-graduação.

A cada dificuldade visualizada na atenção primária de saúde do SUS, que foi uma grande vivência profissional e pessoal e me empurrou até aqui. Agradeço aos usuários, que proporcionaram inúmeras reflexões sobre o meu fazer e o meu sentir e ocasionaram enfrentamentos e mudanças.

À experiência de lecionar na graduação de uma instituição privada, que me proporcionou muito aprendizado, reflexões e escolhas e instigou novas buscas. Gratidão aos estudantes que regaram a plantinha, fizeram aumentar meu desejo de seguir por esse caminho e me proporcionaram reflexões, como “o que podemos fazer para transformar?” e “qual o meu papel enquanto professora universitária?”.

À minha principal rede de apoio no cuidado da minha filha Letícia: **os colaboradores da Emei (Escola Municipal de Educação Infantil) Professora Neusa Maria Freire Orlandeli**. Graças ao trabalho desenvolvido pela equipe, eu pude retornar aos trabalhos e estudos. A **Dulce**, responsável pela cozinha do berçário I, foi fundamental para eu conseguir amamentar exclusivamente com leite materno até os 12 meses; ela descongelava meu leite em banho-maria e colocava na mamadeira. Todas as professoras e cuidadoras do berçário I tiveram a maior paciência para ensinar minha filha a mamar na mamadeira, sendo muito zelosas, carinhosas e acolhedoras. Agradeço também à equipe do berçário II, à equipe que limpa e organiza todo o ambiente, deixando-o mais agradável e acolhedor, à equipe da cozinha, à psicopedagoga, à equipe da secretaria, à coordenação e à diretora. Não há dúvidas de que, sem o respaldo e o trabalho desenvolvido por vocês, eu não chegaria até aqui.

Ao meu amor, amigo, companheiro, **Lechan Colares**, que me incentivou a continuar meus estudos – algo que fazia parte dos nossos planos, mas, com o passar dos anos, eu fui deixando de lado. Ele acreditou em mim até mesmo quando eu não acreditei. Houve momentos em que nos desentendemos: eu tenho mais afinidade com o método qualitativo, e ele, com o método quantitativo; ele recebe forte influência do positivismo, e eu sou mais impulsionada pelo pós-estruturalismo. Depois das aulas de Contribuições do movimento construcionista social para a pesquisa em saúde, do querido professor **Dr. Murilo Moscheta**, busco estar sempre desconstruindo para ser uma profissional, pesquisadora e pessoa pós-moderna. Transformamo-nos em pais durante o processo de pós-graduação; ele cursando o doutorado, e eu cursando o mestrado. Foi um grande desafio que nos proporcionou muitas desconstruções de papéis sociais, reflexões sobre imposições sociais, mudanças de hábitos, reorganização de tarefas domésticas e compartilhamento de responsabilidades. Mas seguimos lutando e enfrentando diferenças que ainda imperam nos relacionamentos.

Ao amor mais forte que já conheci e vivencio, o amor materno, que me fez buscar forças onde nem imaginava que existiam. Agradeço à minha filha **Letícia Assugeni Colares**, que sentiu minha ausência, meu estresse, meu cansaço, mas sempre me retribuiu com beijos, abraços, carinho e, mais recentemente, desenhos. Concluir o mestrado foi uma luta que travei pensando em um futuro mais equânime, em transformações sociais para criar sociedades com menos desigualdades de gênero, classe e raça. Em uma perspectiva mais singularizada, pensei em melhores colocações no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em uma melhor qualidade de vida e possibilidades de

conhecimentos e aprendizagens, pois hoje todos os planos envolvem você, minha Alegria, e as escolhas são pautadas no que será melhor para você e o seu futuro.

Às mulheres que foram mães durante a pós-graduação *stricto sensu*, conciliaram a vivência de trabalho, estudo, lar e maternidade e se disponibilizaram a contribuir com a minha pesquisa. Escutar vocês, reverberou muitas transformações em meu viver.

PRÓLOGO

Início minha dissertação compartilhando um pouco sobre minha trajetória pessoal e a relação com esse trabalho.

Na maior parte do desenvolvimento desta pesquisa eu estive trabalhando como psicóloga da Atenção Primária do SUS, professora, pesquisadora, também fui mãe, filha, irmã, esposa, sobrinha, amiga, entre outras tantas denominações. Mas, sem dúvida de todos os meus papéis, o que mais tem me mobilizado e despertado inúmeros sentimentos é a maternidade. Vou ser sincera: como desperta sentimentos e emoções! No mesmo dia é possível sentir a alegria de ver um pedacinho seu, ou melhor, a sua continuação, crescendo, aprendendo, se desenvolvendo, e depois sentir-se preocupada, porque, de repente, sua alegria está com febre alta e nenhum outro sintoma além dela para levantar uma hipótese diagnóstica.

Voltando a refletir sobre meu passado, lembro que tinha um problema físico, hormonal. Por isso, quando pensava na maternidade, acreditava que seria mãe de outra forma: mãe de coração, ou melhor, aquela que não gera, mas ama seu filho. Entretanto, a ideia de entrar na lista de adoção nem passava pela cabeça do meu companheiro, mas eu tinha esperança de que, com o tempo, ele aceitaria a ideia.

Por dificuldades encontradas no ambiente de trabalho como colaboradora do Sistema Único de Saúde (SUS) de um pequeno município no interior de São Paulo, somadas aos momentos de reflexão do Núcleo de Educação Permanente e Humanização (NEPH) (no qual eu era representante dos trabalhadores de meu território de atuação) e ao incentivo do meu companheiro, resgatei um desejo que estava guardado: comecei a cursar disciplinas no Programa de Pós-graduação em Psicologia *stricto sensu* como aluna especial. Sentia-me tão bem lá, recarregava minhas energias e criava um mundo de planos em meus pensamentos.

2016 foi ano de muitas conquistas. Participei de um processo seletivo para aluna regular sem muita expectativa; fiz para conhecer a seleção do programa e, para minha surpresa, fui aprovada! Que alegria! No mesmo mês, engravidei; pelas minhas contas, foram dias de diferença entre a data da prova e o momento em que uma sementinha foi transformada em meu ventre. Também fomos para um intercâmbio em Toronto, no Canadá, para estudar inglês.

Quando voltamos ao Brasil, maravilhados com tudo o que estava acontecendo, eu sabia que, em 2017, teria muitos desafios pela frente! Tornar-me mãe e aluna regular do

mestrado em Psicologia. Nesse momento, só cultivava pensamentos positivos; pensava que daria conta, mas não sabia realmente como era a maternidade.

Minha Alegria = Letícia, minha filha, nasceu quando eu estava de férias do primeiro semestre do mestrado. Eu achei que em agosto estaria de licença maternidade do meu trabalho e conseguiria cursar disciplinas. Fiz a matrícula, fui a uma aula, e foi muito estranho. Minha filha tinha pouco mais de um mês e queria mamar; e eu me culpei por colocá-la em uma sala de aula repleta de pessoas, sem que ela tivesse tomado algumas vacinas. Não me senti acolhida naquele lugar, onde parecia que eu era uma intrusa. Meu marido foi comigo até a universidade, mas não conseguiu ficar com ela mais do que quinze minutos; logo enviou mensagem dizendo que não tinha como ele ficar com ela, afinal ela queria mamar.

Como tudo era muito novo para nós dois, ele não se sentia seguro em trocá-la em banheiro que não tivesse um trocador/um apoio para deitar a criança. E com o pouco que andei com ela pelos corredores, sentia que aquele lugar não era preparado para receber um ser tão inocente e dependente da sua mãe. Senti-me egoísta e até hoje me sinto em muitos momentos, como se estivesse pensando somente em meu desejo, em realizar um sonho, em me desenvolver profissionalmente; em momento algum perguntei se era isso que ela, minha filha, desejava. Sei que, no momento em que fomos assistir a uma aula sobre afetos, ela, com pouco mais de um mês, queria colo, aconchego, leite; afinal era o único alimento de que ela desfrutava. Não consegui me concentrar na aula, amamentei e coloquei minha filha em posição de arrotar. Ela, tão serena, quase nem fez barulho, não apresentou choro, mas eu senti um aperto no peito. Juntei nossas bagagens e o bebê-conforto e saí da sala, mesmo com algo dizendo para mim que eu precisava ser forte e vencer aquela situação, que um dia minha filha talvez pudesse sentir orgulho de mim. Eu pensava que poderia ser um exemplo de determinação para ela e para outras mães, mas, na primeira tentativa, eu não resisti! A maternidade falou mais alto, e eu sabia que ali não era o melhor lugar para ela.

Após deixar a sala, pensei: não, eu não vou dar conta de anotar o que é falado em sala de aula, participar, refletir, amamentar, colocar em posição de arrotar. Então, fui ao banheiro da universidade e improvisei um trocador sobre a pia, e partimos para a secretaria. Meu marido ficou com nossa filha enquanto eu fui conversar com a secretária do programa, que me orientou como deveria agir para me afastar. Entrei em contato com o meu orientador, sempre muito empático e acolhedor, que entendeu meu momento, mesmo ainda não sendo pai.

Com relação ao meu trabalho, tive 180 dias de licença maternidade, mais 30 de férias. Fiquei muito com minha bebê. Desliguei-me do mundo, dei muito colo, muito “mamá”, muito banho, fiz shantala e ficava feliz com cada nova descoberta dela; foi maravilhoso. Pensei em lagar tudo e viver aquele momento, mas eu não tinha condições financeiras para tal. Tínhamos gastado toda nossa reserva econômica e o dinheiro do meu carro com o parto da minha filha, que não foi como eu almejava (normal), mas correu tudo bem.

Quando foi se aproximando a data do retorno ao trabalho, eu sofria e ficava pensando que a licença maternidade deveria ser maior, pois agora que ela estava iniciando a introdução alimentar e ainda não sabia mamar na mamadeira. Como eu poderia deixá-la sem que ela soubesse comer? Iniciei a introdução alimentar de minha filha, mas quem fez o cotidiano foram as colaboradoras da creche-escola, ou melhor, a EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil) Professora Neusa Maria Freire Orlandeli, instituição à qual tenho muito a agradecer por todo apoio e cuidado com minha filha. Eu sempre me culpo por terceirizar esse cuidado!

Fazer minha filha frequentar a creche-escola não foi fácil; chorávamos (eu e ela) com nossa separação. Ela demorou para aprender a mamar na mamadeira, e eu, no trabalho, ficava com o pensamento nela: será que comeu? Será que está com fome? Será que está bem? Contava as horas para ir embora e pegá-la na escola. Que sofrimento até ela pegar a mamadeira, mas conseguimos. Eu retirava leite no meu horário de almoço, congelava e enviava para a escola servir diariamente uma mamadeira de leite materno. Ela aprendeu a mamar na mamadeira, a comer frutas, papinha, entre outras coisas que as colaboradoras da creche-escola nos auxiliaram.

Fui conciliando a maternagem e os trabalhos (quero dizer, a minha atuação na atenção primária de saúde do SUS e os cuidados domésticos: colocar as roupas para lavar, cuidar da casa e da comida, esterilizar os recipientes em que reservava o leite materno, a mamadeira etc.). Tinha um anjo que passava nossas roupas semanalmente e uma diarista que muito nos ajudou. No momento, não podíamos contratar uma faxineira; então, seguimos assim.

Em meio a esse emaranhado de sentimentos, pensei alto em uma conversa com o meu orientador: quando for cursar o doutorado, irei estudar as mulheres e suas diversas funções. Então ele, sempre sensível, questionou: por que não agora? Então, decidimos mudar o objeto de estudo; já era junho de 2018.

O inverno chegou, e minha filha apresentou um problema de saúde sério para uma criança com seu tempo de vida: bronquiolite. Sua respiração era cansada, e seu peito apresentava um chiado que muito me assustava. Eu sabia que o contato com outras crianças poderia ocasionar adoecimento em minha filha, mas eu não podia imaginar o quanto eu me cobraria por expor minha filha a tantos riscos, sendo que, quando estava em casa, sob os meus cuidados, ela não adoeceu. Tive que me ausentar do trabalho por uma semana, pois ela quase não ingeria sólidos e queria muito “tetê”, mamar o leite materno. Vencemos a bronquiolite, e vieram outros adoecimentos, que eu passei a aceitar com mais naturalidade, pois não era só minha filha que adoecia. E, se não fosse agora, seria quando entrasse na escola.

Em agosto de 2018, uma nova oportunidade de trabalho surgiu, e eu a abracei: lecionar em uma faculdade. Isso alimentou o meu desejo de seguir na carreira acadêmica. Então, tive que conciliar os trabalhos no SUS e na faculdade (que envolvia estudo, preparação de aulas, preenchimento de sistema operacional), o trabalho doméstico, a maternagem e o estudo para o mestrado. Mas é claro que eu não sou uma super-heroína e que não consegui conciliar tudo. Como sou servidora pública municipal, recorri ao recurso de afastamento sem remuneração. Solicitei, fui atendida e, desde novembro de 2018, não trabalho mais na atenção primária à saúde. Mesmo assim, minha filha continuou frequentando a creche-escola em tempo integral (matutino/vespertino), pois eu tinha de preparar aulas, estudar e desenvolver as atividades do cuidado com a casa.

Eu tinha aula no período noturno três vezes na semana, e uma noite a cada 15 dias era dedicada ao grupo de estudos do mestrado. Então, restavam três noites para desfrutar com minha filha mais o final de semana, que também vinham junto outras atividades. Eu temia que minha filha desmamasse, pois esse momento é tão nosso, tão maravilhoso, tão indescritível. O olhar dela era revigorante e me faz sentir que venceríamos a todas as dificuldades! O processo de amamentação foi até os dois anos e seis meses; um ano de idade, ela tomava exclusivamente leite materno; mesmo na minha ausência, tinha um estoque de leite congelado. Depois, conseguimos fazer com quem ela aceitasse o leite artificial, e na minha ausência, ela mamava uma fórmula.

Sempre me questiono se sou a mãe que gostaria de ser. E, se estivesse no lugar da minha filha, será que eu gostaria da mãe que sou? Também cultivo o sentimento de culpa por estar em casa, mesmo trabalhando, e mandar minha filha para a escola. Em algumas manhãs, esse sentimento se agrava. Quando eu vou deixá-la na escola e ela chora e se agarra no meu corpo, eu tento me segurar, mas acabo falando para as cuidadoras que

recepcionam as crianças: “Deixem, vou voltar com ela. Não aguento essa situação”. E sempre chamam uma cuidadora com quem a minha filha tem maior afinidade até ela aceitar entrar. Eu sigo para casa em lágrimas e de coração partido e desabafo com meu marido. Ele, sempre mais razão do que emoção, enfatiza o porquê de tudo isso. Reflito e acabo repetindo mentalmente, como se fosse um mantra: a separação é necessária; ela precisa se constituir enquanto sujeito.

Em novembro de 2018, perdi meu HD (disco rígido) do *notebook* com minhas pesquisas, leituras, fichamentos. Não sabia utilizar muito as nuvens, e o único dispositivo que tinha estava cheio. Sofri, chorei, me remoí pelo meu despreparo, pela ignorância digital. Disposta a recuperar os dados, arrumei ajuda financeira para tal, mas, após um diagnóstico, fui informada de que poderia não recuperar os arquivos. Antes mesmo dessa resposta, já havia me empenhado em pesquisar os artigos e demais materiais que havia baixado e lido. Recomecei as leituras, os fichamentos, a escrita.

Desejei que o semestre letivo se encerrasse, junto com suas demandas estressantes – provas, notas, sistema para alimentar –, para que eu pudesse ter maior dedicação à minha dissertação. Eu sabia que tinha prazos a cumprir e já havia extrapolado o tempo. Também imaginava que teria mais tempo com minha filha, e realmente tive. Talvez tenham sido as melhores férias de minha vida até o momento.

Letícia, que estava falando pouco, ampliou seu vocabulário, fez arte e parecia (não sei se é impressão minha) uma criança mais alegre. Teve muito colo, muito “tetê”, muita risada e muito esconde-esconde; realizamos muitas refeições juntas, dormimos abraçadinhas, tiramos fotos, brincamos com os cachorros, cantamos e nos desentendemos. Eu senti que estava desenvolvendo o meu papel da mãe, que não estava terceirizando o cuidado; e a realização materna foi total. Porém, com ela em casa, fica muito difícil produzir. Ela quer minha atenção, e eu não resisto. Fazia planos de estudar sempre que ela dormia e, sem querer, ou talvez cansada, eu dormia e acordava mal por isso. Dizia para mim mesma: “É preciso disciplina, mamãe!”.

Mesmo tendo férias inesquecíveis junto da minha filha, minha consciência me cobrava pela negligência com os estudos da pós-graduação. Meu marido viajou, e ficamos nós (eu e Letícia) e os demais integrantes da família (os cães). Sem ter alguém para compartilhar responsabilidades, recorri à minha mãe, uma senhora aposentada, muito ativa e engajada em diversas instituições – igreja, centro de convivência da terceira idade, associação dos professores aposentados. Além disso, ela ajuda minha irmã no cuidado de duas crianças. Minha irmã tem um trabalho na iniciativa privada que oferta folga apenas

uma vez por semana, e seu companheiro trabalha em outro estado. Sendo assim, compreendo que a minha mãe precise dar maior assistência à minha irmã e os filhos dela.

A creche-escola voltou a funcionar na terceira semana de janeiro, mas o discurso da instituição era: vamos acolher as crianças cujos pais estejam trabalhando e não tenham outro cuidador. Por sorte, uma tia minha trabalhava na escola e falou sobre meu estudo. Então, aceitaram a Letícia na escola, mesmo eu e meu marido estando de férias.

Meu marido também é aluno de pós-graduação *stricto-senso*. Ele cursa doutorado em Administração e é professor universitário. Também tem sua rotina de estudos, preparação de aulas, orientação de alunos. Tem sido um grande parceiro e muito me encorajado. Talvez, se não fosse a força e o incentivo dele e de meu orientador, eu já teria desistido!

Segui na luta para a conclusão do meu mestrado e não tinha dúvidas de que a escolha do objeto de pesquisa estava toda implicada nas situações que vivenciei. Desejo um futuro melhor para minha filha; que ela seja uma guerreira enfrentando as grandes diferenças culturais que as sociedades impõem às mulheres. Também almejo que as reflexões levantadas possam repercutir em possibilidades de transformação social, cultural e biopolítica, mesmo que em pequenas proporções, como o questionamento das divisões das atividades domésticas, do espaço que a academia oferta para mulheres-mães e das desigualdades de gênero no mundo do trabalho.

Após a qualificação, algumas vivências pessoais e de construção da maternidade, como os processos de desmame e desfralde, exigiram novas ressignificações da relação mãe e filha. Estamos aprendendo a não usar a amamentação como estratégia para acalmar. A linguagem verbal da Letícia está em constante desenvolvimento, assim como a aprendizagem de expressão dos seus sentimentos. Às vezes acontecem alguns rompantes de raiva ou choro que me deixam assustada, mas tento agir com sabedoria. Para algumas pessoas próximas, é má-criação, mas eu compreendo como sendo a fase que alguns autores descrevem como *terrible two* (terríveis dois anos). Seguimos conciliando a maternidade, os afazeres domésticos (trabalho não remunerado) e as construções da dissertação.

Faz seis meses que estou sem exercer um trabalho remunerado. Não consegui conciliar todas as jornadas, mas confesso que estou com saudades do trabalho onde sou minimamente reconhecida. O trabalho não remunerado no lar e a maternagem exigem muito, e não tenho me sentido completa. Talvez precise ressignificar a pós-graduação *stricto sensu* e entendê-la como um processo de trabalho não remunerado e até subversivo

no contexto capitalista. Nele escolho produzir reflexões sobre as vivências de mulheres silenciadas historicamente e vítimas de constantes violências, seja no ambiente familiar, no mundo do trabalho ou em campos institucionais de formação.

Em meio às prorrogações que solicitei e fui atendida, a retomada aos estudos e produção da escrita, ocorreu por meio de dois processos importantes: a psicoterapia e um pedido sincero de minha filha, que acredito que me sente em alguns momentos de corpo presente, mas emocionalmente envolvida com a dissertação e outras preocupações. Ela verbalizou: “Mãe não acaba esse trabalho?”, enquanto eu estava sentada em frente ao *notebook*, fazendo os horários mais loucos, em que ela acordava e dormia me vendo ler ou escrever. Ouvir isso dela configurou-se como uma solicitação para encerrar esse ciclo: “vamos viver tudo que há para viver, vamos nos permitir, não há tempo que volte, amor” (Santos, 1982).

O que me encoraja é saber que este trabalho tem potencial para transformações não só na comunidade científica, mas principalmente no âmbito social, relacionando-se à militância de mulheres que querem ter voz, vez e lugar, emancipar-se e construir sociedades mais equânimes para as próximas gerações. Lutamos por políticas públicas que ampliem a oportunidade de acesso de mulheres, mães, trabalhadoras, pesquisadoras a estudos, pesquisas e transformações de realidades.

Colares, A. R. A. (2020). *As mulheres e a quádrupla jornada: vivência concomitante entre trabalho, estudo, lar e maternidade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá].

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo compreender as vivências das mulheres trabalhadoras, estudantes ou já concluintes de pós-graduação *stricto sensu*, mães e que têm responsabilidades nas atividades domésticas. A base teórica incluiu a psicologia social crítica, a sociologia do trabalho, as teorias de gênero e as perspectivas feministas. Torna-se fundamental a interlocução com outras áreas e saberes para analisar a profundidade dos objetivos do presente trabalho e a multiplicidade e a complexidade das realidades e dos contextos histórico-sociais que envolvem as participantes deste processo dissertativo. Considerando o processo de fazer pesquisa como uma ação indissociável do compromisso ético-político, cabe enfatizar que todo conhecimento se sustenta em uma base epistemológica, uma concepção de mundo que não é, de maneira alguma, neutra; pelo contrário, é uma visão situada histórica e socialmente e produz implicações, conforme nos apresentam as leituras da psicologia social crítica. Esta pesquisa qualitativa incluiu entrevistas semiestruturadas e análise discursiva, com a perspectiva crítica de ampliar as problematizações e os processos reflexivos para dismantelar o que é naturalizado/instituído socialmente e que sobrecarrega as mulheres. O impacto dessas naturalizações pode ser ressignificado e, se possível, pode catalisar transformações nos registros públicos (organização social do trabalho e políticas [extorsivas] de produção de ciência e tecnologia) e privados (por exemplo, exigências polarizadas nas mulheres para suprir responsabilidades advindas do âmbito doméstico e da maternagem).

Palavras-chave: Mulheres. Maternidade. Trabalho.

Colares, A. R. A. (2020). *Women and the four-day journey: concomitant experience between work, study, home and motherhood*. [Master's Dissertation, State University of Maringá].

Abstract

This dissertation aims to understand the experiences of working women, students or graduates of post-graduate studies, mothers, who also exercise responsibilities in domestic activities. The theoretical basis was critical social psychology, and sociology of work, as well as gender theories and feminist perspectives. Interlocution with other areas and knowledge is essential to analyze the depth of the objectives of this work and the multiplicity and complexity of the realities and historical-social contexts that involve the participants in this dissertation process. Considering the process of doing research as an action inseparable from the ethical-political commitment, it is worth emphasizing that all knowledge is sustained on an epistemological basis, a conception of the world that is by no means neutral; on the contrary, it is a historically and socially situated view and has implications, as presented by the readings of critical social psychology. This qualitative research included semi-structured interviews and discursive analysis, with the critical perspective of expanding the problematizations and the reflective processes to dismantle what is naturalized / socially instituted and which burdens women. The impact of these naturalizations can be reframed and, if possible, can catalyze transformations in public (social organization of work and [extortion] policies for the production of science and technology) and private (for example, polarized demands on women to meet responsibilities arising from the domestic and maternity).

Keywords: Women. Maternity. Labor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE.....	23
2.1 Mulheres e as maternidades.....	31
3 AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO.....	44
3.1 Mulheres e a pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil	59
4 CAMINHO METODOLÓGICO	64
4.1 Arcabouço teórico que fundamentou a pesquisa	64
4.1.1 <i>Psicologia social crítica</i>	67
4.1.2 <i>Sociologia do trabalho</i>	71
4.1.3 <i>A ética da implicação, da responsabilidade: a ética como indissociável do fazer pesquisa e da práxis do cotidiano</i>	73
4.2 Classificação da pesquisa e abordagem adotada	76
4.2.1 <i>Pesquisa exploratória</i>.....	77
4.2.2 <i>Seleção das entrevistadas</i>	77
4.2.3 <i>As entrevistadas</i>.....	78
4.2.4 <i>Técnica de coleta de materiais empíricos</i>	82
4.3 Obejetivo geral	84
4.3.1 <i>Objetivos específicos</i>	82
5 ANÁLISE DOS DISCURSOS	86
5.1 Tópico de análise 1: compreender as mulheres na contemporaneidade, sua relação com o mundo do trabalho e a busca pelo estudo <i>stricto sensu</i>.....	86
5.1.1 <i>Sobre ser mulher na contemporaneidade</i>	94
5.1.2 <i>Sobre o corpo das mulheres</i>.....	100
5.1.3 <i>Mulheres e o mundo do trabalho</i>	104
5.2 Tópico de análise 2: o sentido do trabalho feminino na tentativa de romper com o padrão de divisão sexual do trabalho na contemporaneidade e nas construções de resistências	107
5.3 Tópico para análise 3: lutas femininas para conciliar as exigências impostas pelas demandas do trabalho, da produção acadêmica e das exigências familiares (domésticas e maternagem).....	111
5.3.1 <i>Sobre a quádrupla jornada</i>	111
5.3.2 <i>Sobre a produtividade acadêmica x maternidade</i>	121
5.3.3 <i>Sobre os feminismos</i>	128
6 SEGUINDO EM FRENTE: CAMINHOS DE POSSIBILIDADES	137
REFERÊNCIAS	141

APÊNDICE A	154
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisar mulheres trabalhadoras, pós-graduandas ou já pós-graduadas *stricto sensu*, mães e responsáveis pelas atividades domésticas – em sua quádrupla jornada – teve origem no momento da pesquisadora que lhes escreve; ela vivenciava conflitos que não eram exclusivos à sua pessoa, pois era atravessada pelos campos social, econômico, histórico, cultural, relacional, de gênero e de classe e questões étnico-raciais que designam lugares de opressão às mulheres. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi compreender as vivências de mulheres trabalhadoras, estudantes ou já concluintes de pós-graduação *stricto sensu*, mães e que exercem responsabilidades nas atividades domésticas.

As mulheres na contemporaneidade têm apresentado maior escolarização, se comparadas com algumas décadas atrás, e têm ocupado espaços plurais no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. Porém, a conquista do espaço público não as desresponsabilizou do espaço privado, pois as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado dos filhos, gerando assim um desafio no que diz respeito à conciliação de inúmeras jornadas e ao desenvolvimento de estratégias para conseguir executá-las (Vieira & Amaral, 2013).

A busca por uma atuação no mercado de trabalho pode significar uma possibilidade de emancipação, autonomia; porém, tal procura geralmente ocasiona um desgaste físico e emocional para a mulher, por não ter sido dispensada de sua responsabilidade com o trabalho doméstico, somando, assim, mais uma jornada de atuação (Girão, 2001; Spindola & Santos, 2003; Fabbro, 2006; Vieira & Amaral, 2013).

É possível perceber um sentimento de ambivalência feminina quanto à escolha profissional ou à escolha pelo cuidado familiar e pelas responsabilidades domésticas. Quando a escolha da mulher é atuar no mercado de trabalho, parece ser comum a presença do sentimento de culpa por não se dedicar exclusivamente ao cuidado da família e às atividades domésticas. Mas, por outro lado, se ela opta por ser exclusivamente mãe e cuidadora do lar e da família, parece não existir um reconhecimento produtivo; há uma incompletude (Girão, 2001; Spindola & Santos, 2003; Fabbro, 2006; Vieira & Amaral, 2013).

A construção deste percurso dissertativo se iniciou com algumas reflexões sobre as mulheres na contemporaneidade e, conseqüentemente, com algumas construções sobre as mulheres e as maternidades. A maternidade foi compreendida como uma construção

social, e o materno, como um trabalho do cuidado. Foram expressas amarrações sobre as mulheres e o mundo do trabalho, resultando em uma análise crítica. A fundamentação teórica incluiu a psicologia social crítica, a sociologia do trabalho, teorias de gênero e a significativa contribuição da literatura genealógica de Michel Foucault.

No que se refere à etapa de estudo de campo, foram realizadas sete entrevistas com mulheres que vivenciam ou já vivenciaram a quádrupla jornada. As entrevistas foram subsidiadas por um roteiro semiestruturado, gravadas, transcritas e analisadas dentro da metodologia de análise do discurso.

As análises foram baseadas em uma série de fontes: testemunhos colhidos de trabalhadoras e estudantes e ou concluintes de pós-graduação *stricto sensu*; análises sociológicas sobre o trabalho e a vida na contemporaneidade; estudos sobre gênero e a relação com o mundo do trabalho; a introspecção pessoal e as discussões suscitadas durante os encontros do grupo de estudos em Psicologia e Trabalho; além de alguns intercâmbios científicos proporcionados pela participação em eventos, onde foi possível apresentar parte deste estudo.

Este trabalho teve pretensão de suscitar reflexões e se possível catalisar transformações nos cotidianos das mulheres. Além disso, a partir do objetivo do presente trabalho, espera-se fomentar resistências àquilo que é naturalizado socialmente, na tentativa de desconstruir produções sociais que sobrecarregam as mulheres.

Considerando que a autora está inteiramente imbricada neste trabalho e acredita na pesquisa como um processo político, que não se reduz à expressão de um posicionamento individual, mas também tem potencial de agir, haverá momentos nesta escrita que a linguagem se apresentará ora em primeira pessoa, ora em terceira pessoa, por configurar-se um contínuo diálogo entre vários interlocutores.

2 MULHERES NA CONTEMPORANEIDADE

“Dizem que a mulher é o sexo frágil
Mas que mentira absurda!
Eu que faço parte da rotina de uma delas
Sei que a força está com elas”
(Carlos, 1981)

Este capítulo apresentará reflexões, discussões e construções sobre as mulheres na contemporaneidade. Para tanto, enveredou-se por um percurso teórico que traz à tona estudos de gênero e, conseqüentemente, inunda-nos em reflexões sobre poder (estrutura cultural patriarcal) e sobre as mulheres enquanto um corpo-político-coletivo em constante mutação.

Há tantas construções sobre as mulheres. Quase todas as descrições as apresentam como diferentes do que é ser homem. Há concepções mais biológicas acerca da definição das mulheres; há concepções que valorizam o contexto social e cultural; há uma forte relação da figura das mulheres com a maternidade; há músicas que denominam as mulheres como o sexo frágil; há mulheres descritas como dóceis, meigas, com certa fragilidade e, ao mesmo tempo, polivalentes, cuja atenção é dividida entre cuidar dos filhos, realizar as atividades domésticas, trabalhar em campos institucionais extradomiciliares e, muitas vezes, ainda estudar.

Há momentos em que é interessante (dentro do ordenamento social patriarcal e capitalista) as mulheres serem concebidas como delicadas; em outros, é interessante que elas sejam concebidas como guerreiras que lutam pela família e pelo trabalho fora do ambiente familiar. Saffioti (2015, 2013) coloca a estratégia de docilizar as mulheres como uma ideologia sexista, que evidencia a estrutura de poder em detrimento do feminino.

Para Beauvoir (2016), ser mulher é uma categoria que existe na sociedade assim como ser homem, mas não é como se existissem duas categorias diferentes – mulher e homem –; na verdade, seria ser homem e não ser homem. Sendo assim, ser mulher é ser um não homem. Até mesmo na língua portuguesa, quando falamos “os homens”, muitas vezes também estamos envolvendo as mulheres, como referência a seres humanos. Se observarmos, o contrário não ocorre. Não é comum falar em mulher para referir-se a seres humanos. Quando se fala em mulheres, está implícito uma singularidade da espécie humana. E por que o homem não constitui uma singularidade da espécie humana?

Nos contextos históricos das mulheres, percebemos que elas sempre foram apresentadas conforme a percepção dos homens, pois não era permitido às mulheres a escrita, a publicação, entre tantas outras ações. Historicamente, o homem branco, cisgênero e heteronormativo é tido como indivíduo universal, que transcende as questões socioculturais, e, como tal, sente-se no direito de falar sobre tudo como se fosse o indivíduo que detêm a razão.

Realizando conexões com as obras das autoras Colling (2004), Ribeiro (2017) e Gonzales (1984), podemos refletir que as mulheres foram narradas do ponto de vista masculino, pois o homem possui o privilégio social e, conseqüentemente, o privilégio epistêmico, salientando relações de poder. Como essa posição reverbera na interpretação sobre os fenômenos, podemos colocar que a história das mulheres se desenvolveu periféricamente, invisibilizando múltiplas identidades¹ e subjetividades femininas. Assim, o discurso masculino, branco, cisgênero e heteronormativo evidencia relações de poder em que o masculino configura-se como superior ao feminino e gera um universalismo que hierarquiza e naturaliza as diferenças entre os sexos, exaltando o privilégio do modelo masculino.

Se refletirmos sobre as brincadeiras infantis que ocorrem na contemporaneidade, observaremos que, desde muito cedo, atribuímos aos meninos carros, super-heróis, bolas, *videogames*, às vezes até armas, luvas de boxe, entre outros; enquanto as meninas são presenteadas com bonecas – e aprendem a ninar, a trocar fralda e a empurrar o carrinho de bebê –, carrinho de supermercado/feira, panelinhas, fogão, geladeira, vassourinhas e vários utensílios domésticos em miniatura. De maneira velada, estamos reproduzindo modelos em que o cuidado do bebê e da casa cabe às mulheres. E, se um menino se interessar por bonecas ou carrinho de bebê, mesmo que ele ainda não tenha construído as diferenciações impostas culturalmente, ele será rotulado, da mesma forma que a menina que brinca de bola ou de carrinhos é considerada diferente. Assim, as condições de dominação masculina são muito sutis e, com frequência, são disseminadas sem que sejam reconsideradas.

Parece-nos necessário apresentar o que entendemos por dominação:

¹ As identidades são compreendidas, neste processo dissertativo, como sistemas de imagens, representações e signos que compõem o pensamento da lógica discursiva da identidade social dominante, conforme apresenta Rago (2013).

uma relação entre pessoas, entre grupos, ou entre pessoas e grupos, através da qual uma das partes expropria, rouba, apodera-se do poder (capacidade) de outros. Por extensão, dominação é uma relação onde alguém, a pretexto de o outro possuir determinadas qualidades ou características (como o fato de ser mulher, de fazer parte de determinada etnia ou raça, de ser jovem etc.), apropria-se de seus poderes (capacidades) e passa a tratá-lo de maneira desigual. Dominação, portanto, é uma relação assimétrica, desigual, injusta, se quiser (Guareschi, 2015, p. 73).

Existem diversas formas de dominação: econômica, política, cultural, institucional, patriarcal, entre outras, sendo que a dominação patriarcal está diretamente relacionada com este estudo. Por patriarcalismo, entende-se que há relações assimétricas pautadas no gênero, em que homens, ou mulheres, passam a dominar ou explorar os(as) parceiros(as), conforme nos apresenta Guareschi (2015).

Alguns autores que estudam gênero definem esse conceito como construções da sexualidade, como um reflexo de seu meio cultural, o que contribui para a constituição da aparência. As sociedades constroem identidades sociais e sexuais, como as construções sociais das profissões, que apresentam predominância feminina ou masculina. No Brasil, por exemplo, é comum mulheres cursarem serviço social, talvez como consequência da educação ocidental, em que a mulheres devem servir, acolher e assistir. Também, como coloca Vieira (2005), a profissão de professor infantil é quase que exclusivamente feminina no Brasil, porque as construções sociais e sexuais reforçam as relações afetivas, familiares, educacionais e profissionais. Na divisão de papéis, cabe às mulheres a responsabilidade da educação infantil, sendo rara a presença de representantes do gênero masculino nessa função.

As diferenciações de gênero não existem em si mesmas; elas são criações relacionadas a interações dos indivíduos e ao manejo de símbolos. Strey (2012) aponta que tais símbolos foram manipulados pelos homens, que estipularam, ou melhor, definiram o papel social dos homens e das mulheres com base em uma lógica em que o poder ficaria centralizado com os homens, e às mulheres caberia a subordinação, constituindo-se assim a hierarquia de gênero.

Bourdieu (2010), em sua obra *A dominação masculina*, analisou os berberes da Cabília². Ele observou que a organização da referida sociedade, tanto no que se refere ao

² Caracterizam-se como um grupo étnico de origem camita que habita o norte da África desde a pré-história.

conhecimento quanto às práticas, ocorre de maneira binária, dicotômica, e é nessa perspectiva que se realiza o recorte do que é ser homem e ser mulher em tal sociedade. Pressupõe-se que as sociedades ocidentais contemporâneas não sejam muito diferentes do que é observado na região montanhosa da Argélia.

Entre os berberes, os homens concebem o ato sexual como algo agressivo, acima de tudo um ato físico; o foco é a penetração e o orgasmo, sempre sentido como uma maneira de apropriação, dominação. Já para as mulheres, o sexo é uma experiência íntima, que traz consigo muita afetividade e não necessariamente envolve o coito. Elas consideram infinitas possibilidades, como, por exemplo, uma conversa, um toque, uma carícia, um abraço.

A presença das mulheres no trabalho também é determinada pela ordem masculina. Um exemplo que expressa as condutas de marginalização feminina está nas colheitas de azeitonas: as mulheres e as crianças juntam as azeitonas que caem no chão após serem derrubadas pelos homens com uma vara. Enquanto as primeiras curvam-se, os segundos apresentam-se soberanos, sem se encurvar, sem muito esforço físico, afirmando a todo momento a sua virilidade (Bourdieu, 2010).

A estratificação social – das relações de dominação e de exploração – está instituída entre os gêneros. Ao homem, são atribuídas atividades externas, secas, em contato com o público e de ocorrência descontínua; são ações breves, perigosas e atrativas, como, por exemplo, matar um boi ou participar de guerras. Às mulheres, são atribuídas atividades no interior da casa, quase sempre privadas, em alguns momentos escondidas, com características úmidas e de realização contínua, como, por exemplo, todos os trabalhos domésticos e o cuidado das crianças e dos animais, configurando-se como ações invisíveis. As atividades externas realizadas pelas mulheres envolvem lidar com água ou leite ou exigem o contato com a sujeira; são ações monótonas e até humildes, como o trabalho de jardinagem – arrancar ervas daninhas e manusear madeiras – e outras atividades tidas como pequenas, mas que, na realidade, são tarefas longas, minuciosas, fúteis, destinadas ao baixo, que exige o movimento de curvar-se, como recolher do chão. As mulheres, então, assumem uma identidade minoritária imposta socialmente (Bourdieu, 2010).

Na sociedade ocidental contemporânea, esses signos dicotômicos no trabalho apontados por Bourdieu (2010) reverberam nas profissões de homens e mulheres. O espaço ocupado pelo homem destaca-se como superior ao espaço ocupado pela mulher (no sentido de ser socialmente valorizado), como ocorre, por exemplo, com as funções de

secretária e faxineira, sempre mencionadas no feminino, o que as naturaliza como ocupações genuinamente femininas.

Todas as mulheres, algumas mais do que as outras, algumas mais conscientes do que outras, ocupam uma posição subordinada em relação aos homens no trabalho, na família, no imaginário da cultura geral e/ou na linguagem. Além disso, ocorre uma divisão determinante de domínio público e domínio privado, que ganhou ênfase com a ascensão da industrialização: as mulheres destacam-se no domínio privado, assumindo o trabalho reprodutivo e o cuidado afetivo, ao passo que os homens evidenciam-se no domínio público (Martin, 2006).

O corpo é o primeiro lugar de apontamento; o corpo feminino é socialmente concebido como reprodutor e afetivo, talvez pelos eventos como menstruação, gravidez, parto, amamentação etc. Tais características foram justificativas para que as mulheres fossem limitadas ao papel da maternidade e, conseqüentemente, às funções domésticas (Colling, 2004). Por exemplo, a divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta relaciona-se com o fato de o aleitamento materno ser a única opção de nutrição do bebê; não existiam leites artificiais, ou melhor, leite em pó. As mulheres desenvolviam ações sempre carregando seus bebês amarrados ao peito ou às costas. Esse fator inviabilizava o ato da caça pelas mulheres, pois o choro do bebê – um dos recursos para sinalizar incômodo, sono, fome – espantaria a presa e, conseqüentemente, os humanos ficariam sem alimento. E assim os espaços de ocupação feminina foram ficando restritos sem necessariamente estarem relacionados com a força física.

Os estudos de gênero abordam o corpo não como algo construído, mas como uma superfície cujos limites e grau de permeabilidade são regulados e impostos pelo gênero, pela hierarquia estabelecida por ele e pela heterossexualidade. Para Butler (2016), existe uma naturalização de gênero e dos corpos, em que as definições dos corpos sexuais como feminino e masculino consideram que estes são, em si mesmos, construções de gêneros, e não algo da natureza.

Enquanto, para os feminismos, gênero é uma construção social que se fundamenta em corpos naturais, para Butler (2016), os corpos naturais são, por sua vez, construções dos discursos científicos. É necessário desarticular, desconstruir tal noção, pois ela violenta, por meio da heterossexualidade compulsória (um imperativo social, uma obrigatoriedade de uma sexualidade hetero), a diversidade de identidades sexuais e de gênero. Dessa forma, são lançadas reflexões para desconstruir a relação automática entre anatomia sexual feminina, ser mulher e ser heterossexual, pois essas condições não são

um ditado da natureza; elas são resultados da lógica binária, que, grosso modo, prega os binômios homem/mulher e masculino/feminino como as únicas possibilidades de descrição de sexo e gênero.

A proposta de Butler (2016) é romper com a naturalização das diferenças sexuais e com a biologização, que tenta explicar o que é ser homem e mulher. Essa perspectiva dicotômica reverbera em um modelo desigual de espaços ocupados por esses sujeitos, assim como em relacionamentos pautados por uma superioridade da figura do masculino, que é tida como soberano.

Estudar as mulheres exige reflexões e leituras de como o corpo feminino é mencionado, valorizado, transformado em objeto de desejo, explorado pela publicidade e representado com relação à sua fertilidade. É exigido que a mulher apresente um corpo aceito socialmente, ou seja, um corpo magro, ao passo que o mesmo requisito não se aplica aos corpos dos homens.

O corpo feminino é usado como fonte de geração de renda, como gerador de uma vida, como fonte de prazer, e ele está ligado a um poder. Foucault (2015) apresenta o conceito de biopoder, que, sucintamente, significa que o corpo está colocado em uma rede de poder muito complexa que nem sempre nos permite afirmar “o corpo é meu!”. O poder não é uma pessoa nem mesmo uma legislação; o poder pode ser compreendido como uma ação ou uma abundância de relações não lineares que se configuram como uma rede. Ampliando a compreensão sobre o poder, Guareschi (2015) define poder como a capacidade de uma pessoa ou de um grupo de realizar ou desempenhar uma ação qualquer. Todas as pessoas têm algum poder, na medida em que “podem” fazer alguma coisa.

Se pensarmos especificamente no corpo da mulher, observaremos que este está inserido em uma rede onde ele é disputado. Quem arbitra sobre si mesmo? Se pensarmos no corpo das mulheres mães nos primeiros meses de vida de seu filho, elas nem sempre são proprietárias de suas escolhas, pois o bebê é totalmente dependente da amamentação. Elas poderiam optar por ofertar mamadeira com leite artificial, mas, quando conhecem os benefícios do leite materno, amamentar pelo peito torna-se um ato de resistência ao sistema neoliberal, que tenta incutir as vantagens do leite artificial. A amamentação vai muito além do ato de alimentar; ela possibilita a construção de vínculos, ou melhor, o estreitamento do vínculo, e a aproximação afetiva mãe-bebê. É uma linda linguagem corporal, visual e afetiva, que favorece tanto a mãe como a criança.

Além da alimentação, a educação também é colocada como responsabilidade materna. Como já comentamos, um exemplo é a profissão de professora da educação infantil, que no Brasil tem uma ocupação feminina maciça.

Saffioti (2013), em sua obra *A mulher na sociedade de classes*, buscou apresentar as mulheres sob a ótica do trabalho. Desde a introdução, ela destaca a questão cultural, em que as mulheres se apresentam submissas e como uma opção de mão de obra barata. Fazendo um retrospecto do trabalho feminino nas economias pré-capitalistas, anteriormente às revoluções agrícola e industrial, as mulheres da classe trabalhadora eram produtivas e ocupavam espaços de trabalho nos campos, nas manufaturas, nas minas, nas lojas, nos mercados e nas oficinas; elas fiavam, teciam, fermentavam cerveja, desenvolviam atividades domésticas e, conseqüentemente, contribuía para o desenvolvimento econômico. As mulheres que viviam nos burgos na Inglaterra tinham liberdade para trabalhar no comércio, desde que fossem casadas. Na França, durante o Antigo Regime, as mulheres tinham liberdade de fazer negociações comerciais, mas, em outras circunstâncias, ainda eram consideradas inferiores, necessitando de proteção masculina.

Mais tarde, passamos por várias transformações econômicas que resultaram na mudança da constituição das cidades, das relações sociais e dos meios de produção. O espaço ocupado pelas mulheres no trabalho passou a ser de sobrevivência, já que o capitalismo industrial transformou as relações de trabalho: a tecnologia substituiu o trabalho humano, e o chefe de família passou a ser assalariado, que então distribuía o valor do seu trabalho com os demais membros da sua família, como as mulheres e os filhos.

As grandes guerras mundiais elevaram os números de mulheres economicamente ativas; porém, quando terminaram, os números do trabalho feminino decaíram. Vale mencionar que a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho não ocorreu por reconhecimento do trabalho feminino, mas por escassez de mão de obra e pela necessidade das mulheres de se manterem e alimentarem a sua prole enquanto o chefe da família estava em combate pela pátria (Saffioti, 2013).

Vieira (2005) menciona as autoras Wilson (1991) e Saegert (1983) para apresentar a espacialização do discurso: os homens ocupam espaços mais centrais, como, por exemplo, as zonas industriais e as áreas comerciais, ao passo que as mulheres ficam no espaço periférico, até mesmo vistas pelo comércio como compradoras apenas. A espacialização do discurso, descreve, os corpos femininos como vazios, como espaços de

reprodução biológica, exigindo assim cuidados enquanto aguardam pela maternidade, para assim se preencherem. Além do mais, as mulheres são tidas como guardiãs passivas do bem-estar masculino e, para tal, devem ser guardadas no interior da casa. Pensando nesse discurso de espacialização feminina, não é difícil encontrarmos resquícios de tais pensamentos: mulheres que não se permitem sair do espaço familiar para estudar, não investem em uma carreira profissional, acreditam que devem zelar pela casa, cuidar e educar os filhos e até mesmo cuidar do marido, sem se imaginar ocupando outros espaços possíveis.

Toda essa diferença de ocupação de espaços, com os homens ocupando o centro (androcentrismo), reforça a relação de dominação. Como coloca Tedeschi (2012), essa disposição muitas vezes nos passa despercebida por estarmos submersos nela; encaramos-la como natural, pois está presente no pensamento científico. Entretanto, precisamos refletir sobre práticas e discursos científicos universalistas e naturalistas que transcendem culturas e produzem efeitos devastadores, como a história nos evidencia. A centralidade masculina invisibiliza as mulheres e todo o seu trabalho no ambiente privado, também denominado de trabalho reprodutivo.

Refletir sobre as mulheres na contemporaneidade e não mencionar casamentos infantis é o mesmo que negar a violência constante que assola as mulheres brasileiras, pois nosso país é o quarto no *ranking* mundial de casamentos infantis. Segundo um estudo desenvolvido pelo Banco Mundial, casamento infantil é uma união formal ou informal em que um dos cônjuges tem menos de 18 anos de idade; ele pode ser denominado de casamento na infância e adolescência, conforme acordado na Convenção sobre os Direitos da Criança que o Brasil assinou e ratificou em 1990. Mas o que essa temática apresenta de ligação com as mulheres na contemporaneidade? Tudo, afinal, as meninas são as principais atingidas por essa forma de violência, considerada uma violação dos direitos humanos. O casamento na infância ou adolescência pode desencadear uma gravidez precoce, reduzir o tempo de dedicação ao estudo e refletir em salários baixos na fase adulta, reduzir a possibilidade de tomada de decisões no ambiente doméstico e deixar as meninas vulneráveis a violências praticadas pelo parceiro, o que pode acarretar problemas na saúde sexual e reprodutiva e na saúde mental (Wodon et al., 2018).

Uma pesquisa realizada na Bahia e no Maranhão sobre casamento na infância e adolescência – *Tirando o véu: estudo sobre o casamento infantil no Brasil* – apresentou resultados semelhantes entre as amostras coletadas nos dois estados: todos os participantes, sem exceção, afirmaram não desejarem que seus filhos e filhas se casassem

antes dos 18 anos e todos apresentaram a violência (física e psicológica) de maneira recorrente nos seus discursos (Plan International Brasil, 2019).

Outro dado que diz respeito às mulheres brasileiras na contemporaneidade são as altas taxas de feminicídio no país, que resulta de um processo de desnaturalização da violência contra as mulheres. Um dos avanços para mitigar esse crime foi a promulgação da Lei Maria da Penha em agosto de 2006. O Mapa da Violência de 2015 apresenta o Brasil em quinto lugar na listagem mundial de feminicídio, com o número de assassinatos atingindo 4,8 para cada 100 mil mulheres (Waiselfisz, 2015). O sociólogo que desenvolveu o estudo acredita que a sociedade patriarcal justifica, e até autoriza, que homens pratiquem atos de violência para punir e corrigir comportamentos de mulheres que transgridam o papel esperado de mãe, esposa e dona de casa. Ser mulher na contemporaneidade brasileira corresponde a sofrer violências, podendo-se perder a vida e ainda ser responsabilizada por ter despertado, ou melhor, provocado a agressão (Waiselfisz, 2015).

Ampliando a compreensão sobre as mulheres na contemporaneidade, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, não há uma mulher universal; existem múltiplas, ou melhor, infinitas mulheres, de todas as cores e dos mais diversificados contextos e realidades históricas, culturais e econômicas. Corroborando essa construção, Nogueira (2001) escreve que a experiência de ser mulher é sempre construída e vivida por pessoas com diferentes interesses e localizações.

2.1 Mulheres e as maternidades

“Você era uma moça muito esperta
Que fazia, acontecia
Mas não era mãe

Você era uma pessoa encantadora
Trabalhadora estudiosa, mas não era mãe
Só porque eu não existia

E foi naquele dia, depois de nove meses
Quando a gravidez chegou ao final
É hora! Faz força! Tá quase! É agora!
Lá de dentro eu ouvi o sinal.

Nasceu mamãe, nasceu mamãe,
Mamãe nasceu quando nasci, nasceu mamãe”
(Tatit & Wem, 2015).

Escrever sobre as mulheres e as maternidades, iniciando com a música do grupo infantil Tiquequê, expressa a tentativa de evidenciar que a maternidade é algo construído, indo muito além do aspecto biológico. Compreendemos que há infinitas construções e significações sobre o que pode ser uma mulher na contemporaneidade, e o mesmo ocorre com a maternidade.

Ao mesmo tempo em que há discursos de valorização da maternidade, há também leituras que apontam a maternidade como um fator de divisões hierárquicas que colocam a mulher em uma posição de limitação, ou até sujeição, no sentido de não poder avançar a espaços públicos devido aos cuidados com a sua prole, por exemplo. A cultura e a sociedade onde ocorre esse fenômeno produzem marcas nas construções sociais, e Forna (1999, p. 32) traz uma interessante contribuição sobre esse fato:

a maternidade é um construto social e cultural que decide não só como criar filhos, mas também o responsável pela criação deles. Em certos lugares desse mundo, a maternidade foi forjada de modo diferente. Há lugares onde a mãe não é a única responsável pelos filhos, e ninguém espera que ela seja; onde o homem se envolve muito mais com a vida dos filhos; onde, para a mulher, não há conflito entre ter filhos e trabalhar; onde a mãe não é levada a se sentir culpada por suas escolhas pessoais.

Historicamente houve uma revolução na concepção da maternidade. O valor atribuído ao relacionamento mãe-criança nem sempre assumiu a configuração que conhecemos na contemporaneidade. Em um passado não muito distante, algumas mulheres exerciam sua função biológica, como a maternidade, mas não necessariamente exerciam os cuidados maternos, o que denominamos de maternagem. Já foi muito comum a prática das amas de leite e de cuidadoras (as mulheres, que exerciam tais funções eram atravessadas pelos marcadores sociais da diferença, como por exemplo, classe e raça, entre outras). o envio das crianças para outra família, que não era a família de origem e/ou família biológica, com quem elas passavam aproximadamente quatro anos. Essas crianças recebiam um tratamento muito próximo ao que atribuíamos aos adultos e foram por muitos anos consideradas um aumento na força de trabalho familiar. Vale mencionar que, nesse cenário, eram altos os índices de mortalidade infantil (Ariès, 1981; Badinter, 1985; Moura & Araújo, 2004; Zanello, 2018).

Ao desenvolvermos um retrospecto histórico das formas de maternas, é possível observar que o advento do capitalismo e a revolução industrial foram a mola propulsora de novas concepções de infância. Era preciso ampliar a população produtiva; então, com o apoio da medicina e da psicologia, passaram a acontecer políticas de cuidado e higienização. As mães biológicas passaram a amamentar seus filhos, e, conseqüentemente a família foi se delineando de maneira diferente. O discurso científico operou muito bem e corroborou para a colonização feminina: se as mulheres antes não eram reconhecidas e valorizadas, passaram a ter sua importância social no cuidado com a sua prole e a sua família (Ariès, 1981; Badinter, 1985; Moura & Araújo, 2004; Zanello, 2018).

Badinter (1985) aborda a existência de três discursos em defesa da criança que contribuíram para uma maior valorização da maternidade. Houve um discurso dirigido aos homens considerados esclarecidos com viés econômico (uma preocupação com o crescimento demográfico que via os seres humanos como mão de obra, lucro e riqueza, fruto do nascimento do capitalismo); outro discurso era o filosófico, direcionado a homens e mulheres (pode parecer incoerente, mas já narrava a igualdade entre homens e mulheres e a felicidade individual); e o terceiro era especificamente para as mulheres (a maternidade deixa de ser um dever instituído para se tornar uma atividade doce, a vida íntima torna-se a imagem da família, e a felicidade não é apenas uma questão individual).

O Estado transformou as mulheres em responsáveis pela nação, suplicando-lhes cuidado com a prole e acusando-as de não desenvolverem o esperado. Essa exigência pesada imposta às mulheres as manteve distante do trabalho na esfera pública; afinal, era preciso cumprir seus deveres como mães, naturalizando o trabalho na esfera íntima de cuidado dos filhos e dos afazeres³ domésticos. Tais construções da maternidade, embasadas por discursos insistentes e repetitivos de autoridades, filósofos, médicos, representantes da segurança, líderes de Estado e líderes religiosos, eram predominantemente masculinos e condicionaram muitas mulheres ao trabalho privado e à submissão, pois, se elas se opusessem ou expressassem os seus anseios, poderiam secar o leite, agitar a criança e gerar outras inúmeras conseqüências (Badinter, 1985).

Antes da exaltação da maternidade, as mulheres não apresentavam um papel social e familiar gratificante. Então, os discursos das autoridades captaram as mulheres por significarem uma esperança de reconhecimento e valorização nas esferas privada e pública. A nova mãe do final do século XVIII, por exemplo, muda os hábitos alimentares

³A compreensão sobre os afazeres domésticos será abordada no capítulo seguinte: As mulheres no mundo do trabalho.

desde a descoberta da gestação, e, mesmo depois do parto, monitora a sua alimentação para garantir a qualidade do leite produzido e, portanto, a saúde do bebê, já que os filhos são as únicas ambições das mulheres. Essa preocupação provocou uma limitação voluntária da fecundidade, resultando em poucos filhos bem cuidados. Torna-se importante mencionar que as mães burguesas aderiram inicialmente à construção da nova mãe, do novo maternar, ao passo que as mães camponesas e operárias demoraram a ser captadas por esse discurso por motivos de necessidade e sobrevivência, como nos apresenta Badinter (1985).

Coube então às mulheres mães abraçarem a imensa responsabilidade do trabalho na esfera privada – as tarefas domésticas e as maternas. Junto com esse papel, vieram dois estereótipos: as mulheres que viviam intensamente a maternidade, dedicando-se, abnegando dos seus desejos, amamentando, transmitindo/reproduzindo ensinamentos da época, eram consideradas santificadas, por terem assumido a missão sagrada; já aquelas que não conseguiam desenvolver os papéis sociais e familiares instituídos eram mães más, culpabilizadas, condenadas e rechaçadas socialmente (Ariès, 1981; Badinter, 1985; Moura & Araújo, 2004; Zanello, 2018).

A obra *Mulher, raça e classe*, de Angela Davis (2016, p. 26-27), aborda uma construção da maternidade diferenciada com relação às mulheres negras:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separadas das vacas.

As mulheres negras que, no passado, assumiram a função de amas de leite e, na contemporaneidade, assumem trabalhos na esfera privada são consideradas “o outro do outro”, como nos apresenta a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, que desenvolveu a dissertação de mestrado *Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política* (2015). Ela apresenta a mulher como sendo o Outro beavoviano, que é visto como objeto e, de maneira simplista, como algo

que possui uma função. Esse conceito ganha forma com o avanço das mulheres para a esfera pública, pois este não eliminou das suas vidas o trabalho reprodutivo. Na busca por substituir a sobrecarga e conciliar as inúmeras jornadas, algumas mulheres acabam delegando/transferindo/terceirizando o trabalho de reprodução social para o outro do outro, muitas vezes representado por mulheres negras de pouca escolarização, de baixa renda e que se submetem a exaustivas cargas de trabalho e baixa remuneração, conforme nos apresenta Ribeiro (2017). Nesse sentido, nós, mulheres, precisamos refletir: o que estamos fazendo para romper com o modelo de dominação masculina que muitas vezes reproduzimos nas mulheres negras de baixa escolarização?

Todas essas transformações econômicas, políticas e de concepção de maternidade tiveram a Europa como berço, e o Brasil, como colônia de Portugal, foi afetado/agenciado por toda essa valorização da mulher mãe. Aqui, com a forte divisão social por classes, enquanto algumas famílias contavam com orientações e até cuidado especializado médico, outras dependiam de filantropia/caridade (Moura & Araújo, 2004; Zanello, 2018).

Como vimos, houve momentos em que a maternidade foi considerada o ideal de produção feminina e outros em que foi vista de forma totalmente oposta – da mesma forma que a amamentação já foi desprezada, valorizada e recuperada. Nesse sentido, Scavone (1985) faz uma leitura reflexiva sobre uma rede de interesses políticos, econômicos e sociais que constrói esses aspectos psicológicos do ato da maternidade. Corroborando essa problematização,

a insistência quanto à amamentação permitiu que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico (os períodos de aleitamento se estendiam por dois anos ou mais), porém voltando sua atenção ao cuidado, à educação e à vigilância não só da criança como também da família (Moura & Araújo, 2004, p. 49).

Zanello (2018) acrescenta que se solicitava às mulheres um trabalho cada vez maior de autoabnegação, construindo uma associação dos conceitos de amor e materno, atribuindo um aspecto místico de santidade à maternidade.

E a união do pensamento científico e com o pensamento religioso resultou em uma dominação/domesticação/normatização dos corpos femininos, criando um estatuto biológico e moral que definiu as mulheres como sinônimo de procriação, ou melhor,

naturalizou o papel das mulheres no cuidado com as crianças e nas tarefas de reprodução social. As mulheres são colocadas como o pilar emocional da família, assumindo a responsabilidade das tarefas domésticas e da criação dos filhos. Zanello (2018, p. 131) expõe que “Foi um longo processo esse, o de tornar as mulheres responsáveis pela família, casamento e procriação. Aos poucos, foram sendo colonizados os afetos, cuja vitória pôde ser traduzida no sentimento de culpa das mulheres”.

A maternidade surge então como doutrinação social, como colonização do pensamento. Problematizando esse conceito, Donath (2017) aponta que a maternidade não deveria ser o único caminho que uma mulher pode percorrer, pois há outras inúmeras possibilidades de realização. Quando a discussão sobre a temática é inexistente e há limitação de caminhos a fim de garantir interesses, ocorre então a materialização da colonização.

Simone de Beauvoir (2016), quando publicou sua obra *O Segundo Sexo*, indagou sobre a função da maternidade no período pós-guerra e suscitou as temáticas da liberdade sexual e da liberação da prática da contracepção e do aborto, provocando um alvoroço na comunidade europeia e no mundo. Assim, ela construiu a história de transformações sociais, problematizou questões da esfera privada no âmbito público, refutou o determinismo biológico que cabia às mulheres e o destino social da maternidade e evidenciou a dominação masculina sobre as mulheres. Essa dominação acontece com o travamento das mulheres no mundo privado/doméstico em virtude da reprodução biológica, da gestação, do parto, da amamentação e dos cuidados com as crianças, como nos apresenta Scavone (2001a).

A obra de Simone de Beauvoir suscitou inúmeras reflexões e contribuiu para o surgimento de muitos movimentos feministas espalhados pelo mundo, os quais inicialmente apontavam a necessidade de uma análise crítica dos conceitos de psicanálise introduzidos por Freud, que construiu um mito de mulher normal/universal, passiva e masoquista, como apresenta Badinter (1985). A psicanálise também contribuiu para instituir às mulheres um papel enaltecido e inatingível do exercício da maternidade, carregado de responsabilidade e sentimento de culpa materna, ainda tão presente na contemporaneidade.

Conforme já mencionado, com as grandes mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais – pós-segunda guerra mundial, aceleração da industrialização e da urbanização, ingresso das mulheres no mercado de trabalho e um novo delineamento familiar –, surgiram preocupações com relação ao cuidado com os filhos e a conciliação

entre trabalho doméstico e profissional. O controle de natalidade e a pílula contraceptiva revolucionaram a vida das mulheres, pois possibilitaram a escolha do número de filhos e da maternidade. Também permitiram novas vivências sobre a sexualidade, sem estar totalmente atrelada à dimensão reprodutiva (Scavone 1985; 2001a; 2001b).

Esse cenário originou o que Scavone (2001a) chamou de tecnologias reprodutivas (TR), que podem ser contraceptivas e conceptivas. As tecnologias reprodutivas incluem métodos contraceptivos, desde a pílula anticoncepcional até a laqueadura, e recursos que possibilitam a reprodução humana, como técnicas de reprodução assistida (RA). A RA consiste em diferentes técnicas médicas para auxiliar a reprodução humana, como a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*.

As tecnologias reprodutivas permitiram a maternidade tardia, que

também permanece como outro dado tendencial no Brasil e no mundo (ONU MUJERES, 2017). Segundo o IBGE, em 2015 30,9% das mulheres brasileiras tinham o primeiro filho com idade entre 20 e 24 anos; em 2015 esse percentual diminuiu para 25,1%, ao passo que cresceu a proporção de mães nessa condição na faixa entre 30 e 39 anos, respectivamente de 22,5% para 30,8%. Esse fenômeno, embora multicausal, está associado ao investimento das mulheres para se consolidarem em carreiras (se forem de classe média ou alta) ou se equilibrarem profissionalmente e financeiramente (Araújo et al., 2018, p. 10-11).

Acreditamos que uma das principais causas da maternidade tardia, como ocorreu entre as mulheres público-alvo deste estudo, é o investimento na carreira. Entretanto, como o relógio biológico pode ser um fator limitante da fecundidade, o discurso médico pode assumir importância e influenciar escolhas.

Além do fenômeno da maternidade tardia, há também mulheres que optam por não serem mães. Apesar de este estudo não pretender se aprofundar nas infinitas possibilidades de recusa da maternidade, vamos abordar algumas delas. Uma é a resistência ao papel social da maternidade, que muitas vezes é naturalizado e cuja responsabilidade recai intensamente sobre as mulheres. Nesse cenário, talvez caiba uma reflexão sobre a contracepção: como o corpo da mulher materializa e sofre todas as transformações da gestação e da maternidade, consequentemente a responsabilidade social e com os métodos contraceptivos recaem sobre as mulheres também.

Outro aspecto relacionado à recusa da maternidade é a tentativa de negar o determinismo biológico, pois foi um forte argumento utilizado para justificar as desigualdades entre os gêneros (Scavone, 2001b). A autora Donath (2017) apresenta que, nas sociedades ocidentais pró-natalidade, as expectativas sociais com relação à maternidade se expressam por meio de duas linguagens: a primeira é a linguagem da natureza, em que as mulheres não têm outra escolha a não ser se tornarem mães, ou seja, é um destino marcado pelo aspecto biológico; e a segunda corresponde à linguagem neoliberal, capitalista e pós-feminista, que evidencia que as mulheres na contemporaneidade têm mais opções para além da maternidade por meio dos contraceptivos, por exemplo, desfrutando assim de uma liberdade de escolha.

Nesse cenário de escolha condicionada, surge a vontade institucionalizada, que é a mistura de sentimentos e desejos das mulheres e das expectativas das sociedades, como descrito por Donath (2017), e configura-se como o tornar-se mãe com consentimento, mas sem vontade. É comum discursos do senso comum apontarem “a escolha foi sua, agora lide com ela”. Mas, se problematizarmos, nós, mulheres, nas atuais circunstâncias sociais, temos liberdade de escolha? Será que estamos desamarradas, libertas das pressões socioculturais? Ou há uma falsa liberdade, ou seja, o “livre-arbítrio” da escolha traz consigo interesses velados, de manutenção do estado em que já se encontrava? Por isso, todo cuidado é pouco para não nos apropriarmos dos discursos de individualização⁴, que responsabilizam única e exclusivamente as escolhas individuais, negando, ou melhor, omitindo a existência de pressões e prescrições sociais, com variações do ambiente onde ocorrem.

As experiências de maternidades na sociedade brasileira têm sido de uma prole reduzida, seguindo a tendência mundial. Infinitas são as representações do ser mãe: encontramos mães chefes de família, mães donas de casa, mães solo, mães produção independente, mães trabalhadoras e estudantes, mães estudantes, mães de aluguel, e também casais homoafetivos e casais igualitários (que compartilham as responsabilidades de cuidado). São inúmeras composições e configurações de famílias, com uma imensa variabilidade de sentimentos e sentidos nas maternidades, que estão relacionadas a culturas e vivências singulares, mas ainda com uma simbologia fortemente relacionada à identidade das mulheres.

⁴ “Refere-se aos mecanismos e processos que tornam a percepção dos problemas sociais como problemas individuais, em função de disposições psicológicas e familiares” (Mitjavila & Jesus, 2004, p. 69).

Há movimentos pela luta de ampliação da dimensão do cuidado, uma busca pela equidade na responsabilidade parental, como menciona Scavone (2001b). Para tal, faz-se necessário desconstruir o instinto materno e extinguir as pressões sociais de que a mulher só será realizada após a maternidade, pois essa concepção pode até fazer sentido para algumas mulheres, mas não deve ser algo generalizado, universalizado. Novas (re)significações devem ser possibilitadas, e o determinismo biológico, descartado. Para Scavone (2001b), a reflexão sobre a maternidade e a paternidade, ou melhor, a parentalidade⁵, permite que mulheres e homens façam uma escolha sem culpa, sem medo ou outro sentimento limitante, como, por exemplo, a não realização individual e/ou social. Para tal, é fundamental ampliar o acesso às informações, ao debate e ao conhecimento.

Segundo Scavone (2001b, p. 57), já existem novos modelos de maternidades, marcados pela classe social e pelo território onde ocorrem:

modelo de proles reduzidas; de mulheres com carreiras profissionais; de mães e pais, juntos e/ou separados, produzindo e reproduzindo; de casais hetero e homossexuais; de mães ou pais criando seus filhos sozinhos; da institucionalização dos cuidados maternos por profissionais especializados; enfim, é o modelo que busca se adequar às mudanças da vida contemporânea, ao mesmo tempo em que é forjado por estas mudanças, redesenhando o funcionamento e a estrutura da família contemporânea.

O excerto contempla a polissemia das maternidades – que estão em constante mutação, assim como as sociedades contemporâneas – e as transformações nos discursos sobre a maternidade. Está cada vez mais comum as mulheres explicitarem os seus conflitos e as suas ambivalências, confessarem viver a maternidade de maneira pesada e lamentarem essa vivência. Antes, tal comportamento não era encontrado, talvez por cautela diante dos possíveis julgamentos.

Alguns estudos e metodologias apresentam o maternar como um trabalho com diferentes denominações, como, por exemplo, trabalho privado, trabalho reprodutivo e trabalho do *care*⁶, todos envolvendo as tarefas domésticas e as maternas. O maternar é

⁵ Parentalidade, compreendida como o posicionamento dos atores sociais, dos dois gêneros, mãe e pai, ou outro responsável, dedicados aos cuidados das crianças. Terminologia utilizada por pesquisadores que se debruçam sobre a temática de divisão sexual do trabalho.

⁶ Significa cuidado em inglês e refere-se às atividades realizadas para prestar assistência a pessoas dependentes e/ou ao trabalho relativo aos afazeres domésticos desenvolvidos para pessoas que poderiam realizar tais ações (Sorj, 2013). Neste processo dissertativo, optamos por utilizar a terminologia cuidado,

um trabalho solitário e de uma exaustiva responsabilidade; ele exige muita dedicação e cuidado e capta as mulheres por horas a fora, sem muitas vezes respeitar as refeições, os horários de dormir e os cuidados com a higiene, como o banho. Diferentemente de um trabalho em uma instituição, o maternar não tem horários estipulados e não garante direitos trabalhistas, como férias e fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS). Também não exige uma prescrição do cargo ocupado, pois ele é construído socioculturalmente e sofre inferências de classe social, raça e território onde ele acontece.

O maternar também pode ser vislumbrado como a materialização das teorias biologicistas, que se esforçam para naturalizar discursos que diferenciam as mulheres dos homens. Tais teorias apresentam como base o pensamento moderno, o qual confere à ciência o papel de construtora da verdade absoluta e universal e utiliza o determinismo biológico para explicar as relações sociais de gênero (Senkevics & Polidoro, 2012). De acordo com tal perspectiva, as transformações no corpo das mulheres mães evidenciam as diferenças entre o gênero feminino e masculino: “A naturalização de ‘qualidades maternas’ nas mulheres – como capacidade de cuidar dos outros, altruísmo, afeto, atenção, paciência etc. – teve desdobramentos importantes, tanto na esfera doméstica, quanto na vida laboral” (Zanello, 2018, p. 141).

Pensando nas transformações físicas, sociais e relacionais que a maternidade pode trazer para a vivência das mulheres, não podemos deixar de refletir sobre como esse acontecimento pode interferir na carreira profissional das mulheres. Como já mencionado, houve um aumento de mulheres que se tornam mães mais tarde, justamente pelo investimento e pela dedicação ao estudo, à conquista de estabilidade profissional e/ou ao alcance de uma melhor remuneração.

Nas economias neoliberais, a maternidade pode ser um obstáculo no mundo do trabalho, pois há empregadores que preferem não ter em seus quadros de colaboradores mulheres em idade fértil, na tentativa de evitar licença-maternidade. Além disso, há organizações que não contratam mães de crianças, para evitar possíveis afastamentos das funcionárias, caso os filhos venham a demandar cuidados, como, por exemplo, em caso de adoecimento. Por que tanta pressão sobre as mulheres? Será que, durante uma entrevista de emprego, é questionado ao homem em idade fértil se ele pretende ser pai? Será que há empregadores que deixam de contratar um homem por ter filhos pequenos?

ou melhor, trabalho do cuidado, o que será abordado no próximo capítulo: As mulheres no mundo do trabalho.

À mulher foi designado o triste destino de “vigilante do lar” e de “mãe de família”. Todos os comportamentos que se produziram fora destes parâmetros recobriram-se do estigma da culpa e da imoralidade. Entre as figuras de Santa Maria e de Eva, nenhum espaço foi permitido à mulher, a despeito de todas as solicitações que o mundo industrial lançava sobre ela. Peça fundamental na empresa de moralização do trabalhador, o modelo rígido e ascético da esposa-mãe-dona-de-casa deveria atuar no sentido de introduzir o sentimento de intimidade do lar, recolhendo todos os seus membros, nos momentos de não trabalho, para a privacidade da estreita vida doméstica (Rago, 2014, p. 266).

A autora aponta como a sociedade patriarcal e burguesa construiu e cerceou as mulheres no legado familiar – limitando-as ao trabalho reprodutivo, privado e não remunerado – e colocou os homens na esfera pública – com trabalhos ditos produtivos, remunerados, valorizados e livres das responsabilidades do trabalho doméstico. Às mulheres, além da invisibilidade, da ausência de remuneração, da dedicação sem limites e dos cuidados com os membros da família, ainda foi atribuído o estigma da culpa e da imoralidade, ao passo que os homens gozavam de liberdade para agir como bem pretendessem, isentos de cobranças, julgamentos e apontamentos. As construções socioculturais, as naturalizações biológicas, o mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, o sistema econômico, o Estado, a política, a educação, a ciência (discurso médico), a religião, a família, o gênero, a classe, a raça e outras instâncias compõem mecanismos que interseccionam as mulheres e as suas vivências de maternidade e que gerem as suas ocupações no trabalho público, no estudo e no ambiente privado.

O mercado de trabalho acolhe as mulheres mães de maneira igualitária, ou melhor, equânime? A licença-maternidade contempla o tempo suficiente de presença materna junto à criança? Por que não ofertarmos licenças parentais? Quando as mulheres que ocupam espaços no mercado de trabalho na contemporaneidade se transformam em mães, comumente enfrentam o dilema de retornar ao trabalho ao final da licença-maternidade e relegar o cuidado da criança a avós, a escolas-creches ou a uma pessoa contratada para exercer o cuidado, ou escolher pela saída do mercado de trabalho – quando não contam

com uma rede de apoio⁷, seja familiar ou de política pública, e não apresentam condições de terceirizar o cuidado.

No Brasil, as trabalhadoras formalizadas, ou melhor, devidamente registradas, e contribuintes do Regime Geral de Previdência Social ou Seguro Social, apresentam direitos específicos na fase da maternidade, como a licença-maternidade, que assegura o afastamento remunerado da trabalhadora por 120 dias, estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto e direito a escola infantil ou creche até os seis meses de idade da criança. Há ainda a possibilidade de prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, chegando a 180 dias de afastamento remunerado, desde que a empresa empregadora tenha aderido ao Programa Empresa Cidadã, estabelecido pela Lei Federal n. 11.770, de 2008. O setor público federal, por exemplo, aderiu ao programa (Sorj, 2013). Já as trabalhadoras mães que são autônomas, não contribuem com a previdência social e trabalham na informalidade ficam desamparadas (Sorj, 2013).

A legislação trabalhista brasileira adota uma abordagem de gênero, em que os cuidados com os filhos são concentrados nas mulheres, visto que os pais trabalhadores contribuintes não têm a mesma oportunidade de envolvimento no cuidado dos filhos. Aos pais, a atual legislação disponibiliza licença de apenas cinco dias corridos após o nascimento do filho, reforçando a rígida divisão sexual do trabalho.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho repercutiu em transformações nas relações mãe-filhos e na dinâmica familiar. As mulheres têm lutado para conciliar o trabalho doméstico, o trabalho externo e o tempo com os filhos, de maneira a estabelecer um vínculo afetivo, harmonioso e consistente (Simões & Hashimoto, 2012). Entretanto, essa saída do mercado de trabalho após a maternidade pode ser compreendida como uma abnegação feminina da carreira? Seria reflexo de uma sociedade machista e patriarcal que atribui às mulheres o trabalho de reprodução? Ou seria uma estratégia social de individualização da maternidade?

Quando a escolha das mulheres acontece de forma a priorizar o trabalho remunerado, é comum o sentimento de culpa, assimilado como negligenciamento e/ou terceirização da função de matinar, destacando novamente a individualização de problemas sociais, pois a licença-maternidade pode não ser suficiente. Mesmo após o término desse afastamento, é preciso pensar, por exemplo, em ampliar a quantidade de

⁷ A rede de apoio também é descrita por Bitencourt (2013) como braços a mais, configura-se como uma ajuda para cuidar da criança, que pode ser familiar ou profissional, como as escolinhas.

escolas públicas infantis e creches, e cobrar ações das organizações empregadoras para mitigar as pressões que as mães sofrem. No ambiente privado, a rede de apoio familiar e/ou amigos faz-se potência para as mães trabalhadoras, mesmo quando elas estão em uma relação estável. E, quando em um relacionamento, seja hetero ou homoafetivo, as responsabilidades domésticas e o cuidado com as crianças devem ocorrer de maneira equitativa.

As políticas públicas asseguram às mulheres condições de deixar o espaço privado e trabalhar, sem que isso signifique a perpetuação de múltiplas jornadas diárias; afinal, a ausência de mecanismos para compartilhar o trabalho faz com que a maioria das mulheres tenha, na conquista da ocupação de espaços no mercado, mais um pesado fardo (Calado & Olivio, 2015). Dentre essas políticas públicas, o acesso à educação infantil é uma maneira de socializar o cuidado das crianças com os poderes públicos e permitir a inserção produtiva das mães, que estimula a independência econômica e a autonomia das mulheres (Sorj, 2013). Uma agenda política comprometida com a emancipação das pessoas deve ofertar possibilidades que minimizem as desigualdades de gênero, classe, raça, entre outras.

Apesar das tentativas de prescrever o que é ideal no maternar, esse ideal é diferente em cada território, cada realidade. Conforme o histórico da maternagem percorrido neste capítulo, esse ato tão entrelaçado nas mulheres, foi possível observar a sua complexidade e a invisibilidade da ação das mulheres, o que denuncia as relações de poder e de controle dos corpos femininos para atender inúmeros interesses, desde a manutenção do sistema econômico até mesmo a garantia da supremacia masculina.

A escrita deste capítulo almejou apresentar algumas construções sobre as mulheres na contemporaneidade, as inúmeras maternidades – até entendermos que a maternagem também é um trabalho – e o dilema que a maternidade pode causar nas mulheres trabalhadoras. As páginas seguintes abordarão a temática das mulheres e o mundo do trabalho, em que o trabalho da maternagem ou trabalho reprodutivo será mais bem apresentado.

3 AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

“Vai, vai, vai
Mais forte vai, vai
No seu caminho
Pra cima deles passarinho
Deles passarinho

Vai, vai, vai
Mais longe vai, vai, vai
Mudar teu ninho
Pra cima deles passarinho
Deles passarinho

Sei que você (flor alada)
De tanto existir (coisa amada)
Deixasse de ser
E agora passeia nos fios

Pedra lançada
Na terra das cercas de arame
Sua dor é também dor do mundo
Semente brilhante no ar

Plumas
Flor brava
Profundas arcas
Pequena sombra
No grande caminho
Pra cima deles passarinho
Deles passarinho
Deles”
(Lirinha, 2018)

No capítulo anterior, refletimos um pouco sobre as mulheres na contemporaneidade, e agora vamos suscitar reflexões sobre essas mulheres no mundo do trabalho. Todavia, antes de tais reflexões, faz-se necessário percorrer um breve percurso sobre o trabalho e suas transformações na pós-modernidade.

O trabalho é compreendido como produção do viver em sociedade, como mencionam Hirata & Zarifian (2009) e Kergoat (2016). As transformações do conceito de trabalho, em decorrências da temporalidade, assim como as produções feministas que ampliaram o conceito, trazendo o trabalho doméstico, que foi e ainda é invisibilizado socialmente, em seguida outro trabalho pouco discutido, trabalho de produção dos seres humanos, outra abordagem foi o trabalho doméstico de saúde, abarcou-se o trabalho

militante, o trabalho do cuidado, a divisão sexual do mercado do trabalho e seguem as construções, conforme comenta Kergoat (2016). Sobre o trabalho, “(...) trabalhar é transformar a sociedade e a natureza e, no mesmo movimento, transformar-se a si mesmo. O trabalho torna-se assim uma atividade política (Molinier, 2013, citado por Kergoat, 2016, p. 18)”.

As mutações no conceito de trabalho e os questionamentos feministas em relação aos trabalhos domésticos, incluindo o trabalho de cuidado, resultaram em novas terminologias e, por conseguinte, novos conceitos. Inicialmente, nasceu o modo de produção doméstico, mas havia autores que utilizavam sexagem. Em seguida, um conceito que reverberou significativamente e que será muito utilizado neste estudo é o de divisão sexual do trabalho. Tal construção abrange o trabalho assalariado, o trabalho informal, o trabalho doméstico e a família (Kergoat, 2016).

Com a inserção de atividades antes menosprezadas, como os trabalhos domésticos e familiares, o conceito de trabalho passou a incluir atividades que não rendessem um retorno financeiro. Esse foi um marco na transformação desse conceito, que renovou também a compreensão de exploração que constitui o trabalho de cuidado.

O trabalho de cuidado do outro envolve diferentes dimensões e atividades, variando conforme a pessoa a ser cuidada. Vamos fazer o exercício de imaginar como pode ser cuidar de uma criança, ou de uma pessoa idosa ou de uma pessoa com alguma limitação. Não cabe comparação, pois diversas singularidades vão surgir em cada um desses grupos: existem crianças recém-nascidas, crianças maiores, crianças mais dependentes ou mais autônomas; existem pessoas idosas acamadas, com algum comprometimento de memória, ou que são capazes de desenvolver suas atividades com autonomia, mas, devido a uma situação em específico, demandam cuidados; e existem pessoas com diferentes tipos de limitações, que podem ser físicas, psíquicas, intelectuais ou sensoriais. Soares (2016) coloca que os atores que constituem a relação de cuidado são determinantes no tipo de interação que será estabelecido no trabalho de cuidar. O autor ainda complementa que as relações são desiguais e consubstanciais⁸ – marcadas por disparidades como gênero, idade, classe social, raça e etnia –, requerem exercícios de poder e exigem qualificações específicas.

⁸ Consubstancialidade é um empréstimo da teologia muito utilizado por autores da sociologia do trabalho francesa. Significa a unidade de substância entre três entidades distintas; ela convida a pensar o mesmo e o diferente em um só movimento nas relações sociais, no sexo e na raça, de acordo com Kergoat (2016). É um conceito próximo ao de interseccionalidade.

Alguns autores enfatizam o dispêndio emocional que o trabalho de cuidar causa, por exigir compreensão e reflexão sobre as práticas desenvolvidas e, principalmente, a gestão das emoções do cuidador e da pessoa cuidada. Não se pode esquecer de mencionar o envolvimento da família da pessoa cuidada, que direta ou indiretamente produz ecos no trabalho do cuidado, como apresenta Soares (2016).

O trabalho do cuidado é majoritariamente desenvolvido por mulheres, seja em instituições ou em domicílios, e pode ser realizado gratuitamente ou como uma atividade remunerada. Muitas vezes, ele ocorre de forma precária, com baixa remuneração, pouco reconhecimento e pouca valorização. Quando ocorre em domicílios, é comum os contratantes empregarem imigrantes, como ocorre na Europa, ou mulheres migrantes de regiões mais vulneráveis no Brasil, as quais têm pouca escolarização e, na grande maioria das vezes, trabalham sem garantia trabalhista, ou seja, na informalidade (Hirata, 2016).

Vale ressaltar que existem infinitas construções sobre o que seja o trabalho do cuidado. Por exemplo, existe o cuidado nas relações interpessoais não somente com pessoas dependentes, como também com pessoas autônomas, animais, objetos etc. São também cuidadores os acompanhantes, as manicures, os cabelereiros e os profissionais especializados (profissionais da enfermagem, profissionais com formação tecnologia em gerontologia, entre outros profissionais especializados no cuidado), e não somente as cuidadoras, como comenta Hirata (2016). Neste processo dissertativo, o foco é o trabalho de cuidado voltado para filhos, demais familiares e trabalhos domésticos, o qual podemos compreender como trabalho do cuidado privado e não remunerado.

Os estudos feministas trouxeram novos vocábulos e reconceituaram as atividades domésticas. Surgiu a concepção de trabalho doméstico, que recebeu atribuições como trabalho não remunerado, trabalho não pago, trabalho reprodutivo, trabalho não mercantil, trabalho na unidade doméstica, trabalho de cuidado não remunerado com os membros da família, entre outros (Sorj, 2013).

Na divisão do trabalho no âmbito familiar, como Saffioti (2013) e Hirata & Kergoat (2007) apresentam, às mulheres, é destinado o trabalho reprodutivo, que corresponde à esfera privada, ou então, à esfera do cuidado, da reprodução, da produção de alimentos, entre outros. Aos homens, cabe o trabalho produtivo, que ocorre na esfera pública, ou seja, trabalhos além do ambiente familiar. Consequentemente, o trabalho desenvolvido pelos homens é mais reconhecido e valorizado em comparação com o trabalho na esfera privada.

O cuidado é compreendido por muitos autores como parte das ações do trabalho doméstico, mas há controvérsias sobre o seu significado. A construção conceitual adotada neste estudo foi a seguinte: o trabalho doméstico é “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto familiar – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 257).

Diferentemente de um trabalho com trocas monetárias, no trabalho doméstico a disponibilidade do tempo é permanente e envolve relações muito próximas com aqueles que usufruem do serviço. Há fatores que desencadeiam variações no tempo dedicado, como, por exemplo, o tamanho da casa, o número de crianças, a idade das crianças, a presença ou ausência de outra pessoa que demande cuidados, como idosos, e as condições socioeconômicas, que interferem no número de eletrodomésticos que podem poupar tempo de trabalho ou até mesmo na terceirização do trabalho doméstico. Mas é indiscutível que, independentemente da condição social, poucas mulheres ficam isentas do trabalho doméstico (Fougeyrollas-Schwebel, 2009).

A construção conceitual apresentada sobre o trabalho doméstico envolve também o trabalho de cuidar de crianças e/ou adultos que apresentem algum tipo de dependência. Como gerir um lar e maternar são tarefas individualmente exaustivas e infindáveis, que englobam muitos afazeres e exigem muito das mulheres, este trabalho dissertativo separou o trabalho doméstico em duas partes, propondo então que as mulheres enfrentam quatro jornadas de trabalho: o trabalho remunerado, o estudo *stricto sensu*, os cuidados com lar e a maternidade.

Como estratégia linguística para diferenciar o trabalho doméstico do cuidado de crianças e/ou adultos, utilizamos o termo afazeres domésticos como sinônimo de trabalho doméstico. Por afazeres domésticos, compreende-se a realização, no domicílio, de trabalhos como arrumar ou limpar toda ou parcialmente a residência, cozinhar (preparar alimentos), passar roupas e lavar roupas e/ou louças utilizando ou não eletrodomésticos; limpar e zelar pela parte externa da residência (quintal, jardim, plantas) e orientar ou dirigir trabalhadores domésticos (mesmo diaristas) na execução das tarefas; gerir a compra, a armazenagem e o controle de estoque de alimentos, produtos de limpeza, entre outros objetos para uso coletivo dos moradores da residência; organizar e separar o lixo produzido pelos moradores da residência; realizar pequenos reparos e consertos de roupas, objetos, mobílias, entre outros; pagar contas relacionadas ao domicílio; cuidar de animais de estimação, incluindo alimentação, higienização e medicalização, quando

necessário. No ambiente rural, atividades como plantar, cuidar e colher alimentos e providenciar água podem ser inseridas no rol dos afazeres domésticos.

No passado, as pesquisas sobre as mulheres e o trabalho no Brasil não mensuravam as atividades que não fossem remuneradas. Dessa forma, quando uma mulher se descrevia como “do lar”, o trabalho doméstico não era contabilizado, e tais mulheres eram consideradas inativas, como os estudantes, aposentados, doentes, inválidos e os que vivem de algum tipo de renda (como beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada, ou pessoas que são dependentes financeiramente de outras). Esse tratamento desconsidera o tempo e a energia que as mulheres consomem ao desenvolverem as ações no ambiente familiar, as quais poderiam ser consideradas como um trabalho não remunerado, o que é bem diferente de inatividade (Bruschini, 1998, 2006, 2007).

Considerar a mulher “do lar” como inativa evidencia o trabalho feminino invisibilizado pela família e pelo sistema, seja social ou culturalmente. É um trabalho naturalizado, como se fizesse parte de um combo: se você nasceu mulher, leva junto os cuidados domésticos; ainda, se for mãe, leva o cuidado dos filhos e dos demais membros da família.

A diferença de gênero fica evidente na contabilização do tempo de dedicação aos afazeres domésticos em número de horas semanais. No estudo de Bruschini (2007), as mulheres dedicam, em média, 27 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto os homens somam pouco mais de dez horas semanais (Bruschini, 2006). Logo, o trabalho doméstico pesa na agenda das mulheres, sem muita colaboração dos homens:

O trabalho doméstico resiste as revoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar o mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda em suas práticas, em seus agentes. (Perrot, 2019, p. 115)

Bruschini (2007) também observou que o número de horas dedicadas ao trabalho doméstico pelas mulheres diminui com o aumento da escolarização. Entretanto, mesmo quando os trabalhos domésticos se amenizam, os filhos ocupam esse espaço e demandam cuidados e preocupações no que tange à saúde, aos estudos e às distrações. A partir de então, há uma dificuldade em lutar contra a divisão sexual do trabalho no contexto doméstico, pois há um emaranhado de sentimentos da mulher em relação ao companheiro e aos filhos (Hirata, 2006).

Esse trabalho voluntário assume características diferentes quando os filhos são pequenos e demandam maiores cuidados, devido ao nível de dependência física e emocional. Bruschini (2007, p. 545-546) elucida a sobrecarga feminina e a baixa produtividade no período inicial da vida dos filhos:

De todos os fatores relacionados à esfera reprodutiva, a presença de filhos pequenos é aquele que mais dificulta a atividade produtiva feminina, na medida em que o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres. As mães dedicam a estas atividades quase 32 horas do seu tempo semanal, um número muito superior ao da média feminina geral e mais ainda ao das mulheres que não tiveram filhos. Da mesma forma, os filhos pequenos são aqueles que consomem o maior número de horas de dedicação à esfera reprodutiva.

Nesta citação, evidencia-se porque houve a separação da maternagem do trabalho doméstico. Como mencionamos acima, em média, as mulheres brasileiras dedicam 27 horas semanais na realização de atividades domésticas nas publicações de Bruschini (2006, 2007), ao passo que as mães têm um aumento significativo de cinco horas semanais causado pelo cuidado com os filhos.

Dados do IBGE (2012) indicam que 94,85% das mulheres exerciam dupla jornada, considerando o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo; enquanto 5,2% dos homens brasileiros assumiam a tal dupla jornada. A média de horas semanais dedicadas com o trabalho doméstico e o cuidado de outras pessoas foi de 27,7 horas para as mulheres e 11,2 horas para os homens.

Outra publicação da Agência IBGE Notícias apresenta mudanças no tempo médio dedicado por mulheres 21,3 horas por semana nos afazeres domésticos e cuidado de pessoas no ano 2018. Enquanto os homens apresentam 10,9 horas com as mesmas tarefas.

O trabalho reprodutivo ainda é concentrado como de responsabilidade das mulheres, quando não são mulheres chamadas do lar, ou as mulheres diaristas, secretaria, ou empregada doméstica.

Apesar da transformação no tempo causada pela maternidade, as mulheres contemporâneas almejam mais do que o trabalho reprodutivo, conforme vem sendo discorrido; elas desejam espaços no mercado de trabalho e investem nos estudos. Mas a literatura mostra, seja nos estudos de gênero ou na sociologia do trabalho, que as mulheres ainda não conseguem se isentar do trabalho doméstico, tendo dificuldades em conciliar as responsabilidades familiares e as profissionais.

O ingresso das mulheres mães no mercado de trabalho pode ocorrer por meio do auxílio prestado pelas escolas, por investimentos em políticas sociais que ofereçam rede de apoio às mães trabalhadoras e por oportunidades de avançar e manter as mulheres no mundo do trabalho, conforme discorre Burschini (2006, 2007). Outra medida sugerida por Bruschini (1994) é a flexibilização dos horários de trabalho de ambos os sexos, que oportuniza a homens e mulheres condições concretas de conciliar os trabalhos domésticos e profissionais.

É importante ressaltar que as creches e pré-escolas, bem como as instituições educacionais dos níveis subsequentes, costumam funcionar em tempo parcial. Então, mesmo as famílias que têm acesso a esse serviço acabam dependendo de recursos privados para viabilizar a plena participação no mercado de trabalho dos seus membros adultos. Quando há uma situação econômica mais privilegiada, ocorre a terceirização do trabalho doméstico e da maternagem, considerando o período em que as crianças voltam para a casa e as mães ainda estão no trabalho. Quando não é possível a contratação remunerada de outra pessoa que desenvolva o trabalho doméstico e a maternagem, é comum os pais recorrerem a uma rede de apoio (família, amigos, vizinhos ou irmãos mais velhos da criança) ou mesmo deixarem o filho permanecer um tempo sozinho em casa (Sorj, 2001 citado por Sorj et al., 2007).

Historicamente foi relegado às mulheres o papel de cuidar de crianças, educá-las, nutrir a família, cozinhar, lavar, passar, secar e limpar, mas, infelizmente, essas tarefas são consideradas subprofissões em um país em desenvolvimento. Se realizarmos um retrospecto histórico, todos os trabalhos relegados às mulheres eram considerados improdutivos, e após a reforma social causada pela revolução industrial, não deveriam ser remunerados, invisibilizando, assim, o trabalho das mulheres. Consequentemente, as profissões consideradas femininas são atingidas pelos resquícios históricos de uma

divisão do trabalho apoiada no conceito de gênero (Zanello, 2018; Moura & Araújo, 2004; Badinter, 1985).

Além das subprofissões, Bruschini & Lombardi (2002) e Bruschini (1979) mencionam os guetos profissionais femininos. Por mais que as mulheres tenham avançado em escolarização e conquistado bons empregos, existem desigualdades salariais e a sexualização das ocupações no mundo do trabalho. Por exemplo, um gueto predominantemente feminino é o das educadoras/professoras, principalmente na educação infantil ou na área da linguística, como letras e artes, seguido pelo gueto das profissionais da saúde. Louro (2004) comenta sobre as mulheres no magistério:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental; ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocação” (Louro, 2004, p. 471).

É possível notar que as mulheres tiveram a permissão de avançar no trabalho remunerado, na esfera pública, desde que os novos espaços ocupados pudessem ser reproduções dos trabalhos já desenvolvidos por elas com maestria – os trabalhos reprodutivos –, como acontece com o magistério. Talvez isso nos permita compreender por que as mulheres enfrentam resistência para ingressar em algumas ocupações profissionais de nível superior ou encontram maiores dificuldades para se estabelecerem em áreas como ciências exatas, agrárias e tecnológicas. Consequentemente, esses obstáculos favorecem a presença das mulheres nas ciências humanas e biológicas, principalmente em ocupações que apresentem o cuidado como cerne.

Essa naturalização do cuidado na profissionalização reflete na remuneração das mulheres. Partindo dos trabalhos domésticos, várias profissões relacionadas ao cuidar sofreram um amplo processo de feminização, como babá, passadeira, enfermeira, nutricionista, psicóloga etc. Essas funções apresentam remuneração inferior a profissões tipicamente masculinas, como mecânico, engenheiro civil, engenheiro eletricitista, entre outras (Zanello, 2018).

Algumas tramas sociais inserem as mulheres em uma situação de segmentação e desigualdade estrutural nas relações de trabalho, como, por exemplo, a família, a casa e os filhos. Essas atribuições domésticas, consideradas naturalmente femininas, colocam as mulheres em condições de limitação social, ou melhor, transformam-se em justificativa para explicar a diferença salarial entre homens e mulheres e até dificultam a ascensão em uma instituição (Segnini, 1998). Corroborando esse raciocínio, Antunes (2009, p. 108-109) coloca o seguinte:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera de reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas.

Antunes (2009) aborda a sobrecarga das mulheres ao desenvolverem os trabalhos remunerados (esfera pública) e não remunerados (esfera privada) e aponta para o trabalho reprodutivo como uma estratégia de manutenção do sistema econômico vigente por meio da invisibilidade.

Esta dissertação considera a quádrupla jornada das mulheres, considerando as vivências concomitantes entre (1) trabalho na esfera pública, (2) estudo *stricto sensu*, (3) afazeres domésticos e (4) maternagem. A divisão do trabalho privado em duas jornadas ocorre por conter tarefas distintas. A jornada dos afazeres domésticos e a da maternagem exigem dedicação e tempo, assim como o trabalho na esfera pública e o estudo. No entanto, os trabalhos na esfera privada ocorrem sem um controle de tempo: não há dia da semana, não há folga, não há férias e não há garantia de direitos trabalhistas. Além disso, a captura da mulher nessas funções é maior porque envolve afetos, seja na maternagem ou nos afazeres domésticos; afinal, dificilmente deixaremos de desenvolver aquilo que será para o bem comum daqueles com quem compartilhamos o mesmo espaço.

Falquet (2008, 2016) apresenta três grandes tarefas desvalorizadas e não remuneradas geralmente desenvolvidas por mulheres. A primeira é o trabalho de manutenção dos membros do grupo familiar, que é uma apropriação privada ou individual que ocorre por meio do casamento – ou concubinato, família monoparental etc. A segunda é o trabalho sexual (como proposto por Paola Tabet (1985, 2004) citada por Falquet (2008, 2016)), que desperta reflexão para a naturalização das relações sexuais. Por exemplo, tanto as profissionais do sexo quanto as mulheres casadas estabelecem trocas econômico-sexuais: as primeiras desempenham um trabalho sexual delimitado, ao passo que as segundas, ligadas pelo casamento, responsabilizam-se por uma ampla possibilidade de serviços legitimados pelo amor e/ou pelo dever, como trabalho sexual, procriativo, doméstico e emocional. A terceira função é o trabalho de criação das crianças, que envolve o cuidado e a educação dos filhos.

O trabalho de reprodução social é explorado tanto pela classe dos homens como pelo Estado, que não oferta muitas alternativas de cuidado para crianças, idosos, ou outras pessoas que o exijam. Nesse cenário, há mulheres privilegiadas, que podem terceirizar o trabalho do cuidado, e há mulheres não privilegiadas, que assumem a apropriação individual e coletiva, ou seja, privada e pública, como explica Falquet (2016, p. 45): “Apenas as mulheres mais privilegiadas e/ou combativas e organizadas podem ter esperança de escapar da apropriação individual pela entrada nas relações assalariadas”. Por esse motivo, o negligenciamento das relações de raça e classe, segundo Falquet (2016), constitui-se em um erro para medir os avanços das mulheres utilizando apenas a régua unívoca e limitada do gênero.

A literatura relata que as definições de papéis de gênero se materializam nas famílias e corroboram as características socioeconômicas das sociedades, na distribuição desigual das tarefas domésticas, do cuidado com os membros da família e, conseqüentemente, das oportunidades de ocupação de posições públicas. Em outras palavras, a concentração de tarefas reprodutivas nas mulheres limita as possibilidades de elas ocuparem o mercado de trabalho remunerado (Araújo et al., 2018).

Essa realidade contraria o discurso de que o capitalismo proporcionaria uma emancipação feminina do trabalho privado e favoreceria o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, pois esse sistema, na verdade, abriu um espaço de maior exploração para as mulheres do que para homens, evidenciando um recorte de gênero, classe e raça (Saffioti, 2013). Por serem menos valorizadas e por terem uma renda considerada secundária dentro do lar, as mulheres são mão de obra barata no capitalismo (Saffioti

(2013). Logo, a proposta/lógica de funcionamento do capitalismo favorece essa exploração, mesmo que nem o capitalismo nem o machismo a tenham inventado.

É possível constatar que é falsa a premissa de que a mulher sairia do trabalho privado para ocupar espaços de trabalho público. Na atualidade, uma parcela significativa das mulheres trabalhadoras encontra-se no trabalho doméstico mesmo fora do seu ambiente familiar. Na prestação de serviço como substituição das atividades domésticas de outra mulher com situação econômica mais favorecida, essas mulheres trabalhadoras não deixaram o espaço privado. Também é inegável que as mulheres trabalhadoras que ocupam espaços públicos continuam a exercer os trabalhos domésticos nos seus ambientes privados (Saffioti, 2013).

A ideia de que a conquista dos espaços públicos de trabalho pelas mulheres seria uma estratégia emancipatória, que as tirariam do papel subjugado na família para a conquista do mercado de trabalho, foi, segundo Bruschini (1994), consequência de forte influência dos movimentos feministas das norte-americanas.

Segnini (1998) declara que as mulheres, histórica e culturalmente, adquiriram qualificações sociais no espaço privado, mais comumente no trabalho doméstico. Consequentemente, no contexto público, ou em organizações, as mulheres apresentam elevados índices de produtividade, polivalência e fácil adaptação. Acredita-se que as vivências na vida privada, com os seus mais diferentes papéis, contribuam para a facilidade que as mulheres têm de se adaptar. Elas criam estratégias para aumento de produtividade; contam com habilidades sociais, como competências comunicacionais (clareza e eficácia na comunicação para uma relação agradável com colegas de trabalho, clientes, chefias, funcionários), flexibilidade no contexto das novas formas de gestão do trabalho e das novas tecnologias e polivalência (múltiplos papéis nas esferas pública e privada); e têm níveis de escolaridade mais elevados (Hirata, 2002, 2005, 2007; Segnini, 1998).

As condições de trabalho sofreram mutações significativas no cenário mundial e, em especial, no Brasil: houve um aumento da oferta de trabalho precário, do trabalho informal/temporário e do desemprego e uma queda generalizada de salários. Além disso, houve a redução de direitos sociais e da participação do Estado na economia e a individualização da responsabilidade do trabalhador sobre sua condição, que, muitas vezes, não atende às exigências do mercado de trabalho (Antunes & Alves, 2004; Harvey, 2003; Hirata, 2002, 2005, 2007; Hirata & Kergoat, 2003; Segnini, 1998).

Hirata (2007) discute a flexibilidade, que tomou forma nas organizações no começo dos anos 1980. Inicialmente, flexibilidade se referia a mudanças na organização do trabalho e da produção (fábrica flexível), mas, depois, foi estendida ao mercado de trabalho (flexibilidade do emprego), alcançando até o tempo (trabalho de meio período, de tempo parcial, banco de horas, políticas de redução das horas trabalhadas). O termo flexibilidade é utilizado como sinônimo de adaptabilidade e maleabilidade, mas, no mundo do trabalho, flexibilidade é proponente de precariedade quanto às condições de trabalho, salário e proteção social, induzida pela emergência de novos modelos produtivos (Hirata, 2007).

Cabe mencionar que a flexibilidade busca transferir aos trabalhadores a instabilidade relacionada às flutuações do cenário/contexto e diminuir o custo de mão de obra; coloca em debate a legislação do trabalho, o tempo, a duração, o salário e a proteção social; é uma estratégia facilitadora de recursos e formas de emprego (como trabalho temporário, trabalho autônomo, tempo parcial, trabalho em domicílio, a distância e teletrabalho, estágio ou aprendizagem de jovens) que visam exclusivamente o menor custo para os empregadores. Essas condições geram a emergência de formas de trabalho em uma tenuidade entre a inatividade e o emprego, que são empregos de curta duração e de forte instabilidade que nem sempre permitem viver de sua remuneração, estando assim mais próximos da inatividade do que do emprego (Meulders, 2003).

Para a realização da flexibilidade do trabalho, a divisão sexual do trabalho é requisito. Se considerarmos a flexibilidade no volume e no tempo do trabalho, as mulheres se adaptam com maior facilidade na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Na relação entre flexibilização do trabalho e salários, há a construção social de que o salário feminino se estabelece como uma renda complementar – apesar de ser cada vez mais comum mulheres no mundo do trabalho profissional distanciarem-se dessa construção (Hirata, 2007).

As mulheres são mais vulneráveis à flexibilidade no mundo do trabalho, pois as práticas patriarcais as tornaram historicamente mais suscetíveis à exploração. Refletindo a posição construída da mulher no interior da família, relegada a um trabalho não remunerado, a entrada feminina nos trabalhos mercantis caracterizou-se como uma mão de obra de reserva, com menor participação e remuneração (Walby, 2003). Porém, será que as mulheres contemporâneas estão em menor quantidade na participação no mercado de trabalho? As mulheres ainda são visualizadas como mão de obra reserva? Ainda há

assimetria salarial relacionada ao gênero, ou uma maior valorização de um gênero em detrimento do outro?

Ao serem consideradas como exército de reserva, segundo algumas teorias, as mulheres são úteis em períodos de crescimento econômico; já, em momentos de crise e recessão, são descartadas, marcando a suscetibilidade das mulheres no mercado. Porém, se realizarmos um retrospecto histórico, as mulheres estiveram presentes na economia mesmo em períodos de crises, o que torna incorreto classificar o trabalho das mulheres como exército reserva (Walby, 2003).

Com as significativas transformações nas relações de gênero ao longo dos anos, as mulheres têm conquistado espaços e importância no exercício profissional graças a alguns movimentos de luta, como os feminismos. Mas ainda é desafiadora a carga de trabalho das mulheres quando pensamos no lar e na família, a qual ainda necessita ser vencida para que o trabalho remunerado seja mais equânime: “As mulheres estão cada vez mais presentes no trabalho remunerado, porém particularmente no trabalho em tempo parcial, uma das formas de emprego mais marginais e precárias” (Walby, 2003, p. 291).

Alguns anos após a flexibilização ter adentrado o mundo do trabalho, foi possível observar a degradação da saúde mental. Pesquisas denunciam o aumento das patologias e até descompensações psíquicas dos trabalhadores, em contraposição às vantagens para os empregadores, por exemplo, na flexibilidade do tempo – em que as horas extras podem agora ser revertidas em bancos de horas após uma negociação sindical, haja vista que os movimentos sindicais perderam sua força de mobilização de outrora (Hirata, 2007) – e na flexibilidade na contratação – em que os trabalhadores são mal remunerados e sujeitados a trabalhos repetitivos, desprotegidos e desprestigiados e a contratos temporários ou de meio período.

Os contratos de meio período contemplam os interesses das mulheres que pretendem conciliar o trabalho remunerado, a vida familiar (afazeres domésticos e cuidado de filhos e/ou outros familiares) e os estudos. A flexibilidade do tempo de trabalho é sedutora, pois leva a crer que facilita a conciliação das inúmeras jornadas que as mulheres assumem em seus cotidianos. Entretanto, muitas mulheres assumem tempo integral de trabalho, com obrigatoriedade do registro de tempo (controle de tempo e frequência por meio de ponto eletrônico, conforme determina a Portaria nº. 1.510, de 21 de agosto de 2009), e ainda conciliam os trabalhos não remunerados no ambiente familiar e outras jornadas, como estudo. Além do processo de flexibilização do trabalho e do

tempo do trabalho que abarcou as mulheres, há também os trabalhos informais, sem garantias de seguridade social, naturalizando as precariedades do processo de trabalho.

A precarização do trabalho feminino corresponde a uma bipolarização: em um extremo, estão as mulheres altamente qualificadas e bem remuneradas, como engenheiras, arquitetas, médicas, gerentes, advogadas, magistradas etc.; no outro, estão mulheres com baixa qualificação, baixos salários e com trabalhos sem reconhecimento social. As trabalhadoras menos favorecidas econômica e socialmente configuram-se como mulheres que, na maioria das vezes, assumem atividades/responsabilidades domésticas para que outras mulheres possam ascender na carreira profissional. Essa engrenagem perversa, no entanto, é constituinte do sistema globalizado, que desvaloriza o capital humano e condiciona-o a uma lógica de subordinação por necessidade ou recessão econômica. Assim, muitas mulheres “inativas” e sem qualificação submetem-se a essa lógica do mercado (Hirata, 2002, 2005).

Diante desse cenário, a escolarização torna-se uma possibilidade para se encaixar no mercado de trabalho; entretanto, mesmo com um aumento nos níveis de escolarização dos trabalhadores, a precarização do trabalho se mostra crescente (fruto da flexibilização das condições e da organização do trabalho)⁹. Apregoa-se o discurso de que quanto maior a escolarização, melhores serão as condições de trabalho, meritocracia, mas não é o que de fato ocorre. Consequentemente, surgem, de forma desmedida, crises identitárias e socioprofissionais do trabalhador “forçado” à flexibilidade e às precariedades. Com mudanças na forma de gestão do trabalho, em que há um poder autoritário, às vezes velado, o trabalhador se sujeita à obediência e tem sua liberdade cerceada para poder sobreviver ao sistema. Vale ressaltar que os mais atingidos pela precarização do trabalho são principalmente as pessoas discriminadas por gênero, raça, etnia e/ou condições socioeconômicas (Antunes & Alves, 2004; Harvey, 2003; Hirata, 2002, 2005, 2007; Segnini, 1998).

Aqui, lanço alguns questionamentos: será que nós, mulheres, não estamos reproduzindo as relações de dominação do modo capitalista de produção? Como questiona, Falquet (2016), a flexibilização e as propostas capitalistas para o trabalho são uma liberação ou novas formas de apropriação? Se há um desejo pela igualdade de gênero, emancipação e liberdade a todas, é preciso exigir também a ampliação de oportunidades para as mulheres nos processos de escolarização e crescimento

⁹ Para mais informações, ver Antunes (2018).

profissional, para que a mudança não seja apenas na relação de dominação. Nesse sentido, Bader Sawaia (1998; 2006a; 2006b; 2014) nos convida ao exercício da reflexão e do compromisso ético-político, a fim de lutarmos contra as artimanhas da exclusão, implicadas em considerar cada época histórica, cada situação social, e compromissadas em desnaturalizar a passividade e potencializar como verbo da práxis¹⁰ psicossocial.

Com o advento da globalização, as mulheres conquistaram mais espaços no mercado de trabalho, seja informal ou formalmente. Além disso, a reestruturação produtiva da década de 1980, a diminuição da taxa de fertilidade (com o acesso à pílula anticoncepcional), a invenção do leite em pó e a conjuntura socioeconômica atrelada a transformações culturais também contribuíram para expandir a presença das mulheres no âmbito profissional. Porém, a precarização e a vulnerabilidade estão presentes nas mais variadas formas de trabalho remunerado feminino, como nos mostra Hirata (2002, 2005), independentemente de estarem no Brasil ou em outros países (Hirata, 2002, 2005; Hirata & Kergoat, 2003, 2007).

Hirata (2015), em seu estudo sobre as desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho na perspectiva comparativa, afirma que as dinâmicas de classe e raça e os movimentos migratórios não podem ser compreendidos sem a perspectiva de gênero. Considerando essa interseção, ela apresenta quatro modelos de conciliação entre vida familiar e vida profissional. No primeiro modelo, o tradicional, as mulheres dedicam-se exclusivamente ao cuidado dos filhos e da casa, sem assumir nenhum tipo de trabalho fora do ambiente familiar, tendo o homem como provedor. Tal modelo está fadado a uma diminuição significativa, pois é cada vez mais comum que ambos os cônjuges trabalhem para o sustento da família. No modelo de conciliação, as mulheres trabalham fora e ajustam o trabalho profissional com o trabalho doméstico; o homem não vê a necessidade de conciliar, pois não considera o trabalho doméstico como algo que ele deva realizar. Já no modelo de parceria, mulheres e homens compartilham as tarefas domésticas e os cuidados com a família. Por último, no modelo da delegação, as mulheres mais bem estabelecidas financeiramente transferem para outras mulheres o cuidado da casa, da família e das crianças, que é realizado em geral por mulheres desprovidas de recursos e

¹⁰ Práxis aqui não é somente entendida como sinônimo de prática. Seguindo o raciocínio de Paulo Freire (2005), práxis é uma unidade dialética entre o conhecimento e a prática. Significa uma atuação informada pela teoria, que produz colisão na realidade, e retorna para informar a teoria. Logo, a práxis é uma atuação que confronta e resolve contradições, ou, como colocam Paulo Freire e a psicologia social crítica, é a necessidade de conscientização. Ao agirmos refletindo sobre a ação, orientamos as novas ações, potências de transformação de realidades. Então, práxis é uma teoria que informa uma prática que reinforma uma teoria.

necessitando de trabalho para sustentar a família. A autora afirma que não seria possível a existência de mulheres bem-sucedidas profissionalmente se não houvesse outras mulheres responsáveis pelas atividades domésticas das primeiras. Nesse cenário controverso, porém real, as mulheres passam a reproduzir a ideologia de dominação que os homens, em sua grande maioria, exercem sobre as mulheres. Assim, como corrobora Biroli (2018), a produção do gênero nas relações do trabalho ocorre pela interseção de gênero, classe e raça.

Seguindo esse desenrolar de conceitos, Diniz (1999) afirma que as tradições políticas, culturais e sociais extremamente arraigadas contribuem para uma sobrecarga das mulheres que conciliam responsabilidades familiares e profissionais, aumentando o hiato entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Como já vimos, apesar de as mulheres trabalhadoras terem uma escolaridade muito superior à dos trabalhadores – um diferencial de gênero que se verifica também na população em geral. (Bruschini & Lombardi, 2003, p. 20) –, esse destaque estatístico não corresponde a uma melhor remuneração das mulheres em relação aos homens em cargos ocupados semelhantemente pelos dois gêneros. Nessas condições, as mulheres ficam em desvantagem no mercado de trabalho, têm acesso reduzido a promoções e ao desenvolvimento de sua carreira e concentram-se em profissões menos valorizadas socialmente. Além disso, Bruschni et al. (2008) comentam que o nível de remuneração dos brasileiros é reconhecidamente baixo comparado ao de outros países, e é ainda menor entre as trabalhadoras brasileiras.

Paralelamente à baixa remuneração, Segnini (1998) afirma que, no contexto da acumulação flexível de trabalho, as relações de poder no trabalho em tempo parcial reafirmam a permanência de antigos papéis considerados femininos (mãe, esposa, dona de casa). Tal situação fragiliza as mulheres nas relações de trabalho – corroborando a estrutura da segmentação das relações de gênero no ambiente de trabalho e as relações de poder – e, sequencialmente, reflete na saúde das mulheres trabalhadoras.

Mesmo nos casos em que a mulher tenha rendimentos maiores que os do homem, estes ainda são considerados como um complemento ao orçamento no discurso familiar. Por outro lado, as tarefas domésticas desempenhadas pelos maridos são percebidas como uma “ajuda”, expressando a isenção de responsabilidade deles nessa esfera. Nota-se que, mesmo vivenciando uma situação de sustento não tradicional, mantém-se um funcionamento bastante clássico, ou seja, a responsabilidade de cuidado da casa ainda é das mulheres, e a renda delas não assume a devida importância (Wagner et al., 2005). Dessa forma, podemos concluir que falar de remuneração por um trabalho também é falar

de gênero, pois esse aspecto surge como indissociável das construções sociais, históricas e culturais próprias do mundo do trabalho.

As preocupações iniciais das pesquisas brasileiras desenvolvidas sobre as mulheres e o mercado de trabalho focaram na ótica da produção, sem considerar que o lugar que as mulheres ocupavam na sociedade estava relacionado com o seu papel na família. Posteriormente, os estudos consideraram o desenvolvimento do trabalho reprodutivo e começaram a investigar a conciliação entre os trabalhos não remunerados e os trabalhos remunerados. Ainda outras mudanças ocorreram quando o foco das pesquisas passou a ser a divisão sexual do trabalho. A partir de então, os estudos se propuseram a combater a invisibilidade, o silêncio e a desvalorização das mulheres no mundo do trabalho e privilegiaram as variáveis econômicas revelando desigualdades salariais, segregações ocupacionais e discriminações (Bruschini, 1994).

O estudo das mulheres no mundo do trabalho no Brasil é caracterizado pela busca da superação de dicotomias – inicialmente entre trabalho remunerado e não remunerado, e depois entre homens e mulheres (Bruschini, 1994). Na contemporaneidade, considera-se a interseccionalidade entre classe, gênero, raça, territorialidades, entre outros aspectos. Territorialidade aqui significa considerar o local e o contexto sociocultural onde ocorre determinada pesquisa. Se pensarmos na vasta extensão territorial brasileira, os trabalhos desenvolvidos por professoras universitárias no nordeste brasileiro podem não ser muito próximos do trabalho desenvolvido por professoras universitárias no sul do país.

Se, no passado, as mulheres lutaram para conquistar espaços no mundo do trabalho, na contemporaneidade os desafios aumentaram. Ainda existe resistência e perseverança em alguns espaços, mas cabe às mulheres a intensa luta de conciliação de infinitas jornadas de trabalho e o desenvolvimento de práticas cotidianas de equidade para minimizar as desigualdades de gênero e, conseqüentemente, raça, classe, entre outras.

3.1. Mulheres e a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil

Na tentativa de compreender e problematizar uma das jornadas que compõe a quádrupla jornada assumidas pelas mulheres do presente estudo. Objetivou-se conhecer o que envolve a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Historicamente há registros que o pontapé inicial para a pós-graduação no Brasil ocorreu na década de 1930, mas só na década de 1940 que foi utilizado a denominação

pós-graduação. E na década de 1950 aconteceram acordos entre universidades norte-americanas e brasileiras. Mas foi na década de 1960 que houve uma iniciativa na Universidade do Brasil, área de ciências físicas e biológicas, também foi estabelecido um convênio com a Fundação Ford, nasceu a Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-graduação em Engenharia, e foram surgindo programas nas universidades. A referência para o Brasil, no campo das pós-graduações foi a Europa e os Estados Unidos, o contexto inicial foi de dependência de suas referências, assumindo a característica de uma ciência de reprodução científico-cultural, Santos (2003).

A pós-graduação no Brasil foi e tem sido propulsora para políticas de Estado, sejam elas internas e/ou externas, abarcando ações na esfera das políticas públicas, ampliando e publicizando os conhecimentos nacionais. E após a década de 1970 a produção científica brasileira conquistou a visibilidade no exterior, Freitas & Souza (2018).

Há inúmeros programas de pós-graduação no país, sejam eles públicos e/ou privados, todos exigem uma comprovação do domínio e/ou conhecimento de uma língua diferente da língua portuguesa. Cada programa funciona de acordo com um conjunto prescritivo de normas e regras, portanto cada programa apresenta seu regulamento, há, por exemplo, regulamentos de pós-graduação que não preveem a maternidade, tão pouco questões como a parentalidade entre as postulantes ao título de mestres ou doutoras.

Dedicar-se ao estudo *stricto sensu* envolve investimento de tempo, financeiro, em detrimento de reduzidos momentos de lazer, de convívios sociais, familiares, entre outros. Compreendemos o investimento e dedicação ao estudo *stricto sensu* como um trabalho, às vezes, remunerado, por bolsas de estudos, ou não remunerado. Porém, nenhum estudante *stricto sensu* no Brasil, está amparado pela seguridade social, mesmo os estudantes contemplados com bolsas de estudos, não contribuem financeiramente para a previdência social, não contam com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), e nem poderão contar como tempo de serviço para a futura aposentadoria, (Bitencourt, 2013).

A lógica pós-moderna e pós-fordista que legitima e amplia a reestruturação produtiva, a flexibilização das condições de trabalho, do tempo, do salário, a alta competitividade, as exigências por qualificações, favorecem o investimento, e dedicação

aos estudos, afinal a graduação, já não parece ser suficiente (Heloani & Piolli, 2005; Fabbro, 2006; Silva & Bardagi, 2015).

A busca por pós-graduação *stricto sensu* pode ser atrelada a possibilidade de maior variedade no campo de atuação, assim como a falácia da qualificação, e a ampliação de vagas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* que ocorreu há alguns anos (Heloani & Piolli, 2005; Silva & Bardagi, 2015; Freitas & Souza, 2018).

Há uma lógica empresarial, nutrida pelo modelo neoliberal que dispara a produtividade e a globalização da economia, assim como ampara as qualificações e as competências exigidas pela produção acadêmica. A necessidade de publicar artigos em periódicos nacionais e/ou internacionais, impõe as mulheres, trabalhadoras, pesquisadoras e mãe um desafio de uma jornada excessiva de trabalho, assevera Fabbro (2006).

No Brasil há um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, e existem critérios para tal, um dos critérios muito debatido é número de publicações em periódicos, nacionais e internacionais, com intuito de obter um melhor conceito nas avaliações, os docentes e os discentes de programas *stricto sensu*, sejam eles públicos e privados, trabalham para publicar. A aprovação em concursos públicos, para ingresso na carreira de docente e pesquisador, a progressão na carreira acadêmica, são pautadas no número de publicação, o acesso a bolsas de pesquisas e fomento de pesquisas são medidos pelo número de publicações, pontua mais de acordo com a avaliação/categorização do periódico. Os debates são inúmeros, como por exemplo, o que deve ser priorizado, a quantidade de publicações ou relevância da pesquisa científica? O sistema avaliativo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) na atualidade favorece o desenvolvimento de pesquisas científicas, em uma abordagem, ou melhor, viabiliza técnicas metodológicas que podem ser realizadas em menor prazo de realização? Tal sistema avaliativo, produtivista alimenta a competitividade entre os pares? As pesquisas acadêmicas estão sendo destinadas a atender a quais demandas? A pesquisa e a extensão estão superando os déficits sociais? A produção científica brasileira está sendo mercantilizada? Há implicação social, política, ética nos rankins das instituições e ou programas que desenvolvem pesquisas *stricto sensu*? Há o reconhecimento das desigualdades, quanto as mulheres, a população LGBT, entre outras, na produção científico acadêmica? A pressão por produtividade ocasiona constrangimento coletivo por meio da divulgação de rankins? (Mattos, 2008; Sguissardi, 2010; Patrus et al., 2015).

Enfim, é possível observar que a pós-graduação *stricto sensu* não pensa, e nem sempre acolhe mulheres em vivência de quádrupla jornada. Há outras questões sobre a pós-graduação *stricto sensu*, dissolvidas na problematização das vivências.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Como já relatado na seção introdutória, o objetivo deste trabalho foi investigar empiricamente as vivências das mulheres trabalhadoras, estudantes ou já concluintes de pós-graduação *stricto sensu*, mães e que exercem responsabilidades nas atividades domésticas. Nas próximas seções, serão detalhados a classificação e o tipo de abordagem da pesquisa e os aspectos metodológicos.

4.1 Arcabouço teórico que fundamentou a pesquisa

O presente estudo adota como base teórica a psicologia social crítica e a sociologia do trabalho. Ambos esses aportes teóricos visam trazer à presente pesquisadora uma capacidade analítica e reflexiva, que transborda o simples acúmulo de dados e permite uma análise crítica dos fenômenos observados e experienciados. Nesse sentido, nossa preocupação reside em investigar e compreender como os indivíduos estão inseridos nas sociedades, como eles a percebem e o que lhes permite ou impede de agir sobre ela. Portanto, nossa análise toma como base os conteúdos históricos sociais presentes na constituição dos indivíduos e seus coletivos.

Conforme propõe Lane (1981), a psicologia social tem como objetivo estudar a relação entre o indivíduo e a sociedade sob uma visão histórica, analisando desde como seus membros se organizam até como se formam seus costumes, valores e instituições necessários para a continuidade da sociedade. Destarte, o indivíduo não é visto de forma isolada, mas, sim, como um membro constituído por uma gama de mecanismos sociais, que, por sua vez, é capaz de constituir a sociedade.

No que tange à sociologia do trabalho, este estudo está abrigado em uma de suas vertentes: divisão sexual e estudos de gênero. De acordo com Hirata (2006), os estudos de gênero têm, sobretudo, contribuído para expandir o conceito de trabalho para além do trabalho profissional, dando a devida importância ao trabalho doméstico e ao trabalho exercido pelas mulheres no seio familiar.

Mesmo que a base teórica deste trabalho seja a psicologia social crítica e a sociologia do trabalho, é fundamental a interlocução com outras áreas e saberes

(Monteiro, 2006). Exercitamos a interdisciplinaridade¹¹ com o intuito de atingirmos a transdisciplinaridade¹², afinal, a complexidade das realidades e dos contextos históricos sociais é múltipla. A ampliação da problematização e dos processos reflexivos quanto à teoria e à prática proporciona liberdade (comprometida com a responsabilidade histórica) e, principalmente, implicações sociopolíticas nas construções de novas possibilidades, ressignificações (Lane, 1981, 1999, 2015; Lima et al., 2009; Monteiro, 2006; Sawaia 2006a; 2006b).

Torna-se pertinente mencionar que as questões sociais e os problemas sociológicos caminham juntos, e as adversidades relacionadas ao mundo do trabalho, à saúde, à educação, às ciências, à cultura, à família, à religião, à política, à violência, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas e à sexualidade envolvem, ou melhor, são atravessadas pelos estudos de gênero, como nos coloca Scavone (2008). Por isso, no desenrolar desta escrita, estarão presentes contribuições dos estudos de gênero.

Os estudos relacionados ao gênero descortinaram às relações de poder existentes nas relações sociais, questionando a naturalização instituída de ordem sexual que divide o mundo social em gêneros. Quando pensamos nos estudos dos poderes, dos micropoderes, rapidamente os associamos a Michel Foucault, que também apresentou importantes análises sobre as questões do corpo, da sexualidade e do saber disciplinar, fornecendo ricas contribuições para este arcabouço teórico.

Foucault (1987, 2015) propõe a transformação social por meio da deslegitimação das formas de poder e dominação, pela desnaturalização de situações e comportamentos impostos pelo poder. As reconstruções ocorrem por meio do conhecimento do passado, da história que nos constitui, que nos subjetivou; logo, rever o passado é encontrar outro sentido, é ressignificar o presente e, conseqüentemente, o futuro.

¹¹ Lane (1999) constata que, para a compreensão do ser humano, é impossível delimitarmos os conhecimentos, afinal todas as áreas contribuem para a ampliação dos conhecimentos, dos indivíduos, dos grupos, das sociedades e das produções das existências materiais e concretas.

A interdisciplinaridade solicita uma abertura para dialogar com outros campos do saber com trocas contínuas. Ela propõe mais horizontalidade e menos hierarquização entre os diferentes profissionais/agentes e disciplinas. Atua de forma a ampliar as possibilidades de intervenção com recursos teóricos e metodológicos que possam ser compartilhados com a equipe e os profissionais envolvidos nas construções de ações conjuntas (Spink et al., 2014).

¹² Atua de maneira semelhante à interdisciplinaridade no que se refere à possibilidade de trabalho conjunto, mas com a diferença de permitir maior trânsito e circularidade entre as disciplinas, pois não há fronteira entre elas (Spink et al., 2014).

Seguindo esse raciocínio pós-estruturalista, façamos uma conexão com a história da mulher ingressando no mundo do trabalho, mais especificamente no Brasil: “as mulheres eram as mais exploradas, com jornadas de trabalho de até 16 horas” (Moraes, 2015, p. 507). Além das longas jornadas de trabalho, também há construções históricas do acúmulo de tarefas: “As mulheres estão sobrecarregadas. Têm as mesmas responsabilidades de provedoras que seus maridos/companheiros, mas não conseguem dividir com eles o trabalho doméstico” (Moraes, 2015, p. 503). Os dois recortes evidenciam que a forma como se subjetivaram/constituíram as mulheres e o mundo do trabalho beneficiou um grupo social.

A fim de desconstruirmos os essencialismos/naturalismos e construirmos o relativismo, a dialética, neste estudo, Boaventura de Sousa Santos (2008) propõe que a revolução científica deve promover não apenas o saber científico, mas o ético-social, uma quebra no paradigma de objetividade para discursos pluralizados/multiplicidade de discursos. Para tal, a consequência é o abandono da ética da verdade para dar lugar à ética da implicação, que vai muito além da transmissão de dados, abarcando construções e linguagens provocativas, afetadas, reflexivas e polissêmicas.

A psicologia social crítica também propõe uma superação de paradigma, em que o dominante seja substituído pelo ético/implicativo. Sawaia (2006) aponta que a ética sempre esteve inscrita na epistemologia; no entanto, o paradigma dominante realizou uma cisão, concebendo as epistemologias como construções do que são determinadas as coisas/assuntos, como se conhece tais coisas/assuntos, cabendo à ética o que deve ser. A autora enfatiza que não se deve separar a esfera das coisas/assuntos da esfera dos valores, por compreender que a definição do que é já contém, é indivisível, ao que deve ser. Cisões como ser humano passivo/ativo, ordem/conflito, uno/múltiplo são construções do conhecimento e deveriam ser vistas como ideias reguladoras do pensar, mas se transformaram em ideias reguladoras do próprio objeto. Um exemplo é a concepção de natureza humana que sentenciou o ser humano como inalterável nas ciências humanas.

A proposta deste processo dissertativo é a construção de uma pesquisa decolonial, tal qual nos apresentam as autoras Freitas e Araújo (2019): ouvir vozes com os seus saberes e fazeres que sempre existiram, mas foram ocultadas pelo pensamento colonizado. A proposta é dialogar com as epistemes que se hegemonizam, mas com uma ação reflexiva e crítica aos reducionismos do olhar eurocêntrico, que revela um lugar e um tempo que nos foi instituído desconsiderando os modos de vida aqui existentes.

4.1.1 Psicologia social crítica

Torna-se importante esclarecer que o nascimento da psicologia enquanto ciência acontece em um período de efervescência das teorias sociais da modernidade, e, para buscar o reconhecimento científico, a psicologia recorre a construções de pensamentos como verdade, objetividade e neutralidade. Assim, ela estabeleceu critérios que possibilitavam a construção de certo e errado, bem e mal, verdadeiro e falso, real e irreal, normal e anormal, naturalizando situações e comportamentos e produzindo normatividades. Em seguida, na busca por romper com a produção de uma ciência no modelo positivista, nasce a psicologia social crítica, assumindo ações reflexivas e implicadas e refutando naturalizações, universalizações, essencialismos e neutralidades (Borges, 2014).

Pedrinho Guareschi (2012), em sua obra *Psicologia social crítica: como prática de libertação*, apresenta de maneira esmiuçada o significado da palavra crítica: “sua etimologia, isto é, o sentido do verbo grego *krinein*. Em grego, ele significa *julgar*, a ação de realizar um julgamento num tribunal” (Guareschi, 2012, p. 16). Partindo do significado etimológico, o autor discorre sobre o que significa julgamento e como tal concepção se constituiu na fundamentação teórica. Seguiremos esse fio condutor, em que o indispensável em um julgamento é a presença de duas perspectivas: a de acusação e a de defesa, afinal, nada é absoluto; tudo apresenta contradição: “a realidade de um fato ou fenômeno não se resume a um ponto de vista apenas” (Guareschi, 2012, p. 16). Daí vem o emprego linguístico de realidades, construções, desconstruções, enfatizando a relatividade (historicamente os contextos mudam a longo prazo, como consequência de considerarmos que as realidades são socialmente construídas; sem caracterizar que tudo é válido, há implicação ética/responsabilização/comprometimento) em todas as ações humanas, a aceitação da contradição e o trabalho constante de negatividade presente em todo processo de conhecimento (Guareschi, 2012).

Ainda nas construções de Guareschi (2012), há o conceito de histórico que constitui o presente estudo: “Histórico é uma *qualidade* dos fatos, aquela qualidade que me diz que todos os fatos são passageiros, temporais, transitórios, precários, *relativos*, incompletos” (Guareschi, 2012, p. 17). O histórico é compreendido como antítese de absoluto, de eterno; tudo se metamorfoseia. Logo, a psicologia social crítica possibilita compreensões múltiplas das realidades.

O que diferencia a psicologia social da psicologia social crítica? Ambas deveriam promover transformações das condições sociais e individuais, ou melhor, a emancipação dos seres humanos ou de um coletivo:

La Psicología social crítica es sobre todo el resultado del continuo cuestionamiento de las prácticas de producción de conocimiento. Puede ser radical o no, en el sentido de que puede permanecer al margen de cualquier pretensión de emancipación social o sentirse plenamente implicada en ella (Íñiguez-Rueda, 2003, p. 234).

O recorte do professor Íñiguez-Rueda (2003), pesquisador da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) – com significativas contribuições nas áreas de psicologia social crítica, métodos e técnicas de investigação qualitativas, análise do discurso e análises de políticas públicas –, pondera sobre a importância da psicologia social crítica de questionar nossas práticas e produções de conhecimentos. Ele aponta que há possibilidade de emancipação social na produção científica, e o pesquisador pode permanecer fora de qualquer reivindicação ou sentir-se totalmente envolvido.

Toda ação em psicologia social deveria se propor a uma ação permanente de crítica, de problematizações, de desconstruções dos modos hegemônicos de ser, de pensar, de amar, de falar e de produzir, opondo-se às naturalizações, sanções, rotulações, entre outras ações para com as inúmeras diferenças sociais presentes na contemporaneidade, que nos afetam enquanto constituição de indivíduos. O fazer em psicologia social crítica deve ser ético-político no sentido de promover a transformação de realidades, baseando-se no reconhecimento e na responsabilização da posição de classe, de gênero, de raça e, principalmente, da posição discursiva. A posição discursiva aqui é um caminho metodológico, que permitiu a observação, a leitura, a compreensão e a operacionalização, a fim de subsidiar intervenções transformativas nas dinâmicas histórico-sociais (Lima et al., 2009).

Porém, a psicologia social brasileira se constituiu com base nos referenciais teóricos norte-americanos (carregados de assistencialismo e utilização de técnicas e procedimentos sem análise crítica), o que resultou em pesquisas e até práticas que desconheciam, ou melhor, desconsideravam a realidade local, ou seja, os contextos histórico-sociais onde tais pesquisas e práticas aconteciam (Lane, 1999, 2015; Lima et al., 2009).

A influência da corrente teórica positivista, que protocola a neutralidade científica como fundamental para o exercício da ciência e a importação teórica, reverberou em outras questões, como o distanciamento entre teoria e prática, contrapondo a importante e rica contribuição de Silvia Lane (1981, 1999) para essa área de conhecimento. Ela nos leva a refletir sobre o processo dialético como possibilidade de transformação entre as singularidades e dinâmicas histórico-sociais.

Como estamos abordando a psicologia social crítica na perspectiva brasileira, precisamos considerar o momento histórico-político do país. A profissão de psicólogo foi regulamentada no ano de 1962, e, em 1964, ocorreu o golpe militar, em que o Estado assumiu características autoritárias (período de extrema repressão e violência, em que uma reunião de cinco pessoas já era considerada uma subversão) e, conseqüentemente, influenciou as práticas psicológicas com ideologias pautadas na repressão política (Lane, 2015).

Na década de 1980, Silvia Lane e Wanderley Codo organizaram a obra *Psicologia social: o homem em movimento*, comprometida com os contextos histórico-sociais do Brasil, ressaltando a indissociabilidade da práxis cotidiana (Lane & Codo, 1999). Afinal, qual o significado de promover estudos e práticas que não sejam promotores de transformações?

A psicologia social crítica nasce por uma sistematização teórico-prática, evidenciando a importância do conhecimento da realidade comum a todos os envolvidos na pesquisa/intervenção, do estímulo à reflexão/problematização, e do resgate da subjetividade. Esses aspectos implicam nas construções da identidade, que, por sua vez, leva ao conhecimento da singularidade do ser humano e exprime em termos afetivos, motivacionais, por meio das relações com os outros, ou melhor, na vida grupal (Lane, 2015).

Outro aspecto fortalecido por Lane e Codo (1999) é a implicação com o desenvolvimento de pesquisas; a ciência não precisa se desvencilhar do que se estuda/investiga. Lane (1999) propõe que o conhecimento se produz na inserção entre o profissional/pesquisador e o público-alvo a ser investigado. Metodologicamente, deve acontecer a problematização da relação entre produção teórica e a aplicação do conhecimento, e aqui está o diferencial da psicologia social crítica: ela assume a implicação/compromisso ético-político de que o pesquisador/profissional e os indivíduos da pesquisa trabalhem juntos na busca de compreensões para situações-problema e no planejamento e na execução de possibilidades de transformação de realidades.

Lane (1999, 2015) aponta três categorias fundamentais para o exercício da psicologia social crítica: a atividade (ações encadeadas com outros indivíduos para a satisfação de uma necessidade comum), a consciência¹³ (constituição individual da consciência da reprodução ideológica intrínseca aos papéis socialmente definidos que permite a superação de individualidades e conscientização sobre as condições históricas comuns à coletividade) e a identidade. E, para a realização das três, ocorre o registro de mediações com a linguagem (e o pensamento), que possibilita as construções de planos de ações, as relações com os outros e o estabelecimento dos conteúdos da consciência.

Compreende-se que a ética já esteja inserida na psicologia social e na sociologia do trabalho: “não se trata de introduzir a ética na epistemologia, mas de desvelar sua presença, de transformar a retórica ética em ética retórica ou dialógica, para permitir a discussão e a transformação dos valores” (Sawaia, 2006, p. 47). E é justamente a ética que qualifica a teoria e a prática social; a ética é histórica e emerge como conjuntura necessária à vida em sociedade.

Ainda sobre a psicologia social crítica, cabe mencionar a relevância da sustentação teórico-metodológica, como aceitar o psicossocial inexoravelmente ético e a perspectiva analítica, compreendendo a natureza humana como um conjunto de possibilidades históricas e culturais, trabalhando a ética como um fenômeno inerente à subjetividade construída ao logo da história singular e respeitando os contextos histórico-sociais específicos (Sawaia, 2006a). O compromisso ético-epistemológico da psicologia social crítica, como como nos apontam os autores mencionados neste tópico, deve ser a promoção da autonomia e a “libertação das amarras deterministas e mecanicistas” (Sawaia, 1998, p. 120). O pensamento determinista exclui a possibilidade de um processo transformativo e nega a potência das relações humanas.

Semelhantemente, para a sociologia do trabalho, adotar a perspectiva determinista – ou seja, compreender os trabalhadores e as trabalhadoras como entidades abstratas, sem considerar que, além de serem agentes constituintes, sofrem inúmeras consequências e são transformadores do mundo do trabalho – seria desconsiderar as escolhas, as ações, as negociações, as resistências, a sindicalização, entre outras estratégias/ações que promovem alterações em suas respectivas realidades.

¹³ “A consciência não é um entezinho que está lá dentro de nossa cabeça” (Guareschi, 2012, p. 19). Para a psicologia social crítica, consciência são as respostas construídas para as reflexões, as problematizações. E desenvolver a consciência é promover a possibilidade de liberdade, implicada/comprometida com a responsabilidade de transformar realidades. A consciência em si não promove automaticamente a liberdade, mas só é livre quem tem consciência (Guareschi, 2012).

4.1.2 Sociologia do trabalho

A sociologia do trabalho nos possibilita analisar os indivíduos a partir de seus perfis sociodemográficos, de suas posições na estrutura social, de suas percepções e atitudes e das relações entre essas dimensões. Ela investiga aspectos como emprego, atividade, desemprego, saúde, escola/formação e divisão sexual do trabalho, como mencionam Hirata e Kergoat (2003). Como o presente estudo considera a perspectiva relacional, as posições sociais são sempre influenciadas pelos pertencimentos de gênero: “Ser homem ou ser mulher não tem conotação social neutra nem equitativa e interfere nos lugares, chances e trajetórias dos indivíduos ao longo de suas vidas, embora com intensidade variada” (Araújo et al., 2018, p. 2). Destarte, as relações de gênero vigentes são marcadas como relações de inequidade e de poder e mediam as trajetórias e as experiências dos indivíduos na díade que pauta a vida social – a esfera privada (família ou rede de proximidade) e a esfera pública (mundo do trabalho, da política, entre outros) –, como nos apresenta Araújo et al. (2018).

Bila Sorj, socióloga que tem desenvolvido seu caminhar acadêmico com ênfase nos estudos de gênero, trabalho, família e políticas públicas, em consonância com este trabalho, escreveu o artigo *Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros*. Nele, ela coloca a importância de a sociologia debruçar-se no mundo do trabalho por ser ele um agente promotor de configurações sociais, como, por exemplo, promulgações de direitos e deveres, construções de identidades, interesses e comportamentos políticos, estilos de vida, formas de constituição familiar, movimentos sociais, entre outras. Dadas a amplitude e a complexidade dos fenômenos, somadas às transformações sociais e trabalhistas da contemporaneidade, a autora aponta a necessidade de metamorfose da sociologia do trabalho. Ela sugere que a sociologia do trabalho dedique-se aos estudos de modelos de dominação e de gênero – algo que já foi negligenciado – e ainda propõe a necessidade de investigações no mundo do trabalho sobre a desregulação das relações contratuais de emprego e as reduções das fronteiras entre o trabalho e o não trabalho, assumindo o compromisso ético-político e reflexivo e apontando a necessidade de transformações e ressignificações nos estudos da sociologia do trabalho (Sorj, 2000).

Pautada pelo compromisso ético-social, Sorj (2000) realiza um percurso histórico e descritivo e aponta que, no século XX, acompanhando a industrialização e o imperativo da família nuclear,

os modelos interpretativos oferecidos pela Sociologia dominante passaram a ser vistos, sobretudo a noção de que a produção e o trabalho doméstico seriam regidos por diferentes princípios – isto é, de que as regras do mercado se aplicariam à produção, ao passo que o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportariam ao casamento em troca do seu sustento. (Sorj, 2000, p. 28)

A importância de a sociologia abordar a dimensão sexual das análises reverberou nas problematizações levantadas sobre a divisão sexual do trabalho. Juntamente com a sua equipe de pesquisa, a socióloga francesa do trabalho e do gênero, cientista e feminista Danièle Kergoat, propôs incluir o sexo social e o trabalho doméstico no conceito de trabalho. Tal reconceituação abarcou também “o trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil e informal. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social” (Hirata & Zarifian, 2009, p. 254).

Segundo Sorj (2000), questionamentos sobre as naturalizações das diferenças de gênero no ambiente privado/doméstico, antes justificadas como requisito funcional da sociedade moderna, foram desencadeados pelo ingresso significativo de mulheres casadas no mercado de trabalho e pelas articulações dos movimentos feministas na construção de novas possibilidades para as mulheres. Elas contribuíram para o debate político na tentativa de dissolver a inequidade e repensar o casamento, a sexualidade, e a maternidade.

Os estudos de gênero e as teorias feministas operaram uma revolução na sociologia do trabalho, pois, até então, o mundo do trabalho era compreendido como algo completamente distante da esfera privada, do ambiente doméstico. Passou-se então a considerar a importância da produção e da reprodução, uma conexão entre família e trabalho que antes não era explorada (Sorj, 2000).

Ainda sobre o entrelaçamento da sociologia e dos estudos de gênero, Scavone (2008) menciona uma sociologia feminista em construção. Essa linha observa as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo com as teorias, com o movimento e com a realidade social, pois teoria e ação se retroalimentam. A autora também menciona a necessidade da transparência, ou seja, de estender os acontecimentos da esfera privada para o mundo público; afinal, há implicações sociais e políticas nos discursos de

progresso que impõem a perfeição, mas escondem/camuflam uma sociedade sexista, racista e classista.

4.1.3 A ética da implicação, da responsabilidade: a ética como indissociável do fazer pesquisa e da práxis do cotidiano

No exercício de construir uma apresentação do que são a psicologia social crítica e a sociologia do trabalho, cabe aqui refletir sobre a ética, que tanto é mencionada no presente trabalho. As discussões e as formas de apresentação da ética são inúmeras, perpassando desde a escrita poética até uma composição mais política ou filosófica:

[...] falar em ética significa falar no compromisso com os outros e consigo mesmo de valorização e luta pela vida, pela denúncia de toda e qualquer forma de violência e degradação humana. Luta permanente por modos de vida dignos para todos, o que requer o exercício contínuo e permanente de crítica em relação ao que se faz cotidianamente e as consequências dessas ações para a vida em sociedade (Sais et al., 2007, p. 324).

A ética é o compromisso com o outro e consigo mesmo e, conseqüentemente, com a implicação do pesquisador na temática a ser estudada. As escolhas/motivações muitas vezes buscam elucidar inquietações que nos afetam e aparecem na prática profissional, nas relações de trabalho e nas situações cotidianas. Pensar em uma prática e/ou pesquisa em psicologia, ou melhor, em ciências sociais, parece trazer consigo a necessidade da luta constante por promoção de direitos e garantias de acesso, qualidade e equidade para mulheres, populações carcerárias, populações indígenas, pessoas em sofrimento psicossocial, comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, Queer, Intergênero), trabalhadores e trabalhadoras, entre outros.

Para Silva e Grubits (2006), toda pesquisa, assim como todo paradigma adotado, traz consigo uma dimensão ética e o objetivo de transformar algo, ou seja, todo psicólogo social, ao enfrentar uma problemática social que julga relevante, tem necessariamente, em mente, um referencial de como as situações devem ou deveriam ser quando mudadas e transformadas. Refletir sobre a pesquisa realizada implica em repensar ações, ter consciência de si mesmo e dos outros envolvidos, compreender os sentidos pessoais atribuídos às palavras e confrontá-las com as consequências geradas pela atividade

desenvolvida pelo grupo social; é nessa reflexão que se processa a tomada de consciência dos indivíduos (Lane, 1999). Spink (2010) coloca que o sentido são construções sociais, como um empreendimento coletivo. Tomamos a produção de sentidos como um processo interativo: ninguém produz sentido individualmente.

Faz-se, então, necessário indagar: quais os papéis políticos dos conhecimentos que as pesquisas produzem? Os conhecimentos que têm sido produzidos pelas pesquisas geram “práticas democráticas ou excludentes, libertárias ou normatizadoras, fetichizadoras ou humanizadoras?” (Sawaia, 1998, p. 119). Tais questionamentos não diferem daqueles levantados no decorrer deste processo dissertativo – para que e para quem o saber é produzido? –, evidenciando que a questão ética parte sempre de uma pergunta sobre quem é contemplado com a produção do conhecimento científico e qual visão de ser humano está implícita (e explícita) no paradigma adotado (Silva & Grubits, 2006).

Acreditamos que não há uma neutralidade da ciência, pelo fato de todos que a desenvolvem ocuparem um lugar de classe, raça, gênero e privilégios sobre outros. Logo, a universalização da ciência não é o caminho a ser percorrido neste estudo, pois há sempre contextos histórico-sociais a serem considerados, questionados, problematizados.

A proposição deste estudo é ser um contraponto às epistemologias objetivas, pois compreendemos que o conhecimento se configura como um produto histórico interligado a contextos sociais e culturais. Refutamos a postura essencialista, apresentando modos de conhecer como produtos das eventualidades humanas. Configuramo-nos como antiessencialistas, criando cenários propícios para o debate da ética (Spink, 2000).

Pensando em uma pesquisa ética, torna-se fundamental considerar a pesquisa como uma prática social sujeita à reflexividade. Além da clareza quanto aos objetivos, métodos ou até mesmo aos processos de análises, questionamos o uso do conhecimento construído ao longo da pesquisa. O compromisso ético-social também deve ser um exercício de desenvolvimento de pesquisas que promovam a descolonização do conhecimento e que sejam, de fato, emancipatórias e revolucionárias, no sentido de promover mudanças qualitativas/significativas em uma realidade.

Considerando a ética como a capacidade de estabelecer diálogo, surge o conceito de dialogia, que se caracteriza como o endereçamento de enunciados a vozes falantes e ouvintes que se interanimam mutuamente. Essas vozes podem estar espacial ou temporalmente distantes. O exercício de pesquisar resulta em uma produção de sentidos não apenas entre pesquisadores e pesquisados, mas também com muitas outras vozes –

pessoas variadas para quem apresentamos ações, agências de financiamento e autores que dão apoio teórico (processo de interanimação).

Spink (2000) enfatiza que pesquisador e pesquisado estão, necessariamente, inter-relacionados desde o momento do primeiro contato até as últimas ressonâncias do processo de interpretação dos dados. Essa inter-relação se inicia muitas vezes com o consentimento informado e se concretiza com o anonimato, que é garantido por mecanismos de proteção e ressalta o compromisso da pesquisa ética. Mesmo se a pesquisa tiver um caráter público, é necessário ter todo o cuidado e responsabilidade para impedir a identificação dos participantes.

A ética construída como norteadora do presente estudo tem um compromisso contra-hegemônico, que propõe ênfase nas relações entre o ser humano e a sociedade e visualiza o ser humano composto por três aspectos: filogenética (características fisiológicas e/ou biológicas que nascem com o ser humano), sociogenética (características externas que a sociedade diz a respeito de alguém) e ontogenética (características internas e construções entre o filogenético e o sociogenético) (Santos, 1996).

Bader Sawaia (2014), em sua rica contribuição à psicologia social crítica em *O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão*, apresenta um estudo aprofundado da obra *Ética*, de Espinosa. Ela apresenta uma síntese muito próxima das construções deste estudo: a ética é “um sistema de ideias onde o psicológico, o social e o político se entrelaçam e se revertem uns nos outros, sendo todos eles fenômenos éticos e da ordem do valor” (Sawaia, 2014, p. 103). Esse conceito corresponde à ética da ontologia e da epistemologia. Na tentativa de acrescentar sem encerrar as reflexões da ética da implicação, da responsabilidade, a ética como indissociável do fazer pesquisa/intervenção e da práxis do cotidiano e as relações de poder, a autora pondera: “o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (Sawaia, 2014, p. 106).

As problematizações apresentadas neste tópico não se encerram, e as reflexões construídas sobre a ética vão muito além da ética que os códigos de ética das profissões instituem. A ética da implicação do pesquisador/profissional é aquela que se afeta com a realidade e torna-se um processo político capaz de promover mudanças, mesmo que pequenas, afinal, não deve haver cisão entre teoria e prática.

4.2 Classificação da pesquisa e abordagem adotada

A presente pesquisa pode ser classificada como descritiva. As pesquisas descritivas têm o intuito de descrever as características de uma população ou um fenômeno de determinadas realidades (Triviños, 2008) ou estabelecer relações entre variáveis (Gil, 2008). Este estudo pretende ir além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, objetivando proporcionar uma nova visão do problema em análise. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa.

Neste trabalho, empregamos o conceito de pesquisa qualitativa proposto por Denzin e Lincoln (2008, p. 17), que, de forma genérica, definem-na como “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”. Esse tipo de abordagem caracteriza-se por um conjunto de práticas que permite compreender e interpretar o mundo por meio de uma visão holística e integradora (Denzin & Lincoln, 2008).

Desta forma, a pesquisa qualitativa foi considerada mais adequada aos objetivos propostos neste estudo, uma vez que permitiu trabalhar com um universo de significados, motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações dos processos e fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo et al., 2013). A pesquisa qualitativa nos levou a compreender e interpretar como as mulheres trabalhadoras, pós-graduandas *stricto sensu* ou pós-graduadas *stricto sensu*, mães e responsáveis pelas tarefas domésticas vivenciam ou vivenciaram concomitantemente todas essas funções, e também a identificar problemas e discutir possíveis soluções. Para tanto, as pesquisas qualitativas podem utilizar de análise documental, etnografia e estudo de campo (Godoy, 1995). Este último foi escolhido como ferramenta metodológica desta pesquisa.

Nesse sentido, o percurso de ações que balizaram a presente pesquisa tomou como base um esquema teórico-conceitual qualitativo para que esta pesquisa fosse interpretada como um processo multicultural marcado pelo gênero (Denzin & Lincoln, 2008). Para conseguirmos visualizar o fenômeno escolhido, aplicamos três atividades interligadas: pesquisa exploratória, coleta e análise de material empírico.

É pertinente ressaltar que, por trás das três atividades supracitadas, está a minha biografia pessoal, a qual fala a partir de uma determinada perspectiva de classe, gênero, raça, cultura e comunidade étnica (Denzin & Lincoln, 2008).

4.2.1 Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória ocorreu por meio da revisão de literatura sobre os seguintes temas: mulheres na contemporaneidade, maternidades e mulheres e o mundo do trabalho. Essa revisão serviu de subsídio para compreensão dos problemas aqui observados e ajudou a interpretar o fenômeno em análise. Para Gil (2008), a pesquisa exploratória é um procedimento que tem como objetivo desenvolver, esclarecer e construir conceitos e ideias; assim, a pesquisa exploratória foi desenvolvida com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema em análise.

Além da revisão de literatura, aspectos práticos, ou melhor, vivenciados, incluindo *insights* emergentes na sala de aula, documentários, trocas nos encontros quinzenais do grupo de estudos, experiências pessoais e literatura não acadêmica, proporcionaram suporte para observação preliminar dos fenômenos e construção do instrumento (roteiro de entrevista) de coleta de materiais empíricos.

4.2.2 Seleção das entrevistadas

As mulheres voluntárias participantes desta pesquisa foram convidadas por meio da metodologia bola de neve, técnica de seleção de voluntárias por indicação, em que as primeiras participantes indicam novas possíveis participantes, com base nos critérios estabelecidos (Vinuto, 2014). Selecionamos mulheres que eram trabalhadoras, estudantes ou já concluintes de pós-graduação *stricto sensu*, mães e que exerciam responsabilidades nas atividades domésticas.

Esta pesquisa ocorreu com a realização de sete entrevistas semiestruturadas, sendo cinco presenciais e quatro por videoconferência (*WhatsApp* e *Skype*). O uso das ferramentas virtuais ocorreu em virtude da distância geográfica, pois foram realizadas entrevistas com mulheres residentes na região nordeste do país, o que ampliou a diversidade regional e/ou territorial e configurou diversificadas relações de trabalho, espaço e tempo e questões socioculturais e econômicas, constituindo múltiplas realidades para a pesquisa. Todos os áudios foram gravados com a autorização das participantes e depois transcritos para as análises.

As entrevistas ocorreram de forma fluida, ou melhor, de maneira espontânea, o que me transmitiu a sensação de interesse e comprometimento com a temática pesquisada. Algumas participantes que narraram suas vivências com mais leveza, talvez por já

estarem regozijando das benesses da formação profissional, mas também houve narrativas mais emocionadas, enfocando primordialmente os aspectos do sofrimento vivenciado. Vale mencionar que, nas narrativas mais emocionadas, em sua maioria, estavam mais recentes as vivências da quádrupla jornada, ou elas estavam relacionadas às singularidades e aos processos de subjetivação das mulheres entrevistadas.

Enquanto pesquisadora que também vivenciou a quádrupla jornada durante o processo de pós-graduação *stricto sensu*, confesso ter sido um grande aprendizado ouvir as potentes mulheres entrevistadas. Esse processo me fez compreender que há muitas biografias obscuras na história da humanidade, como se nós, mulheres, fossemos desconsideradas, silenciadas, ou, em alguns momentos, naturalizadas em alguns papéis. Ao longo da história ou mesmo na contemporaneidade, as mulheres podem ser compreendidas como excluídas pelo acesso tardio aos processos de escolarização e produção de estudos/pesquisas. As mulheres que são mães e estudantes nem sempre conseguem concluir seus estudos por falta de políticas que garantam conciliar as suas inúmeras jornadas sem adoecimento. Portanto, “escutar as narrativas dos grupos historicamente excluídos, com a participação ativa dessas pessoas, é buscar os saberes de uma resistência cotidiana, de uma ação comum, de um viver junto que produz o imprevisível e o improvável” (Freitas & Araújo, 2019, p. 41).

Foi um desafio ver mulheres ocupando espaços, vencendo obstáculos, resistindo, construindo estratégias de subversão das iniquidades e possibilitando conquistas sociais, de classe e de gênero e não misturar a complexidade das implicações, mantendo a ética da implicação, buscando a tolerância discursiva e compreendendo os contextos histórico-sociais e as dinâmicas social, cultural, territorial, entre outras.

4.2.3 As entrevistadas

Para uma rápida visualização, apresentarei um quadro com informações sucintas sobre as entrevistadas (Quadro 1). Os nomes das entrevistadas foram preservados e substituídos por codinomes de mulheres que fizeram história (e que esta pesquisadora admira).

Quadro 1

Informações sobre as entrevistadas

Codínome	Tipo de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	Forma como ocorreu a entrevista	Contratação de cuidador/a babá e/ou empregada/o doméstica/o	Estado civil durante a vivência da quádrupla jornada	Número de filhos
Joana d’Arc	Doutorado	Presencial	Apoio da mãe, sogra, irmã e escola privada.	Casada	Dois filhos, sendo que o segundo nasceu durante o doutorado. Na entrevista, estava grávida do terceiro filho.
Adelaide Cabete	Mestrado	Presencial	Diarista e escola privada.	Casada	Duas filhas, sendo que a segunda nasceu durante o mestrado.
Frida Kahlo	Doutorado	Presencial	Babá e faxineira. Apoio dos pais, irmã e sogra.	Casada	Dois filhos gêmeos, que nasceram durante o doutorado.
Pagu	Mestrado	Videoconferência via WhatsApp	Não	União estável	Primeiro filho nasceu durante o mestrado.
Anita Garibaldi	Doutorado	Presencial	Apoio de amigos e comunidade científica	Casada	Primeiro filho nasceu durante o doutorado.
Nise da Silveira	Mestrado	Videoconferência via Skype	Apoio da escola privada.	Casada	Primeiro filho nasceu durante o mestrado.
Rachel de Queiroz	Mestrado	Videoconferência via WhatsApp	Babá e uma funcionária para cuidar da casa.	União estável	Dois filhos, sendo que a segunda nasceu durante o mestrado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Um breve resumo das vivências das mulheres, trabalhadoras, estudantes, e mães, que conciliaram a quádrupla jornada e que foram entrevistadas, portanto, protagonistas deste estudo.

Joana d' Arc: cursou duas graduações ao mesmo tempo, Matemática no período matutino e Administração no período noturno. O interesse pelo estudo *stricto sensu* surgiu ao ouvir um professor de graduação comentar sobre a possibilidade, considerava interessante a área, havia gostado da experiência da iniciação científica. Realizou o mestrado em Administração, com dedicação exclusiva, bolsista da CAPES. Após o término do mestrado, ingressou na carreira de professora universitária em instituição privada, tornou-se mãe, quando sua primogênita estava com três anos de idade, iniciou o doutorado também em Administração, continuou lecionando e viajando para outra cidade afim de cumprir os créditos, ter orientações, desenvolver seu doutorado. Engravidou do segundo filho e continuou desenvolvendo a quádrupla jornada. Verbalizou ter sentido medo de informar sua gestação para o orientador. Desenvolveu estratégias de trabalho, e produção da tese, contou com a mãe, irmã e o marido como rede de apoio no cuidado das crianças, assim como, em alguns afazeres domésticos. Também proporciona para os filhos estudo em instituições de educação privadas.

Adelaide Cabete: Jornalista, apresenta um caminhar profissional, com significativa experiência, foi editora chefe de um jornal impresso regional, antes de atuar como professora do ensino superior. Recebeu o convite e apaixonou-se pela licenciatura no ensino superior, procurou cursar pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em Artes Visuais. E conciliou o trabalho na universidade, a maternagem, o cuidado dos afazeres domésticos, os estudos do mestrado, as viagens para outro Estado, além da surpresa da gestação, greve dos professores e funcionários da instituição de ensino superior pública. Descreveu contar com apoio nos trabalhos reprodutivos, através da contratação de uma diarista e escola privada para as filhas. Menciona a necessidade de novas buscas de estudos, para que possa continuar no campo acadêmico.

Frida Kahlo: graduada em Terapia Ocupacional, servidora pública federal e atua como autônoma em outro trabalho que desenvolve. Mestrado e doutoramento em Psicologia. A busca pela pós-graduação *stricto sensu*, aconteceu por compreender que a atuação pautada pela ética não separa o saber e o fazer, portanto uma trabalhadora não deve estar separada do conhecimento. Tornou-se mãe durante o processo de doutoramento; diferentemente das outras entrevistadas, a gestação de Frida, foi planejada, para que seu marido pudesse ter maior dedicação e envolvimento no cuidado dos filhos, enquanto estava afastado do trabalho. Afirmou contar com uma rede de apoio, considerando o trabalho de uma diarista para a faxina, uma babá, e até mesmo de familiares, como irmã, sogra entre outros familiares, é mãe de gêmeos. Quando cursou o

mestrado também trabalhava, e desenvolvia outras jornadas de trabalho, porém não era mãe.

Pagu: graduada em Artes, lecionava na rede privada de ensino, era estudante de mestrado em Artes, e foi surpreendida com sua primeira gestação. Motivação para cursar o mestrado, foi pensar em seguir carreira acadêmica. Diferente de outras entrevistadas, mora em uma grande cidade brasileira, e não pode contar com uma rede de apoio, que compartilhasse as responsabilidades, mesmo tendo familiares na mesma cidade, moravam distantes, e tinha toda a questão do deslocamento. Após o nascimento de seu primogênito, passou a trabalhar como doula, e narrou um pouco como ocorreu algumas ressignificações na relação com o próprio corpo, com a escolha do parto para o filho, entre outras.

Anita Garibaldi: dedicada à pesquisa desde a graduação em Pedagogia, foi bolsista de PIBIC, logo após a graduação, ingressou na pós-graduação *stricto sensu* em Educação, cursou mestrado. E recém aprovada no processo seletivo do doutorado, descobriu que estava grávida, passou uma gestação que exigiu repouso absoluto, realizou uma cirurgia intra-utero, tais acontecimentos exigiram mudanças no cronograma de execução da pesquisa, que era financiada pelo Ministério da Educação. Contou com o Centro de Convivência Infantil (escola de educação infantil), dentro do campus universitário, onde estudou. Não tinha nenhuma parente na cidade, e toda a equipe do grupo de pesquisa, compartilharam responsabilidades no cuidado do seu filho, algo que ela denominou comunidade de apoio. Quando desenvolveu a quádrupla jornada, lecionava em cursos de graduação e especialização, aos finais de semanas, além de coordenar estagiários no centro de estudos e pesquisa que integrou, também realizava correções de trabalhos acadêmicos, como colocar nas normas científicas para publicações, atualização de currículos lattes entre outras atividades. Após a conclusão do doutorado, segue lecionando no ensino superior privado, também atua em cargo de coordenação, integra colegiado e apresenta propostas inclusivas, algumas já aplicadas no ambiente acadêmico. Planeja retornar aos estudos, para cursar o pós-doutorado.

Nise da Silveira: graduada em Psicologia e Letras, servidora pública municipal, motivou-se a cursar o mestrado por gostar de estudar, e também por demandas de intervenção no território onde atua, a levou a pesquisar. Desenvolveu o projeto de pesquisa para o mestrado em Psicologia, mas em conversa com o orientador decidiu migrar de objeto de estudo e isso a deixou animada, pois abordaria os conhecimentos de sua segunda graduação (Letras com habilitação em Alemão). E antes de concluir o primeiro semestre letivo, descobriu a gestação, sentiu medo em compartilhar com o

orientador, por acreditar que o rendimento acadêmico seria outro. Relatou a sua surpresa por não existir a possibilidade de licença maternidade no regulamento do programa de pós-graduação. Apontou como principal rede de apoio a creche/escola de educação infantil, utilizou-se da educação privada, por falta de vagas no território da rede pública em que morava. Mas também percebeu que na iniciativa privada havia uma flexibilidade no horário de entrada da criança, enquanto na rede pública, a criança poderia ingressar até às 7h30min. No município de residência não conta com a presença de nenhuma familiar dela ou do marido, e este trabalha em outra cidade, e passa até quinze dias longe. Também chamou de rede de apoio o conhecimento, a possibilidade de recorrer ao Google, para desenvolver buscas sobre as mais diversas temáticas, como recurso de esclarecimento.

Rachel de Queiroz: graduada em Pedagogia, servidora pública federal, buscou o mestrado em Educação, dentro da área de atuação, justificou que gosta de ampliar seus conhecimentos. Descreveu sua vivência de quádrupla jornada como muito desgastante, por residir no interior do Estado e viajar para estudar, não pode afastar-se do trabalho para dedicar-se ao estudo, por não ter vencido o período probatório de três anos. Agregou o desgaste emocional ocasionado pela maternidade, pois foi mãe pela segunda vez durante o processo de mestrado. Como rede de apoio contou com uma babá, que acompanhava em suas viagens de estudos, e outra pessoa que cuidada dos afazeres domésticos. Verbalizou não contar com apoio familiar, no que se refere a compartilhar responsabilidades do trabalho reprodutivo. Comentou não ter se interessado e procurado por processo seletivo de doutorado, devido a vivência desgastante.

4.2.4 Técnica de coleta de materiais empíricos

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de identificar discursos pluralizados, criticar a naturalização de processos e a neutralidade científica, desconstruir verdades e valorizar a implicação ética e a linguagem empática, provocativa e polissêmica, considerando o contexto histórico, cultural, social e dinâmico e questões de gênero, classe e raça.

As narrativas foram submetidas à técnica de análise do discurso, de base foucaultiana, buscando o jogo dos significados construído entre as entrevistadas e os contextos. Como apresenta Foucault (2005, p. 171), “O discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar Às que vemos, é que obedecem à que oculta”.

Os resultados revelaram lutas e conquistas intrínsecas às mulheres na contemporaneidade. Por meio da metodologia bola de neve, as voluntárias receberam o convite para participar da pesquisa via telefone e/ou mensagem de texto no WhatsApp. Após a verbalização do interesse em participar, foi enviado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Anexo A). No caso das entrevistas virtuais, as participantes receberam o TCLE em pdf para ser impresso, assinado, escaneado e enviado para a pesquisadora. De acordo a disponibilidade das voluntárias, foram agendadas as entrevistas presenciais ou virtuais.

Assim como em um atendimento psicológico clínico, foi utilizada a técnica de *rapport*¹⁴ para estabelecer um diálogo empático. Também foi estabelecido um contrato verbal entre a pesquisadora e as voluntárias, abordando a garantia do anonimato, a liberdade de desistir da participação na pesquisa em qualquer momento e a utilização dos dados coletados na produção da dissertação de mestrado e, posteriormente, de artigos científicos. Após cinco anos de finalização da pesquisa, os dados oriundos das entrevistas serão devidamente descartados, conforme a Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Visando alcançar o objetivo principal desta pesquisa, a análise dos materiais empíricos deste estudo foi realizada por meio da técnica de análise de discurso, com uma abordagem autorreflexiva e de análise crítica considerando aspectos histórico-sociais e relacionais.

A presente pesquisa se enquadra em um conjunto de trabalhos associados à psicologia social crítica e à sociologia do trabalho, que recebe interferência de pensadores pós-estruturalistas. O pós-estruturalismo rompeu com visões tidas como realistas da linguagem, rejeitando a noção de sujeito unificado coerente, que foi por longo período o cerne da filosofia ocidental (Bauer & Gaskell, 2002). Entre os expoentes do pós-estruturalismo, Foucault (1977, 1981) é conhecido por apresentar estudos da disciplina e sexualidade como análise de discurso. Nesse sentido, este trabalho está alinhado a esse pensamento, pois não estamos interessados nos detalhes dos textos falados e escritos, mas em observar historicamente os discursos. Portanto, na nossa análise, visualizaremos o discurso como uma prática social.

¹⁴ Construir o *rapport* é estabelecer uma relação de equilíbrio no diálogo, escutando e falando, em um processo de mão-dupla. Para um bom *rapport*, importa não só o que é dito (conteúdo verbal), mas também a entonação, a postura física e as expressões não verbais, como gestos e movimentos, que devem ser receptivos e agradáveis, levando a uma total sintonia com o interlocutor, no caso das entrevistadas.

Na delimitação dos caminhos metodológicos, foram realizadas leituras minuciosas das transcrições das entrevistas para levantar discursos que reverberavam afetos/provocações entre as múltiplas e complexas relações sociais e as questões e os objetivos norteadores desta pesquisa, tentando discutir o compromisso entre as diferentes abordagens teóricas propostas.

A análise do discurso foi desenvolvida em duas etapas, conforme recomendam Bauer e Gaskell (2002). Primeiramente, procuramos padrões nos discursos, tanto na variabilidade das falas quanto nas consistências. Em seguida, verificamos a associação entre as funções do discurso e as questões norteadoras desta pesquisa. Acreditamos que todo discurso provoca efeitos e desdobramentos e nada é *a priori*, ou melhor, nada é pronto, mas, sim, construído.

No processo autorreflexivo, quando a maioria das construções de conhecimentos ocorrem da maneira tradicional, romper com o paradigma científico dominante exige um grande esforço para não reproduzir formas hegemônicas na ciência. Especificamente nessa etapa, há um esforço de construção metodológica que valorize a linguagem em seu sentido discursivo, sem a realização de demarcações/limitações que implicam exclusão e, por consequência, desigualdade, conforme aponta Spink (2000, 2004).

No constante exercício de questionamento da prática produzida, esta construção não objetivou aplicar e reproduzir lógicas tecnicistas, assim como uma reescrita e prática de conhecidas hierarquias sociais. A proposta é uma discussão/problematização de discursos, relacionando-os com as teorias da psicologia social crítica, da sociologia do trabalho, das teorias de gênero, corpo e sexualidades, das teorias feministas e de contribuições de pensadores como Foucault, Boaventura de Sousa Santos, entre outros.

Utilizando das correntes teóricas já mencionadas, psicologia social crítica, sociologia do trabalho, a ética da implicação iniciaremos as análises dos discursos das entrevistas.

4.3 Objetivo geral

Compreender as vivências de mulheres trabalhadoras, estudantes ou já concluintes de pós-graduação *stricto sensu*, mães, que também exercem responsabilidades nas atividades domésticas.

4.3.1 Objetivos específicos

- Compreender as mulheres na contemporaneidade, sua relação com o mundo do trabalho e a busca pelo estudo *stricto sensu*.
- Analisar as lutas femininas para conciliar as exigências impostas pelas demandas do trabalho, da produção acadêmica e das exigências familiares [domésticas e maternagem].
- Identificar o sentido do trabalho feminino na tentativa de romper com o padrão de divisão sexual do trabalho na contemporaneidade e na construção de resistências.

5 ANÁLISE DOS DISCURSOS

A análise da produção discursiva relacionada as vivências das quádruplas jornadas das entrevistadas, somada aos limites desta investigação, são atravessadas e referendadas pelas leituras da psicologia social crítica, da sociologia do trabalho, das teorias de gêneros que englobam teorias feministas.

Considerando o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho, foram delimitados três tópicos de análises, e alguns deles apresentam subdivisões, onde são problematizados com base na revisão de literatura.

5.1 Tópico de análise 1: compreender as mulheres na contemporaneidade, sua relação com o mundo do trabalho e a busca pelo estudo *stricto sensu*

A necessidade de compreender as mulheres na contemporaneidade para observar as intersecções entre o mundo do trabalho e o estudo *stricto sensu* foi evidenciada na fala de algumas entrevistadas. Frida Kahlo comentou:

ética mesmo, de entender que não tem um saber separado do fazer. Então a prática e a teoria precisam andar juntos. Não tem como desarticular isso, de você ser um trabalhador separado do conhecimento, não tem como o conhecimento produzido na universidade não seja de um trabalhador, porque, isto não opera na realidade. O que a gente vê na cisão entre o saber e fazer, então os acadêmicos, os cientistas universitários produzem o saber, e depois eles querem ensinar os trabalhadores a aplicar esse saber. Mas aí por conta desta distância entre quem de fato trabalha e quem estuda, este saber acaba não operando, no sentido de não operar nenhuma transformação social, mesmo subjetiva. Então pela ética da própria psicanálise e do dispositivo intercessor que é o método de pesquisa de trabalho do meu orientador. A gente supõe que quem vai à universidade seja um trabalhador, que traga uma questão do campo para ser elaborada na universidade. Que é só este tipo de saber que pode de fato imprimir alguma mudança, outros não.

O discurso de Frida Kahlo nos leva ao conceito de dispositivo intercessor, que Galiego (2013, p. 45) comenta mencionando o saudoso Costa-Rosa (2007):

o Dispositivo Intercessor (DI) pretende interceptar: interferir nas formas da divisão do trabalho, contribuindo para a formação de intelectuais/trabalhadores que façam frente à cisão fazer-saber/pensar-executar e possam operar produzindo saberes e subjetividades singularizadas, tanto no plano de sua práxis cotidiana nas

instituições de atenção à saúde, quanto no plano da práxis propriamente universitária da reflexão teórica e epistemológica da produção do saber.

O dispositivo intercessor pode ser compreendido como uma produção de ciência implicada com a ética da responsabilidade, que compreende o fazer pesquisa indissociável da práxis do cotidiano.

A filósofa, professora universitária e feminista bell hooks¹⁵, em seu trabalho *Intelectuais negras*, define uma intelectual como aquela que realiza junção de pensamento e prática para compreender realidades concretas (Hooks, 1995). Portanto, o pensamento e a prática não são realidades dicotômicas; ao contrário, são dialéticas e dialogam entre si. Essa indissociabilidade de pensamento e prática corresponde à mesma dialética proposta pela psicologia social crítica e pela sociologia do trabalho: uma práxis cotidiana, um compromisso ético-político de fazer ciência na contemporaneidade.

A entrevistada Nise da Silveira também trouxe algo semelhante:

Eu nunca gostei de ficar sem estudar. A gente (equipe CAPS [Centro de Atenção Psicossocial]) estava com algumas intervenções no território que envolvia a temática de álcool e drogas. E meu projeto foi estruturado em cima disso. [...] o objetivo de trabalhar alguma coisa que fosse relacionado a minha prática acabou virando outra coisa. A gente [entrevistada e orientador] mudou muita coisa, muita coisa mesmo, saiu desse escopo que era do CAPS pra cair nessa intersecção entre loucura e arte. Aí meu trabalho do mestrado era isso, trabalhar um autor que ainda não tem tradução para o português que é o Hans Prinzhorn.

Mais uma vez, a atuação técnica demandou uma busca pelo *stricto sensu*. Outra entrevistada, Rachel de Queiroz, também narrou algo semelhante: “A busca por conhecimento mesmo, eu sempre gostei muito de ampliar meus conhecimentos e aprofundar mais dentro da área que eu trabalho, mas, assim, pela questão do conhecimento mesmo”.

A narrativa de Adelaide Cabete evidencia que a busca pelo estudo *stricto sensu*, além de ser algo que contemplava um desejo, foi também uma exigência do mercado de trabalho, mais especificamente do ambiente acadêmico. A entrevistada foi convidada a lecionar no ensino superior após sua formação como especialista e uma rica vivência

¹⁵ É o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, inspirado no nome da sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. O nome é uma homenagem ao legado das mulheres fortes e é grafado em letras minúsculas para deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

técnica e de gestão em sua área de graduação. Então, interessou-se pela atuação acadêmica e buscou o estudo *stricto sensu*:

Sempre foi o meu foco, de ser independente, e aí depois disso, o mercado de trabalho também vai te exigindo que você tenha mais, a faculdade hoje é muito pequena né. Ela não basta mais, antigamente ela “bastava” hoje ela é uma coisa necessária para que você consiga pelo menos um lugar. Então eu já tinha feito a graduação, achei que eu precisava da experiência profissional então trabalhei, e dentro desta experiência profissional chegou o momento em que eu achei que precisava ir para outro campo, e a parte acadêmica sempre foi uma coisa que me interessou. (Adelaide Cabete)

De outro lado, a entrevistada Anita Garibaldi se enveredou pelo campo da pesquisa desde o primeiro ano da graduação, como uma possibilidade de auxílio financeiro:

A Unesp tem alguns programas de bolsa própria, além do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Então fui bolsista no primeiro ano, que a gente tem uma bolsa que chama bolsa BAE (Bolsa Auxílio Estudantil), que é de permanência estudantil. E aí um dos critérios dessa bolsa é desenvolvimento científico, geralmente é para alunos do primeiro ano e depois você vai migrando até ir para PIBIC da vida ou FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

[...] Eu venho de família muito pobre, muito pobre, sem escolarização, meus pais têm até quarta série, meus avós são analfabetos. Eu fui a primeira neta a terminar a educação básica, fui a primeira a ir para a universidade, fui a primeira da família a fazer um curso superior, mestrado e doutorado, então, ninguém nem sabia para que servia. Até hoje não sabem, meu pai no dia da minha defesa, ele olhou para mim e falou assim, filha foi tudo lindo, mas eu não entendi nada. Risos. Então, existiam muitas conquistas sociais ali, intrínsecas, nesse processo também.

A narrativa de Anita Garibaldi apresenta o rompimento de paradigmas familiares, sociais e culturais, em que uma estudante vinda de família com baixa escolarização conquistou uma vaga no ensino superior, desenvolveu pesquisas, apaixonou-se pela carreira acadêmica e desenvolveu um percurso promissor no programa de pós-graduação *stricto sensu*, cursando mestrado e doutorado na mesma instituição de ensino em que cursou a graduação e recebendo bolsa em todas as etapas de estudo.

Não há nenhum interesse em apresentar um discurso meritocrata, mas, sim, em apontar que essas conquistas foram possíveis em parte por um processo de democratização do acesso ao ensino superior instituído há alguns anos, com políticas de ampliação de cursos de graduação e pós-graduação e um conseqüente aumento de vagas e investimento em bolsas de pesquisas. Ocorreram também ações coletivas e

democráticas para discutir melhorias no ensino, como o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa: Pensando Gênero e Ciências. O evento resultou em um relatório, publicado no ano de 2006 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que apresenta uma série de orientações para as instituições direcionadas à produção científica, como a elaboração de indicadores de gênero/etnia, a produção de ciência sem estereótipos de gênero, a igualdade na representatividade de comitês científicos, a valorização e a atenção às publicações de gênero, a dedicação de editais das agências de fomento para o financiamento de temáticas de gênero, a igualdade de gênero na promoção e carreira, entre outras.

As autoras Pinsky e Pedro (2015) comentam que a luta pela ampliação da educação e do preparo profissional das mulheres longa e árdua. As autoras realizaram um interessante retrospecto histórico e colocaram que, no século XIX, a educação era apenas para tornar as mulheres cumpridoras de seus papéis femininos, servindo os interesses dominantes. O saber ler, escrever e ter conhecimento sobre aritmética era justificada pelo papel que futuras mães e trabalhadoras teriam no desenvolvimento da nação. O acesso ao ensino superior ocorreu de maneira lenta e gradativa, ainda assim as mulheres que lutaram para estudar ampliaram as possibilidades e abriram caminhos para outras. Somente no último quartel do século XX surgem novas oportunidades de empregos, no setor terciário, para as mulheres que tinham alguma escolaridade. Nesse cenário, Perrot (2019, p. 95) aponta o efeito da modernidade: “os homens desejam ter ‘companheiras inteligentes’. Os Estados almejam mulheres instruídas para a educação básica das crianças. O mercado de trabalho precisa de mulheres qualificadas, principalmente no setor terciário de serviços: correios, datilógrafas, secretárias”.

Louro (2004) escreve que, logo que ocorreu a proclamação da independência do Brasil, era recorrente o discurso sobre a importância da educação no processo de desenvolvimento, pois grande parte da população era analfabeta. Existiam poucas escolas, e a grande maioria era fundada por congregações e ordens religiosas, onde as salas de aulas eram separadas, com professores para os meninos e professoras para as meninas. O processo educativo para ambos os sexos envolvia leitura, escrita, noções básicas da matemática (as quatro operações) e a doutrina cristã. Separadamente, os meninos aprendiam noções de geometria, e as meninas, bordado e costura. Com essa divisão, a remuneração dos professores diferenciava-se da remuneração das professoras em virtude do ensino da geometria, até então exclusividade para os meninos. Assim, a história nos mostra as relações socialmente construídas e nos possibilita uma

compreensão ou uma nova leitura para antigos episódios e fenômenos contemporâneos, potencializando a produção de novos sentidos (Louro, 2004).

Este pequeno recorte no percurso educacional brasileiro nos permite assimilar as disparidades entre o trabalho privado e o público, a assimetria entre salários e gêneros e, principalmente, como tais construções contribuem para os processos de subjetivação.

Uma informação relevante para compreender a necessidade de algumas ações e políticas públicas que garantam e ampliem as possibilidades de acesso e permanência da população afrodescendente no ensino superior é o fato de, nesse período pós-independência, a população negra não ter tido qualquer forma de escolarização: “A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência” (Louro, 2004, p. 465). A situação não era muito diferente para a população indígena, mas, apesar de não ter acesso às escolas públicas, era alvo de algumas ações educacionais religiosas.

As práticas educativas das crianças imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola, japonesa etc. tinham auxílio das suas regiões de origem e eram marcadas por concepções educativas diferentes entre o sexo masculino e o feminino: “as meninas das camadas populares estavam, desde muito cedo, envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (Louro, 2004, p. 466). Isso evidencia que a responsabilidade do cuidado foi destinada às meninas desde pequenas.

Louro (2004) descreve que as meninas de grupos sociais privilegiados, além do ensino de leitura, escrita e noções básicas da matemática, eram geralmente contempladas com aulas de piano e francês, que eram ministradas em suas próprias casas por professoras particulares ou em escolas religiosas. Além disso,

As habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torná-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (Louro, 2004, p. 467).

A educação para as meninas dos grupos sociais privilegiados reforçava a ideia de um trabalho privado e sempre com o foco no cuidado. A aprendizagem de um idioma, de

música e da gestão do ambiente familiar limitava o avanço das mulheres para a esfera pública, que era reduzida, muitas vezes, à frequência religiosa, reforçando o bordão burguês “recatada e do lar!”.

Estabelecendo um elo com a contemporaneidade, como mencionado no capítulo *As Mulheres no mundo do trabalho*, Bruschini e Lombardi (2003) destacam o aumento significativo da dedicação das mulheres com relação aos estudos. De acordo com o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior no Brasil, cuja coleta foi realizada no ano de 2017, publicado em 2019 no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as mulheres são a maioria tanto no ingresso como na conclusão dos cursos de ensino superior (Inep, 2019).

Em 2019, o *Correio Braziliense* publicou uma matéria informando que, segundo a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), entre os anos de 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres. Foram analisados artigos publicados em um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais, o *Web of Science*: “Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres” (Agência Brasil, 2019), diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou. A matéria ainda apontou que apesar, da maioria feminina nos artigos, o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores de acordo com os dados de 2017, uma porcentagem que se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%. Nas diferentes áreas analisadas, a medicina é a que apresenta a maior parte de autoras mulheres, com 56% entre 2014 e 2017, e as engenharias, com a menor representatividade, 32% (Agência Brasil, 2019).

A referida matéria mostra, ainda, que as mulheres representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além do mais, aponta a desigualdade de gênero na contratação docente. Apesar de as mulheres serem maioria entre estudantes, elas são minoria entre professores: dos 384.094 docentes da educação superior em exercício no Brasil, 45,5% são mulheres (Agência Brasil, 2019).

Na edição 198 da revista RADIS, de março/2019, que leva o título *Ciência, lugar de mulher*, revela que, apesar de serem maioria nos ambientes de pesquisa, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para ascenderem na carreira. A matéria que embasou o título

da edição foi *Palavra de pesquisadora*, em que quatro cientistas revelaram trajetórias de sucesso em uma área (tecnológica e exatas) em que os homens ainda chegam mais longe:

Representam 49% das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a principal agência de fomento à pesquisa no Brasil. Mas a ascensão na carreira esbarra no chamado “teto de vidro” – a barreira invisível que impede mais mulheres de crescer na profissão e alcançar cargos mais altos (Batalha, 2019, p. 16).

A matéria apresenta significativos dados estatísticos que denunciam a desigualdade de gênero presente na academia brasileira. É possível observar que as mulheres são maioria até um determinado estágio: 59% das bolsas de iniciação científica são destinadas às mulheres, enquanto apenas 35,5% das bolsas de produtividade¹⁶ e 24,6% das bolsas 1A, que oferecem maior financiamento e reconhecimento, vão para pesquisadoras. Esses dados são do CNPq e são citados por Batalha (2019).

No âmbito administrativo, das 63 universidades federais brasileiras, somente 19 apresentam mulheres em seu cargo maior, de reitora, conforme o levantamento realizado no ano de 2017 pela pesquisadora Anelise Bueno Ambrosini, também citada por Batalha (2019): “Na Academia Brasileira de Medicina, apesar de as mulheres serem maioria entre os formandos (em torno de 55%), há apenas cinco mulheres entre os 115 membros, o que representa 4,3%” (Batalha, 2019, p. 16).

Segundo Batalha (2019) as desigualdades de gênero na ciência não são uma exclusividade brasileira. Dados do relatório *Women in Science*, publicado em 2018 pela Unesco, indicam que as mulheres correspondem a 28,8% das pesquisadoras do mundo (Batalha, 2019).

Diante desses dados, torna-se fundamental questionar: por que as mulheres predominam no ingresso e na conclusão de cursos do ensino superior, mas não são a maioria contratada como docente no ensino superior? Por que as mulheres pesquisadoras brasileiras também assumem maior número de bolsas de iniciação científica, mas, conforme vai aumentando o nível de complexidade das pesquisas, a presença delas em bolsas de incentivo à pesquisa diminui? Por que não temos mais mulheres brasileiras

¹⁶ Bolsas de produtividade podem ser em pesquisa, em desenvolvimento tecnológico e em extensão inovadora, apresentando subdivisões que correspondem aos níveis 1A e 1B. São destinadas a pesquisadores que se destacam entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos estabelecidos pelo CNPq.

assumindo cargos de reitoras? Se as mulheres são mais de 50% na conclusão dos cursos de graduação em medicina, por que são apenas cinco entre os 115 membros que compõem a Academia Brasileira de Medicina?

Esse cenário teria alguma relação com as inúmeras jornadas (trabalho, estudo, lar e maternidade) assumidas pelas mulheres? A maternidade, algo que surgiu em algumas narrativas desta pesquisa, seria um fator de redução/desaceleramento produtivo? É necessário pensar as relações de gênero e as interseccionalidades¹⁷ que compõem a academia, o mundo do trabalho, o ambiente familiar e a sociedade em geral. Será que as mulheres não estão sendo sobrecarregadas por construções histórico-sociais – pelas responsabilidades da maternidade, dos cuidados domésticos e dos cuidados de outras pessoas?

Carvalho (1996) nos apresenta reflexões interessantes sobre gênero e qualificação nos processos de trabalho docente com base na divisão sexual do trabalho. Fundamentada na sociologia do trabalho, ela destaca que há dimensões simbólicas sobre a qualificação, afinal “toda relação social envolve a construção de significados. E dessa forma, as relações de gênero interferem diretamente nas definições de qualificações e desqualificações, atribuindo significados diferentes à qualificação masculina e à feminina” (Carvalho, 1996, p. 80). A autora evidencia que, independentemente do ambiente de trabalho, há uma desqualificação do trabalho das mulheres e uma relação da representação social do feminino com as relações sociais de gênero.

A professora de história da Universidade de Stanford, Londa Schiebinger, publicou um ensaio no *Harvard Journal of Law and Gender*, sob o título *Getting more women into science: knowledge issues*, que foi traduzido e publicado pela Fiocruz no ano de 2008. A versão traduzida conta com uma sensível e contextualizada apresentação da cientista Maria Margaret Lopes. O ensaio é construído com base no contexto norte-americano e apresenta contribuições/reflexões significativas sobre a temática das mulheres no mundo da ciência:

Muitas das resistências que identifiquei, entre nós, para incorporar nos estudos das ciências as relações de gênero decorrem do não questionamento da universalidade,

¹⁷ O conceito de interseccionalidade é referenciado na leitura de Akotirene (2019), cujas reflexões conceituais possibilitam, às feministas, criticidade política, a fim de compreenderem a naturalidade das identidades subalternas compulsórias, preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual partem.

neutralidade e objetividade das ciências. Sob tais idealizações, evidentemente não há espaço para discussões de raça ou gênero (Schiebinger, 2008, p. 270).

Ressalto a importância de suscitarmos indagações, que já foram levantadas em outros momentos neste processo dissertativo, assim que o histórico da produção da ciência, ou melhor, que os registros/relatos de produção científica e tecnológica revelarem-se maciçamente masculinos. Conforme vimos, no Brasil as bolsas que apresentam mais recursos financeiros e mais prestígios ainda são majoritariamente destinadas aos homens. Que tipo de conhecimento/ciência estamos produzindo? Será que estamos reproduzindo o modelo hegemônico de produção científica?

Quando Londa Schiebinger (2008, p. 273) analisa o gênero nas culturas da ciência, ela aponta que “uma cultura é mais do que instituições, regulações legais ou uma série de diplomas e certificados. Ela consiste em suposições e valores não declarados de seus membros”. A autora menciona a objetividade e a neutralidade como uma desconsideração da cultura construída, enfatizando que as mulheres não constituíram efetivamente e não participaram de todo esse processo; portanto, os signos, linguagens, estilos e interações que compõem o fazer ciência correspondem, em sua imensa maioria, aos homens. Ela apresenta exemplos norte-americanos de minimizar preconceitos de gênero até a reestruturação do equilíbrio da vida e dos trabalhos acadêmicos.

Martin (2006) comenta também sobre a relação das mulheres com a ciência. Ele aponta que ocorre a alienação da própria ciência das mulheres, pois, conforme a natureza objetiva da masculinidade na divisão de gênero, a ciência, por muitos anos, foi (e ainda é) majoritariamente compreendida pelo viés da objetividade. Portanto, o constructo sociocultural é que o modelo de natureza humana e de realidades sociais deve ser embasado nas construções masculinas, ou seja, na maneira masculina de se relacionar com o mundo. Nesse sentido, a ciência é considerada fria, dura, impessoal e objetiva, que são características culturalmente associadas ao gênero masculino; em contraposição, as características afetuosa, suave, emotiva e subjetiva dizem respeito às mulheres, não cabendo elas (em tese, e que deve ser combatida) ocupar lugares nas ciências.

5.1.1 Sobre ser mulher na contemporaneidade

Considerando as infinitas possibilidades de ser mulher, os inúmeros contextos históricos e socioculturais e todas as interseccionalidades, serão apresentadas algumas

reflexões sobre as mulheres na contemporaneidade. Entretanto, essas reflexões não se esgotam com os recortes realizados pela autora; elas apenas expressam os caminhos percorridos pelas leituras.

A filósofa Marcia Tiburi (2018, p. 21-22) escreve que é feminista antes mesmo de ser mulher: “ser mulher é, para mim, assumir um signo construído no patriarcado – que eu com as feministas posso também ressignificar”. A citação tem por objetivo ser disparadora da temática ser mulher na contemporaneidade.

Evelyn Fox Keller (2006), física, escritora, ativista feminista norte-americana e professora emérita de história e filosofia da ciência no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, tem trilhado um caminho com significativas contribuições na história, na filosofia da biologia moderna e no gênero na ciência. Em um artigo traduzido para o português e publicado pela revista *Pagu*, Keller (2006, p. 30) afirma: “as mulheres são pessoas definidas por muitas variáveis sociais e que se adaptam às pressões e oportunidades que encontram, e têm recursos para isso”. Somos inúmeras mulheres construindo infinitas possibilidades de sermos mulheres, sem considerarmos uma mulher universal.

Não se pretende esgotar as inúmeras colocações existentes na literatura e nos discursos das entrevistas; portanto, serão apresentados alguns recortes das narrativas que estão ligados ao objetivo deste trabalho:

É que a gente precisa sair desse lugar que colocam a gente, de ser a pessoa que cuida e que não tem outra realização a não ser cuidar da casa. Eu vi um comercial de sabão em pó e eu queria morrer! Porque a mãe estava feliz que a criança estava indo para a escola com a roupa branca. E eu falei: “que isso?”. Isso não é uma realização! Pode até ser, mas não é só isso, sabe. Não dá pra você ficar feliz, porque você esfregou muito bem uma roupa! A gente pode tanta coisa, sabe? E isso faz com que as pessoas também não se cuidem, fiquem sempre esperando o outro cuidar. E não é legal! A gente tem que sair desse lugar de só cuidar! Só cuidar, cuidar... Porque sei lá, nem é nosso isso, tanta coisa, sabe? (Nise da Silveira)

Nise da Silveira denuncia o lugar social construído e instituído às mulheres, a esfera privada, costurada ao trabalho invisível do trabalho reprodutivo. As mulheres vêm apresentando crescimento significativo no nível de escolarização, ampliando as possibilidades de atuação na esfera pública e conquistando espaços que até pouco tempo eram predominantemente masculinos. Mas quantas mulheres têm a liberdade de escolher

sobre a maternidade? Suscitar discussões sobre a corresponsabilização dos trabalhos domésticos entre todos que compartilham o mesmo lar?

As teorias de gêneros e os estudos feministas, são ferramentas/instrumentos que podem potencializar transformações, ressignificações, mas é importante destacar que nem todas as mulheres têm a oportunidade de se dedicarem aos estudos, escolherem não ser mães e discutirem sobre as divisões sexuais de trabalho. Há situações de vulnerabilidades que impõem às mulheres a manutenção de todo o sistema patriarcal e capitalista. Ainda há muito o que lutar e conquistar, há espaços a serem ocupados e há pautas a serem discutidas, ampliadas e aplicadas a todos. Ainda somos a minoria ocupando cargos de alto escalão na política brasileira (executivo e legislativo) e sofremos inúmeras violências; então, precisamos de muito apoio, muita resistência, para travar transformações.

No recorte narrativo a seguir, Anita Garibaldi introduziu dois aspectos para análise:

Quando eu vou falar sobre tecnologias, que é uma área um pouco mais masculina, ou de políticas públicas, existe sempre um processo de “será que ela sabe disso mesmo?”. Até mesmo os autores da área a maior parte são homens, então você não encontra algumas mulheres discutindo assuntos tão específicos. E isso coloca um pouco em xeque, na verdade coloca muito em xeque a nossa construção científica, enquanto pesquisadora, então inúmeras vezes, em uma palestra que eu fui uma vez dar, eu fui falar sobre os processos de inovação na área de educação por meio de tecnologia e aí eu trouxe alguns aspectos, desde o uso ferramental até uma nova relação do homem com a tecnologia, como isso muda sinapses e comportamento. E aí a pessoa falou assim: “mas você é tão nova, tão bonita pra que, que você está discutindo isso?”. Então [risos], várias vezes eu já me senti subjugada ou menosprezada, e às vezes a gente é pega tão de surpresa que a gente só consegue rir. Dá aquele sorriso amarelo, você fica assim, o que está acontecendo para a pessoa ter esse tipo de reação comigo.

As construções sociais de naturalização do trabalho do cuidado, conforme vêm sendo abordadas neste trabalho dissertativo, refletem fortemente nas possibilidades de atuação das mulheres no trabalho remunerado, às quais são reservados alguns nichos mercadológicos; fora dessas áreas, os fazeres das mulheres são desconsiderados ou invisibilizados. Logo, a colonização dos fazeres femininos persiste mesmo na esfera pública.

O discurso a seguir expressa a independência feminina, porém denuncia uma visão inferiorizada da contribuição financeira da mulher:

Desde que eu era mais nova, minha mãe, já me falava que a mulher precisa ser independente do homem financeiramente principalmente. Então eu sempre tive pra mim que eu não ia ser dona de casa, que eu ia trabalhar, nunca me identifiquei com as coisas de casa. [...] hoje eu não dependo até ganho mais que ele (marido), e não dependo dele pra nada mesmo, assim, em partes financeiras, e até ajudo às vezes. Mas eu acho que isso é muito importante assim, pra mim foi muito importante, e é o que eu tenho que passar pra minha filha. (Joana d'Arc)

Os discursos de Joana d'Arc se aproximam das transformações mais recentes nas famílias. No passado, o modelo que imperava era de homens provedores e mulheres cuidadoras; porém, está cada vez mais comum famílias com dois provedores. O que tem colaborado para isso são as possibilidades de planejamento reprodutivo, que ocasionaram queda na natalidade, e o compartilhamento do cuidado com instituições públicas e privadas, que antes era a principal tarefa das mulheres. As mulheres já incorporaram a identidade de integração ao trabalho remunerado, independentemente das conjunturas econômicas familiares, e esse movimento é favorecido pelo aumento da escolaridade, que supera o percurso de escolarização dos homens. Dessa forma, já temos algumas mudanças socioculturais relacionadas aos papéis de gêneros, à valorização da independência e à autonomia das mulheres (Sorj, 2013).

Há composições familiares onde o companheiro apresenta uma remuneração menor do que a remuneração da mulher, que é o caso verbalizado pela entrevistada, mas desperta atenção o discurso apresentado, mesmo a remuneração dela ser a maior, ela diz que ajuda o marido.

Anita Garibaldi comenta sobre as diversas jornadas femininas:

Parece que a gente tem que mostrar a todo momento que a gente consegue. E a mulher fica com cinco mil carreiras ao mesmo tempo, né. Ela está com a casa, com a maternidade, com o trabalho, e ela tem que ser boa em tudo e a gente não precisa ser fodida em tudo. Até porque o homem não consegue ser, e a gente não é, e não precisa ser também.

Quando Anita Garibaldi verbaliza as cinco mil carreiras ao mesmo tempo, ela menciona ações do trabalho doméstico e da maternidade, que geram uma amarração à divisão sexual do trabalho doméstico, que é tão desfavorável às mulheres. Nesse sentido, o processo de fundamentação teórica, assim como a etapa de coleta de dados e a minha vivência enquanto mulher em uma quádrupla jornada, sinaliza que precisamos conversar e repensar sobre as distribuições do cuidado na esfera privada e considerá-lo um trabalho; afinal, ele consome energia física e psíquica.

A fala de Anita Garibaldi abaixo possibilita uma conexão da figura da mulher com o avanço do capitalismo industrial:

não vejo isso com meninos, eu nunca vi esse tipo de comentário, “você é tão bonito, por que está fazendo doutorado ou mestrado, por que você está atuando nessa área de pesquisa”, tipo, por que você está falando de tecnologia? Que é tão complexo pra você mulher, né? Você poderia falar de coisas mais simples, como alfabetização, não que a alfabetização seja simples, mas na verdade, na visão deles é, você poderia estar fazendo cápsula de EVA, ou coisas assim. E não é simples mexer com EVA também, mas às vezes, as pessoas subestimam. Você não pode falar de coisas muito complexas por ser mulher e por ser jovem, então jovem e mulher, ainda existe aí um processo que eu ainda acho impetuoso. E na academia mesmo, eu acho que isso é muito forte, nos processos universitários e fora deles, eu não acho que seja diferente. (Anita Garibaldi)

A beleza é considerada um capital matrimonial para as mulheres: quanto mais belas, maior a chance de um bom casamento. Na contemporaneidade, tal concepção contribui para a crescente indústria da beleza, já que as insatisfações das mulheres podem virar lucro. O Brasil, por exemplo, é um dos líderes mundiais em cirurgias plásticas. Entretanto, a beleza feminina já foi concebida com uma desconfiança, como algo perigoso, pois poderia ameaçar o equilíbrio de forças no matrimônio e ser um risco de adultério, como apresenta Zanello (2018).

Outro aspecto também abordado no recorte narrativo de Anita Garibaldi é o cerceamento social do fazer, do tipo de trabalho desenvolvido pelas mulheres. Quando está relacionada ao cuidado, a atividade é incentivada; mas, quando se desprende de tal esfera, esbarra no preconceito, no desmerecimento, no descrédito, como se existissem atuações profissionais delimitadas por gênero: “*A gente tem que brigar, tem que lutar, tem que... Que ninguém vai dar esse espaço pra gente, sabe? Eu sofri, mas eu tô muito feliz de não ter desistido*” (Nise da Silveira). A luta das mulheres pode ser mais potente se todos defenderem, apoiarem e lutarem juntos na promoção da equidade de gênero, na superação das divisões sexuais dos trabalhos remunerados e não remunerados e na superação dos privilégios que colocam em desvantagens mulheres, os quais incluem raça/etnia, classe, regiões, crença, escolarização e outras interseccionalidades.

É possível observar algumas transformações acontecendo, principalmente quando articuladas por mulheres empáticas que vivenciam a árdua luta de ser mulher no contexto atual:

Os trocadores... não tinha nos banheiros, tem um ano que eu consegui isso. Então, quando eu cheguei a primeira coisa que eu fiz foi dar um 'tour' por tudo, já conhecer e já bati o olho e falei assim, onde uma mãe troca um bebê, se ela vem pra cá. Aí tive como resposta, as mães não trazem, porque é uma faculdade. Aí eu questioneei, mas porque ela não pode trazer? Ela pode vir assistir uma palestra, ela pode vir com o marido e ficar aqui esperando para amamentar, e aí eles começaram a pensar. E pra cada bloco, foi feito um banheiro 100% acessível, então esse banheiro 100% acessível, ele é tanto pra pessoa com deficiência física, né, pra cadeirante, ou com mobilidade reduzida, ele tem os trocadores, ele tem os chuveirinhos, também, porque não tinha. Esses banheiros que são totalmente acessíveis por bloco, eles são unissex, então se o pai está com o filho, ele pode entrar e trocar e se a mãe está com o filho, ela também pode entrar e trocar. E são ações pequenininhas, mas que fazem bastante diferença e é uma coisa tão barata, não é uma coisa cara de proporcionar, o trocador, por exemplo. (Anita Garibaldi)

A inserção de trocadores em banheiros totalmente acessíveis e unissex nessa instituição de ensino superior – localizada em uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo– configura-se como uma estratégia acolhedora e acessível, diferentemente de outra instituição de ensino superior no mesmo município, que não permite a entrada e circulação de bebês e crianças em suas dependências.

Anita Garibaldi, também comentou sobre um projeto piloto de implantação de uma licença paternidade:

no final do ano, começo desse ano, a gente começou a discutir a licença-paternidade. Os meninos têm direitos a cinco dias, isso é comum em qualquer lugar. E por que não ele ter direito aos quatro meses como as mães? Foi extremamente polêmico, quando a gente levou isso para a discussão, a coordenadora do núcleo e eu encabeçamos a ideia, porque ele já não vai ter licença do trabalho, porque aí é outra esfera, a gente não pode mexer. Mas as aulas a noite, neste momento ele poderia fazer de outra forma. Talvez não poderia ser os quatro meses, a gente poderia ver um outro período, mas um período maior do que uma semana. Sem prejuízo acadêmico pra ele, para que ele pudesse participar pelo menos de um período dessa criança. Tem muitos alunos nossos que já estão fazendo a segunda graduação, então estão no trabalho o dia todo, e vão do trabalho direito para a faculdade e só vão para as famílias para dormir, e aí se acontecer uma paternidade nesse meio tempo, a hora que ele ver a criança já está com dois anos. Foi bem polêmica, confesso para você que foi bem polêmica a discussão. Mas a nossa reitora pediu para a gente estruturar um projeto e apresentar no final do ano, para o próximo ano. Então a gente vai organizar, talvez não os quatro meses, talvez a gente não consiga, mas eu acho também que é importante para os meninos participarem. Porque meu marido também foi uma peça importante no meu processo de estudo. Pra ele foi significativo aquilo também, ele participar da paternidade. Se eles [alunos] irão ou não, já não é problema nosso [risos]. Pelo menos estão garantindo um direito à paternidade. Vamos ver, se der certo.

A proposta de Anita Garibaldi e sua equipe de trabalho, para ampliação da licença-paternidade em um ambiente acadêmico, é um ato subversivo ao sistema operante capitalista e de efetivação de lutas feministas, pois ela ressalta a importância da paternagem no desenvolvimento das crianças e torna a parentalidade mais leve, gerando uma experiência compartilhada e satisfatória para todas as partes envolvidas. Esse é um tipo de ação de equidade de gênero, independentemente de pai e mãe viverem juntos ou separados.

No Brasil, foi promulgada a Lei nº 13.257/2016, que disponibiliza a possibilidade de uma licença-paternidade de 20 dias, desde que a empresa empregadora participe do Programa Empresa Cidadã¹⁸, incluindo também os funcionários públicos. A legislação trabalhista prevê apenas cinco dias de licença-paternidade, o que reforça a questão sociocultural de que o cuidado é de responsabilidade feminina. Quando pensamos em uma licença-paternidade maior do que a é ofertada atualmente, estamos próximos de disponibilizar aos pais a possibilidade de exercitar a paternidade em tempo integral, ou seja, sem ter que conciliar com o trabalho externo, estreitando o vínculo com o bebê e compartilhando a realização de tarefas domésticas. Porém, seria mais equânime a licença parental, que já existe em alguns países como Suécia, Islândia e Alemanha. Essa modalidade minimiza a desigualdade de gêneros, ampliando o compartilhamento de responsabilidades de cuidado e domésticas (Araújo et al., 2018).

5.1.2 Sobre o corpo das mulheres

Neste tópico de análise, objetiva-se considerar os processos culturais que afetam as mulheres e que podem ser observados nas concepções que elas próprias têm de seus corpos. Torna-se importante destacar que os as vivências femininas corporais são tão singulares quanto os processos de subjetivação. A partir das construções de suas vivências corporais, as mulheres articulam suas relações com trabalho, estudo, maternidade e família (casa), que são os focos de análise deste trabalho.

Introduzir, ou melhor, incorporar o corpo do indivíduo – em específico, neste trabalho, os corpos das sujeitas – é uma questão ético-política necessária para as ciências

¹⁸ O estabelecimento de tal lei pode ser considerado um avanço histórico e social no que se refere à igualdade de gêneros no mundo do trabalho, mas não se caracteriza como o reconhecimento de direitos, pois é algo condicional, que depende da disposição da empresa.

humanas em geral. Em um passado não muito distante, o corpo era desprezado/desencarnado e abstrato nas análises econômicas e políticas, como aborda maravilhosamente Sawaia (2014).

Ballestrin (2017) problematiza sobre a junção do poder colonial ao poder patriarcal que colocam os corpos femininos, em situações de vulnerabilidades, como podemos visualizar em percursos históricos de conquistas coloniais, e ou às guerras civis, assim como às ocupações e intervenções militares, missões frequentemente masculinas e masculinizadas, que repetem a histórica violação do corpo feminino, por homens colonizadores.

As sociedades vêm se metamorfoseando constantemente. Desde a revolução industrial, têm acontecido mudanças dramáticas na organização econômica da produção. A globalização assola as realidades, e as indústrias assumem configurações sintonizadas mundialmente; a inovação, a tecnologia e a criatividade são exaltadas. Tais estruturações implicam em mudanças/adaptações do corpo. Como propõe Martin (2006, p. 24),

Estes novos modelos implicam ver o corpo como um sistema total, no qual todas as partes estão em interação mútua, contínua e dinâmica; em que nenhuma parte é dominante e todas estão igualmente envolvidas; em que a condição desejada é um ajuste permanente em resposta a condições, tanto externas como internas, que mudam constantemente.

Quando pensamos no corpo feminino, podemos compreender a captura do corpo das mulheres como mais adaptável às exigências do mundo do trabalho, uma vez que, biologicamente, os corpos femininos já sofrem mutações mensais:

O corpo feminino, que altera seus estados várias vezes todos os meses e passa por ajustes dramáticos na gravidez, na ovulação ou no término da ovulação, pode vir a se tornar o protótipo perfeito de novo conceito modal: o corpo de ajuste flexível e de mudanças constantes (Martin, 2006, p. 25).

Constituindo a colcha de retalhos que compõe essa emaranhada discussão das entrevistas entrelaçadas com a fundamentação teórica, acrescento a citação:

Mais do que algo biológico (fruto de mudanças hormonais, por exemplo), é necessário considerar que as mudanças físico-corporais e sociais colocam os

diferentes sujeitos em lugares de maior ou menor desempoderamento, os situam em diferentes posições em relação aos ideais (hegemônicos) de gênero (Zanello, 2018, p. 272).

Ampliando a colcha de retalhos com um dos eixos teórico-metodológicos que orientam este trabalho, a psicologia social crítica, Sawaia (2006b) aborda a importância de olharmos para as realidades simbólicas quando pensamos em um corpo e no complexo fenômeno que é a saúde, pois, além do enfoque biológico, a saúde é uma questão sócio-histórica e, portanto, ética. Trazendo para problematização a promoção de saúde como uma estratégia de condenar todas as formas de violação do corpo, do sentimento e da consciência – pois estes impulsionam a servidão e a heteronomia, como adoecimento –, dificilmente seria possível concluir que danos físicos causam mais sofrimento que danos psicossociais¹⁹, e que sejam mais relevantes no processo de saúde-doença; e o inverso também não é conclusivo, que danos psicossociais sejam centrais em detrimento dos danos físicos. É preciso esclarecer que um pode se transformar no outro e, assim, arrematar a costura: “o fundamental é a mudança na relação entre o ser e o mundo, é o reestabelecimento do nexos psico/fisiológico/social superando a cisão entre o pensar/sentir/agir” (Sawaia, 2006b, p. 159).

Frida Kahlo narra sua experiência com a amamentação e os desafios enfrentados:

Agora porque o homem não gera um filho, o pai não amamenta, então as coisas são como são, eu percebo muito isso. Quando eu tive problema com a amamentação que eu tive um [problema que] chama fenômeno de Raynaud, é super raro, eu fui em vários médicos, e nenhum sabia como me orientar como poder tratar isso. Eu tive que buscar apoio em rede de grupo virtual de amamentação, de Facebook, de outras mulheres, no coletivo com parto, no coletivo com feminino. Então, assim... eu tive que buscar outras fontes de recurso, então eu percebi isso, que na própria relação médica, o corpo da mulher serve pra quê? [...] quando eu tive os bebês, a pediatra da maternidade já me passou a fórmula, prescrição de fórmula. Eu falei: “ah... mas eu tenho leite!”, e ela falou “ah, mas não tem como amamentar gêmeos!”. Como não tem como se eu estou há um ano e três meses amamentando e nunca dei nenhuma gota de fórmula pros meus filhos?! Mas é assim o tempo inteiro, o corpo da mulher busca a prova e é recortado. O seio não é para amamentar, o seio é um objeto erótico, guarda esse peito, se for para mostrar que seja para o seu marido na sua casa, ou então que você seja alguma prostituta que vá mostrar para o prazer de um homem. Porque se você for lésbica e for pro prazer de outra mulher também não serve. Então isso eu vejo todos os dias, a questão da amamentação é algo que me traz muitas outras,

¹⁹ Compreendido como um ramo de estudo que abrange os aspectos da vida social em conjunto com a psicologia.

outros pontos de debates mesmo, de uma construção social de algo que precisa ser revisto, precisa ser ampliado em todos os ambientes, e eu consigo localizar isso, que é porque a amamentação é uma questão do ser mãe, e é uma questão do ser mulher, se não fosse, seria diferente.

Ainda sobre a temática do corpo da mulher, Nise da Silveira também ponderou:

vinha na verdade, na minha cabeça, mas também tem a ver com corpo, com sexualidade, pra que serve o corpo da mulher? E eu lembro de um vídeo da Mamatraca que ela fala assim, deita pra dá leite, não é para o deleite masculino. Mas é isso, eu vou sair, então estava lá no mercado com ele no sling pegando molho de tomate e ele mamando. E às vezes alguém tentava cobrir, e aí... [risos]. Essa parte da amamentação foi muito interessante, muito interessante. Porque qualquer lugar ele mamava mesmo. No começo eu ficava com vergonha. Mas depois, que falei: “ah, quer saber? É isso mesmo. Peito é pra dar leite”.

Corroborando as narrativas apresentadas, Perrot (2019) nos apresenta provocações sobre o corpo feminino, que é subjugado, dominado, muitas vezes roubado, pensando na sexualidade, e comercializado, como nas relações de prostituição. As relações construídas e desenvolvidas com o corpo da mulher podem, em inúmeras circunstâncias, ser consideradas violências das mais variadas maneiras, e conseqüentemente, os limiares de tolerância, tanto das sociedades como das mulheres, são mutáveis.

Quando refletimos sobre os corpos das mulheres, fica difícil não lembrarmos da obra *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*, de Michel Foucault. Ele aborda, logo no início, o conceito de “corpos dóceis”, como sinônimo de corpos maleáveis e moldáveis, e contempla o conceito de “controle dos corpos” por meio de disciplinas, que objetiva maior produtividade e utilidade e contribui com o sistema econômico vigente.

Para Foucault (1979), o corpo passou a ser visto como alvo do poder, e surgiram técnicas de saber para disciplinar os corpos na tentativa de decifrar como eles funcionam, ou seja, os seus gestos, movimentos, rapidez, sob uma coerção contínua. Almejando a eficácia dos movimentos, uma codificação do tempo, do movimento, sobre os espaços e tudo o mais. As técnicas disciplinares são entendidas por Foucault como a microfísica do poder, que consiste em tornar um corpo útil, ou seja, produtivo, dócil e passivo politicamente. O corpo é considerado dócil quando ele pode ser submetido, dominado, melhorado, aperfeiçoado. Essa é a utopia de todo governante: manter cada ser humano perfeitamente governável, funcionando para sustentar a lógica socioeconômica daqueles que detêm o poder e se beneficiam dele.

Pensando nas formas de poder, refletiremos como os corpos das mulheres têm sido submetidos, dominados, aperfeiçoados, melhorados para atender às demandas do mundo do trabalho. Quais são as práticas, os discursos, os saberes, as relações de poderes que nos formam/subjetivam?

5.1.3 Mulheres e o mundo do trabalho

É explícito que a psicologia social crítica procura resgatar os compromissos éticos e políticos que devem embasar teoria e prática nas questões de subjetividade e nos processos de subjetivação, contemplando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade sem abandonar a crítica às formas de exploração, concentração e dominação (Lane, 1981,1999; Lima et al., 2009; Sawaia, 1998, 2006a, 2006b, 2014; Monteiro, 2006; Guareschi, 2012).

Ao encontro de tais desdobramentos, segue a sociologia do trabalho, que problematiza as modificações históricas sociais que proporcionaram o avanço das mulheres nos ambientes públicos e a nova configuração da construção de homem provedor, muito comum em diversos países. As mulheres passaram a compartilhar, ou até mesmo assumiram solitariamente, as responsabilidades de prover financeiramente a esfera doméstica, somando-se ainda os cuidados com a família (trabalho reprodutivo), que permanecem, de maneira significativa, como de responsabilidade das mulheres (Bruschini & Lombardi, 2002, 2003; Sorj et al., 2007).

Diante desse cenário, surgem inquietações: se as mulheres conquistaram novas ocupações (esfera pública), adaptaram-se a desenvolver ações de cuidado tanto na esfera privada como na pública, por que os homens não ampliaram seus tempos de permanência/dedicação às atividades domésticas na esfera privada? Por que há essa iniquidade de gênero na divisão sexual dos trabalhos?

Há países industrializados, principalmente no norte da Europa, que tentam superar os conflitos ocasionados pela desigualdade, ou melhor, pela inequidade de gênero em cuidados e atividades domésticas, por meio de políticas públicas que apoiam a conciliação de trabalho e família. Nos Estados Unidos, onde o Estado intervém minimamente para atenuar as desigualdades sociais, predomina a crença de que os cuidados com a família são um assunto privado e de responsabilidade das mulheres. No Brasil, há baixos investimentos em serviços coletivos que possibilitem cuidados com a família, e recaí

sobre as mulheres, sobretudo as mães, a culpabilização por adentrarem o mundo do trabalho, como nos apontam Sorj et al. (2007).

Antes de avançarmos às narrativas das entrevistas, considero importante apresentar uma construção sobre o trabalho e o seu entrelaçamento com as vivências: “o trabalho, ao compor modos de existência, participa de maneira chamejante dos processos de subjetivação que põem em curso (e faz o curso) da vida humana. Adentra na intimidade, forja relações sociais e confere rumo às vivências” (Duarte, 2016, p. 188).

É inegável a existência de papéis e funções atribuídos ao gênero. O cuidado na esfera privada, também denominado de trabalho reprodutivo, é designado maciçamente às mulheres, e tal configuração estende-se ao mundo do trabalho. Por exemplo, é comum encontrarmos profissões consideradas femininas e profissões masculinas. Se pensarmos no Brasil, a educação infantil, por exemplo, mesmo como trabalho remunerado, é uma ocupação tipicamente feminina.

Um estudo nacional aponta que a participação das mulheres no mundo do trabalho tem aumentado, mesmo com as flutuações da atividade econômica, mas os espaços que elas ocupam não mudaram, permanecendo majoritariamente nas atividades de saúde, ensino (público ou privado) e administração pública (Lavinias et al., 2001): “existiria um *trade-off* entre elevação da taxa de emprego feminina, ou ‘feminização’ do emprego, e ‘precarização’ das relações de trabalho que estaria a explicar vantagens comparativas de mão-de-obra feminina sobre a masculina” (Lavina et al., 2001, p. 1-2). Esse estudo menciona que tal ocorrência tem congruência com a questão sociológica, como, por exemplo, a busca por autonomia e igualdade e as novas configurações de arranjos familiares, como o aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que é comum na contemporaneidade ocidental (Lavinias et al., 2001).

Sobre as mulheres e o mundo do trabalho, algumas colocações despertaram maior atenção no momento de transcrição das entrevistas, como veremos a seguir:

A questão de que, no trabalho, a gente, por ser mulher, já está um passo atrás dos outros. Justamente porque eles pensam, a mulher tem filho, ah, se o filho adoecer, quem vai levar no médico é a mãe, a mulher cuida da casa, então se já existe isso no imaginário social, que a mulher não pode ser uma trabalhadora, com um rendimento tão ótimo quanto um homem. Então, por exemplo, as funções executivas, as funções de chefia, geralmente são direcionadas aos homens, porque há este imaginário social de que o homem sim é um ser de trabalho, a mulher é um ser para o sexo e para a casa. Então o lugar da mulher é “trabalhando” entre aspas, então a gente não tem esse reconhecimento igual de trabalho de maneira nenhuma, mesmo no lugar de fala, eu percebo isso. Por

exemplo, quando e vou fiscalizar, embora tenha um papel fiscal né, assim, tem um certo reconhecimento social, no entanto, vários profissionais do sexo masculino se acham na liberdade de fazer algumas gracinhas, ou sempre, assim, ou eles vão pro lado de fazer uma gracinha de cunho sexual libidinoso ou eles vão para o lado de poder hostilizar “há é por que é uma mulher”. (Frida Kahlo)

Quando Frida Kahlo verbaliza “*no trabalho, a gente, por ser mulher, já está um passo atrás dos outros*”, relembrei Guareschi (2012), quando discorre sobre o poder e a relação de dominação. O autor aponta que a expropriação de poderes ocorre de maneira indireta. De forma didática, inicialmente são caracterizadas determinadas pessoas, ou grupos, como aquelas que apresentam certas qualidades, que podem ser compreendidas como negativas ou pejorativas em determinada sociedade; assim, são criados estereótipos específicos com a finalidade de expropriar poderes de outros. Em um segundo passo, ocorre uma expropriação econômica, política ou de qualquer outro tipo:

Veja o caso das mulheres. Primeiro caracterizo as mulheres como sendo *frágeis*, mais motivadas por razões afetivas que *executivas*, como afirmavam os famosos psicólogos sociais americanos da década de 1960, quando mostravam as mulheres mais orientadas por motivos de *afiliação* do que por motivos de *realização*. Realizada tal tarefa, fica fácil dar um segundo passo a fim de conseguir que as mulheres, mesmo em nossos dias, passem a receber apenas 70% do que recebem os homens (Guareschi, 2012, p. 92).

Foram diversas as maneiras de construção e solidificação das desigualdades de gênero até se constituírem em uma estrutura de dominação que impera injustamente, garantindo de privilégios materiais e simbólicos e favorecendo uma minoria.

Trabalhadoras, estudantes, mães e trabalhadoras reprodutivas têm seu tempo capturado:

não posso trabalhar também 24 horas, 7 dias por semana. E eu aprendi isso durante a pós. Então a minha orientadora mandava coisas às vezes, de final de semana, aí eu falava assim, hoje não, segunda-feira. Segunda-feira eu vejo, porque agora é o tempo do meu filho. (Anita Garibaldi)

Esse recorte na narrativa de Anita Garibaldi desperta a atenção para o estabelecimento de limite, demarcação de um tempo junto ao filho, uma pausa no trabalho público para dedicar-se ao trabalho privado. Seria uma estratégia conciliatória?

Trabalhar durante a pós-graduação é possível? É possível, mas é muito puxado, porque são dois trabalhos, a pós ela tem um ritmo de no mínimo quase oito horas por dia, mais o trabalho que você tem, então são dois trabalhos, e isso, mais a maternidade, você vai dar conta como? Não dá. (Anita Garibaldi)

O recorte discursivo da narrativa de Anita Garibaldi apresenta o cerne deste trabalho: é possível desenvolver estudo/pesquisa *stricto sensu*, trabalho na esfera pública, trabalho na esfera privada e maternagem? Como conciliar a quádrupla jornada? Quais escolhas serão priorizadas? E o cuidado de si? É salutar conciliar a quádrupla jornada?

Não é a proposta do presente trabalho propor prescrições, mas, sim, suscitar a reflexividade, respeitando cada realidade. Podemos entender que cada mulher terá sua vivência singular, e nos interessa conhecer os seus processos construídos, lutas, resistências, processos reflexivos despertados durante a vivência da quádrupla jornada, as transformações que se desencadearam na esfera privada e na esfera pública e a forma com que se constituiu o ato de maternar, se houve coparticipação e configurou-se de maneira parental.

5.2 Tópico de análise 2: o sentido do trabalho feminino na tentativa de romper com o padrão de divisão sexual do trabalho na contemporaneidade e nas construções de resistências

Como já mencionado no capítulo 3 (As mulheres no mundo do trabalho), o modelo naturalizado de família – que assume forte referência na sociedade brasileira e reforça a necessidade de enfrentamentos e lutas das mulheres entrevistadas e de todas as mulheres que assumem a quádrupla jornada – é o modelo de família nuclear burguesa, que impõe à mulher o desempenho da função cuidadora (Morgado, 2004). Talvez seja por isso que Adelaide Cabete, Rachel de Queiroz e Joana d’Arc, apresentam narrativas em que enfatizam o cansaço e a sobrecarga. Elas reforçam o papel das mulheres como principais responsáveis pelo cuidado, seja com os filhos ou com as atividades domésticas:

uma vez eu lembro que eu fui conversar com o meu marido e eu falei assim, “você tem que me ajudar mais, é muito pesado. Olha, quando ela (criança) fica doente, eu fico com toda a carga de que eu não posso errar na medicação, eu tenho que lembrar do horário, eu tenho que não sei o que, só eu que levo”. Porque assim ela fica doente e ele fala assim “vai e leva” dificilmente ele vai comigo, então assim, eu falo, é muita carga pra mim com duas crianças. Aconteceu já das duas ficarem doentes ao mesmo tempo e eu dar dois remédios diferentes, trabalhando

e tudo mais. Eu falei assim “nossa, minha cabeça, às vezes, eu morro de medo de trocar a medicação, pelo esgotamento eu queria que você me ajudasse mais”. E ele falou assim “você me desculpa, mas 90% das mulheres, isso aí é papel das mulheres cuidar da criança, você me desculpa”. Então, ali eu já senti, que não adianta muito, é o que ele pensa. (Adelaide Cabete)

teve um momento que eu me cansei tanto, que eu cheguei para o meu ex-marido e disse, olhe, veja, preste a atenção numa coisa, eu hoje contribuo com a despesa da casa, eu contribuo e você contribui o que comigo? O que você está fazendo para que a relação não seja tão pesada para mim? Porque eu tô trabalhando, eu tô estudando, e quando eu chego em casa está tudo de pernas para o ar. (Rachel de Queiroz)

Altas brigas com o meu marido, porque em casa eu sempre fiquei com a parte das crianças, sempre fui eu e sou até hoje. Ele me cobra nesse sentido, de que a educação das crianças é minha. Tipo, eu que cuido, então teve uma época que ele falava, você que tem que fazer lição com eles (crianças), porque eu não entendo, eu não sei, eu não tenho paciência tal, você que vai fazer. (Joana d’Arc)

Entrelaçando o recorte das narrativas de Adelaide Cabete, Rachel de Queiroz e Joana d’Arc com a escrita de hooks (2018), é possível observar que o trabalho não liberta a mulher da dominação masculina. Mesmo aquelas que apresentam altos salários e estão em um relacionamento com homens, a norma é a dominação masculina. Não se deve negar que, se a mulher for autossuficiente, é mais fácil, ou melhor, aumentam-se as chances de terminar um relacionamento em que a dominação masculina prevaleça.

Pensando nas disparidades de gênero no mundo do trabalho, podemos levantar a assimetria salarial e de acessibilidade e oportunidade de maior escolarização. Se pensarmos na perspectiva relacional, o ser homem e ser mulher na contemporaneidade se constitui pelo pertencimento dos gêneros. E quando pensamos em refletir sobre o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado (pensando nas tarefas domésticas e de cuidado), evidenciam-se os valores culturais e as condições materiais. Os valores culturais são responsáveis por práticas cotidianas desiguais, em que há uma hierarquia de gênero, e as condições materiais proporcionam a possibilidade de gestão de bens e recursos para a reprodução da família (Araújo et al., 2018).

Ainda refletindo sobre as assimetrias de gênero no que se refere ao cuidado e às atividades cotidianas de uma casa, temos: “Todas as pesquisas sobre o uso do tempo demonstram que, com a presença de crianças no domicílio, o tempo consumido nas tarefas cotidianas da casa é muito superior para as mulheres que para os homens” (Lavinias et al., 2001, p. 66). Frida Kahlo ilustra bem essa realidade:

para a família, demarcar que além de mãe eu tenho outras coisas, inclusive estudante e trabalhadora. Porque a minha família e a família do meu esposo, como a maioria das famílias brasileiras, tem essa ideia de que a responsabilidade da casa é da mulher. E nesse momento da nossa vida, eu não consigo e nem quero ficar com a responsabilidade de casa então, nesse momento como o meu marido tá afastado do trabalho e ele não vai voltar a trabalhar até ano que vem. Então é ele que está mais responsável nessa questão de estar lá com a babá, com a pessoa que ajuda a gente, de fazer compra, enfim de manutenção da casa. É muita cobrança sempre; a mulher é sempre alvo de cobrança, se você amamenta é porque, nossa tá até agora mamando essa criança? Se você não amamenta é nossa você não deu o peito, então tudo é centralizado na mulher. Principalmente na questão da obrigação mesmo, a mulher deve fazer isso e sempre em um lugar subalterno, em um lugar submisso, então a mulher tem que estar de baixo e sobre os princípios da família, da religião, da moral, tem que criar os filhos. Então, se o filho tá com a roupa rasgada, a primeira coisa que eles falam é, aí, essa mãe não está vendo? Aí, cadê a mãe dessa criança? Nunca é cadê o pai, e sempre cadê a mãe dessa criança, então esse lugar social da mulher de ser, de ter um lugar submisso, isso é nítido, perceptível, sempre, sempre. Embora a minha realidade seja diferente, todo tempo eu sou atravessada por esses discursos, então todo lugar que eu estou, se eu colocar o pé pra fora de casa, se eu estiver sentada tomando um sorvete, e aí, cadê seus filhos? Como se então a mulher tivesse que exclusivamente cuidar dos filhos ou nunca pudesse fazer nada sem os filhos.

A narrativa de Frida Kahlo abarca inúmeras questões que poderiam se desdobrar em análises teóricas. Optou-se por um recorte sobre a moral cristã, que atravessa as mulheres na contemporaneidade. A moral cristã se perpetua na sociedade brasileira desde a colonização, sendo também denominada por alguns autores como cruzada espiritual, em que a catequese instituía normas de convívio social. No Brasil colônia, apesar das culturas indígenas e das influências culturais e religiosas de grupos africanos que vieram como escravos, o cristianismo propagava a necessidade do casamento e a mentalidade patriarcal e machista, em que a Igreja Católica apresentava a configuração dos papéis de homens e mulheres (Zanello, 2018).

Aliada ao discurso moralista cristão, a ciência também propagou concepções moralistas discriminatórias, como, por exemplo, o discurso médico, que impunha às mulheres um determinismo biológico e construções sociais apresentadas como naturais – fragilidade, docilidade, agradabilidade, procriação – e prescrevia o que seria uma boa mãe (Badinter, 1985; Moura & Araújo, 2004; Zanello, 2018). Diante dessa construção, as mulheres que apresentavam muita volúpia ou nenhuma eram estigmatizadas como loucas, e era comum a prescrição de severos tratamentos, como a internação em asilos para doenças mentais, como aponta Zanello (2018).

Essa naturalização do cuidado como responsabilidade exclusiva das mulheres apareceu nitidamente nas entrevistas: “*esse enfrentamento também aconteceria com outras pessoas da minha família. Com meu pai, meus irmãos, que ainda tem essa ideia muito machista de que, quem cuida de bebê é mãe*” (Nise da Silveira).

Para Pagu, a maternidade trouxe muitas ressignificações:

Em vários ambientes, não só na relação [amorosa, entre ela e o companheiro], mas na relação das mulheres com o próprio corpo, na relação das mulheres com essa coisa de escolher o nascimento que quer para o filho. Porque, aí eu fui trabalhar como doula, então comecei a trabalhar com gestantes e parto. Ah, aí, foi que eu vesti a camisa da luta feminista! E a partir daí não parou; deu vontade de voltar para o programa de pós-graduação em artes. Veio essa pessoa, lutando por um espaço mais respeitoso pra gente, assim como mãe, como mulher e tal.

O excerto do discurso de Pagu permite a compreensão de que a vivência da maternidade propôs ou ressignificou a maneira de lidar com o corpo, com o nascimento, com o trabalho. Podemos pensar no corpo político que Pagu vivenciou durante o processo da maternidade, que reverberou em escolhas como a luta feminista.

Nise da Silveira apresenta um discurso de aceitação:

Na pós, eu entendo que foi um enfrentamento, quando eu resolvi parar de ficar me sentindo mal por ter tido um filho, e de dizer, olha gente é isso que deu pra fazer. Eu vou pedir esses prazos sim, e não estou devendo nada pra ninguém.

A narrativa de Nise da Silveira apresenta uma compreensão das transformações em sua vivência acadêmica; seu movimento de “deixar de se sentir mal” pode significar a aceitação dos seus limites e a compreensão da responsabilização integral que recaí sobre as mulheres na conciliação da quádrupla jornada. Cabe acrescentar que Nise da Silveira não conta com parentes na cidade onde mora, e o seu marido de trabalha em outro município, ficando distante fisicamente dela e da criança por até quinze dias consecutivos.

Houve uma única entrevistada que mencionou ter recorrido ao judiciário na tentativa de garantir os seus direitos. Enquanto mãe lactante no seu ambiente de trabalho, ele solicitou um horário flexível para a amamentação ou um espaço próprio para alimentar seu bebê no trabalho:

Eu recorri judicialmente. Minha mãe é advogada, inclusive, ela fez tudo, então é uma coisa que tá tramitando, está se processando, mas, eu sei que talvez isso seja uma exceção. Mas pelo fato de eu já estar engajada, já ter contato com o ativismo feminista, eu já tinha feito disciplinas deste tipo na pós-graduação, então é o

diferencial da pós-graduação em Assis, tem essa vertente da pesquisa de gênero, de sexualidade, do feminismo mesmo, tem docentes que trabalham com isso, eu fiz duas disciplinas com o Fernando, com o Wiliam, então, assim, eu já vinha pertencendo a este campo de estudo de luta. Enfim, então isso opera também, porque quando eu fui ser mãe eu já estava pelo menos um pouco sabendo dessas discussões todas, e isso faz muita diferença. Você pode ter um olhar mais amplo do que te cerca, isso inclusive te retira deste lugar de ser sempre subjugada. (Frida Kahlo)

O posicionamento politizado presente nos discursos de Frida Kahlo evidencia as ações de luta por emancipação que ela desenvolve no seu cotidiano, seja na esfera privada ou na pública. Ela atribuiu sua potência de luta às disciplinas que cursou durante o processo de doutoramento.

Mas, como mencionado por Sorj (2013), a renda produz diferenças importantes na vivência doméstica das mulheres. Neste caso Frida Kahlo, dispõe de babá 44 horas semanais e mais uma faxineira semanalmente, além da rede de apoio familiar. Sendo mãe de gêmeos, a conciliação da quádrupla jornada e o seu engajamento na luta por melhorias ocorre pela solidez de sua rede de apoio.

Cabe mencionar que, além do gênero, a renda produz diferenças importantes na vivência doméstica das mulheres (Sorj, 2013). A interseccionalidade de classe/renda na divisão sexual do trabalho doméstico pode ser visualizada quando as trabalhadoras passam pela vivência da maternidade. As mulheres com vínculo empregatício formalizado contam com licença-maternidade e entre outros direitos, os quais não são garantidos às mulheres que também vivenciam a maternidade, mas estão em situação de trabalho informalizado. Essa temática foi abordada no capítulo 2, no tópico 2.1 (Mulheres e as maternidades).

5.3 Tópico para análise 3: lutas femininas para conciliar as exigências impostas pelas demandas do trabalho, da produção acadêmica e das exigências familiares (domésticas e maternagem)

5.3.1 Sobre a quádrupla jornada

A quádrupla jornada é vivenciada por mulheres que cumprem um trabalho remunerado que exija tempo, dedicação e deslocamento físico; estudem ou tenham

concluído uma pós-graduação *stricto sensu*; e que desenvolvam trabalho não remunerado, malabarismos com as responsabilidades domésticas e maternagem.

Torna-se pertinente comentar que, mesmo que as inovações tecnológicas tenham nos auxiliado nos afazeres domésticos, com utensílios e eletrodomésticos, há atividades de gestão dos serviços, como a compra de produtos e alimentos, que acabam recaindo sobre as mulheres. Além disso, as concepções sobre os padrões de limpeza e a maneira de participação e envolvimento na criação dos filhos mudaram, exigindo novas formas de trabalho doméstico:

*Olha trabalhar e fazer a pós-graduação, já não é fácil, uma pós-graduação da ordem de mestrado e doutorado, já não é fácil. Agora depois de ser mãe, nossa, é muito mais difícil, mas assim, eu tenho apoio. Eu tenho o meu esposo que **divide** comigo as tarefas com as crianças, divide não! Acho que ele faz até mais que eu. E eu tenho babá e tenho uma irmã que mora aqui, tem a minha sogra que mora aqui, então assim eles estão sempre me ajudando. Por isso que eu estou minimamente conseguindo, se não, não teria como, acho que eu não conseguiria não!* (Frida Kahlo)

A narrativa de Frida Kahlo evidencia o seu cotidiano politizado. Entre as entrevistadas, foi a única que verbalizou que o marido divide as tarefas com as crianças gêmeas durante seu processo de doutoramento. Ao mencionar divide, ela está deixando explícito que o cuidar, ou o trabalho reprodutivo, não é exclusividade das mulheres. Se há disponibilidade do pai, por que não o inserir no cuidado?

Frida Kahlo também compartilhou um rearranjo familiar:

Sim, aconteceu isso porque, por exemplo, à noite as crianças acordam, então primeiro quem vai é meu marido, se ele não conseguir fazer as crianças voltarem a dormir então eu vou. Porque hoje ele tem um horário mais flexível. Mas teve este rearranjo claro, porque antigamente a gente não fazia quitanda duas vezes por semana, a gente não precisa ir tanto procurar alimento orgânico, não era uma preocupação, a gente não tinha uma pessoa dentro de casa pra ajudar a gente, é completamente diferente. A rotina da casa é outra, tem horário para as coisas, tem sempre alimentação feita, antes a gente comia pão, comia lanche, outras coisas, então teve muito isso de alteração de rotina sim. (Frida Kahlo)

O discurso apresentado sobre os rearranjos familiares possibilita identificar uma relação de parentalidade, em que ocorre a distribuição do cuidado das crianças respeitando-se, como no exemplo acima, uma possível equidade: quem apresenta maior disponibilidade de tempo é o que mais se dedica aos cuidados/trabalhos reprodutivos, independentemente de gênero e das construções sociais.

Podemos observar dois aspectos importantes no percurso de conciliar a quádrupla jornada: rede de apoio e equidade de gênero. Eles ocorrem quando as mulheres têm relações heterossexuais e/ou podem contar com o apoio de outros familiares, como pai, irmãos ou primos, em que o maior envolvimento no cuidado das crianças ocorre com aqueles que tiverem maior disponibilidade.

Fougeyrollas-Schwebel (2009), quando aborda a temática do trabalho doméstico, ressalta que, para a obtenção do sucesso nos projetos profissionais, as mulheres precisam dispor de uma rede de substituição (neste trabalho utilizamos a denominação rede de apoio) e ainda atribuiu o adjetivo “infalível”. Além do recurso do companheiro/cônjuge, faz-se necessário uma organização familiar ou amigos para ofertar ajudas externas:

*Durante o período letivo, eu só me dediquei às coisas da instituição onde eu trabalho, e trabalhava de madrugada [na escrita da tese]. Porque eu tinha que escrever as coisas da minha tese, então eu trabalhava de madrugada e tinha dia que eu não dormia. Eu preferia não dormir, eu chegava em casa as crianças dormiam e eu ficava até as sete da manhã. Ia trabalhar as sete e meia, dava aula até onze e dez por aí, ficava na universidade até meio dia mais ou menos. Voltava levava as crianças pra escola e dormia à tarde, e esse foi o meu ritmo, **o que eu consegui encontrar para conciliar tudo**. E para coletar os dados, eu coletei nas férias [do trabalho], tanto nas férias de janeiro quanto nas férias de julho. E aí depois que eu coletei os dados, eu continuei no ritmo da madrugada, então foi assim, um período bem tenso de trabalhar de madrugada, e à tarde eu estava imprestável né, então dormia a tarde inteira, e a noite ia trabalhar, no mesmo ritmo de madrugada. (Joana d’Arc)*

Ao apresentar esse trecho da narrativa de Joana d’Arc, busquei compreender as estratégias desenvolvidas para conciliar as vivências da quádrupla jornada. Nesse recorte específico, podemos observar que Joana d’Arc dormia no período em que os filhos estavam na escola e, enquanto os filhos dormiam, ela trabalhava na produção da sua tese. O trecho em negrito evidencia a maneira com que ela conseguiu conciliar todas as jornadas.

Já Pagu, residindo em uma grande capital brasileira, tinha outra realidade:

Quando estava no final da gravidez, eu tava terminando as disciplinas, mais aí a própria gravidez tem o peso, né. De barriga, a locomoção fica mais difícil. Eu morava no centro da cidade, que é longe aqui da universidade. Então eu tinha que pegar ônibus e tal, e aí na verdade eu não tinha ajuda em casa.

O discurso de Pagu aponta para as transformações no corpo da mulher durante a gestação, e o quanto isso dificultou o seu deslocamento. Nesse aspecto, é importante

observar que as transformações no corpo biológico e social das gestantes não correspondem aos corpos socialmente representados nos ambientes acadêmicos.

Joana d’Arc conta sobre a rotina de educação dos filhos:

Em termos de educação, de responsabilidade com os filhos, eu vejo que hoje ela é mais minha do que dele. Por conta, às vezes, também de eu ser da área de educação, não sei. Ele acaba ficando, mas ele faz, quando não tem jeito ele faz lição, agora estudar mesmo, ela estuda mais comigo, quando tem prova e tal é comigo mesmo. (Joana d’Arc)

Esse excerto de Joana d’Arc ilustra algo que a literatura sobre a divisão sexual do trabalho já sinaliza no que se refere ao cuidado reprodutivo, que foi culturalmente construído como de responsabilidade das mulheres.

às vezes, meu marido chega e fala assim, “você viu como que a sua filha está falando, não sei o que, você não está ajudando”, mas quando é uma coisa positiva é “você viu que a Primeira Filha conseguiu fazer isso? Mas também eu conversei com ela, e ela pegou, absorveu e fez certo”, então assim eu posso estar com ela o período inteiro falando “não faz isso, filha não faz isso” e não resolveu, mas se ele vir e conversar cinco minutos já deu certo. (Adelaide Cabete)

O discurso de Adelaide Cabete abarca a invisibilização do trabalho das mulheres e ainda exalta a participação paterna, mesmo que em quantitativo inferior à da mãe. Este processo dissertativo faz uso da reflexividade e aponta para a necessidade de confrontarmos o instituído, como valores e crenças culturais que pretendem manter no invisível as ações, os cuidados, os trabalhos reprodutivos desenvolvidos por muitas mulheres nos seus cotidianos. O invisível pode facilmente ser desvalorizado, passar despercebido ou ser naturalizado na sociedade capitalista patriarcal, que dilui o trabalho das mulheres por meio de hierarquização de gênero, de classe e de raça. A diluição é fortalecida por relações de poder e de costumes forjados que reverberam na contemporaneidade.

O discurso da culpa foi muito presente nas narrativas das entrevistadas e muito bem explorado pelo modelo capitalista de produção e sociedade patriarcal, que acaba promovendo o superinvestimento das mães trabalhadoras:

Tinha todo um desgaste emocional, e aí você tem o sentimento de culpa de não estar dando atenção a uma criança tão pequenininha, tão frágil, tão necessitada de sua atenção. (Rachel de Queiroz)

Eu faço muitas coisas, mas eu não faço nenhuma tão bem feita como eu gostaria. Então isso é uma carga que vai ficando sempre em déficit. A gente sempre se sente sobrecarregada e culpada, fica com um sentimento de culpa. E para o marido, que está fora trabalhando e você está em casa nesse período, acho que existe uma visão romântica de que você está em casa em que você não está fazendo nada. Então quando ele chega, “mas por que não tomou banho? Você ainda não fez isso? Você ainda não fez aquilo. Nossa, mas também ela está assim por causa de você” [...] Esse último semestre, por exemplo, foi o semestre que eu me senti assim, totalmente em déficit comigo em relação ao trabalho. Porque eram duas crianças, aí eu chegava em casa e era as coisas da casa e mais as crianças e mais problemas externos, então acabava ficando tudo mais complicado. Então eu me senti bastante em déficit em relação ao trabalho tanto em casa, mas, mais de fora. Porque, às vezes, era impossível eu conseguir ler um livro, se tornava uma coisa impossível, principalmente quando eu estou em casa, olha [filha chamando a mãe], e se tiver o pai é a mesma coisa viu, é sempre a mãe. (Adelaide Cabete)

Em outro momento da entrevista, Adelaide Cabete voltou a mencionar:

tem noite que eu me sinto esgotada, porque eu não consigo fazer nada, eu vou, sento e ela: “Mãe! Mãe! Mãe!”. Então isso daí você chega no fim do dia você fala “poxa, acabou o dia e eu não consegui fazer nada”. Você fica com aquela sensação de frustração, não consegui fazer nada do que eu precisava. Não consegui ser também uma boa mãe, porque ficava toda hora brigando, porque eu precisava fazer um negócio e ela estava me chamando, então assim, é uma frustração todo dia que eu não dei conta do meu trabalho e também não dei conta dela. Porque eu fiquei o tempo inteiro brigando porque eu precisava fazer uma coisa e eu não consegui fazer nem uma nem a outra. (Adelaide Cabete)

Os recortes nas narrativas das entrevistadas descortinam a existência do sentimento de culpa, muito comum entre as mulheres mães na contemporaneidade, pois existe, como nos apresenta Forna (1999), uma visão da maternidade idealizada e naturalizada que permeia todos os aspectos da vida, da divisão do trabalho doméstico às leis trabalhistas, às normas legais e políticas. Essa mensagem é reforçada pela cultura e pelas mídias e postula que a mãe é a única capaz de cuidar corretamente dos filhos, que eles precisam da presença contínua e exclusiva da mãe.

O sentimento de culpa presente nos excertos constitui como uma entre inúmeras estratégias psicossociais; elas são sutis, mas muito presentes na contemporaneidade. Essa estratégia de culpabilização é um mecanismo de legitimação da exclusão, como apresenta Guareschi (2014), que oculta as maneiras como o ser humano se constrói e usa de essencialismo, ampliando uma visão individualista como representação coletiva. Como consequência, os sucessos e fracassos são de única e exclusiva responsabilidade do indivíduo, desconsiderando os contextos históricos e sociais, conforme explica Farr

(1991), citado por Guareschi (2014). É o que acontece na ideologia liberal, onde não há espaço para o social. O ser humano é definido como um indivíduo único, que não tem nada a ver com os outros: “Legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído” (Guareschi, 2014, p. 156).

A culpabilização, assim como a individualização, com as suas recorrentes e sutis estratégias de controle na contemporaneidade, pode ser particularmente observada no mundo trabalho e nas narrativas coletadas, agindo de maneira perversa e provocando sofrimento, adoecimento, entre outros sentidos nas vivências das mulheres que assumem inúmeras jornadas. Sobre a sobrecarga da quádrupla jornada e a imposição sociocultural sobre as mulheres/maternidade, um excerto desperta compreensão:

nossa noção de que as mulheres estão intrínseca e intimamente envolvidas com a família, em que tantas funções “naturais” e “corporais” (e, portanto, inferiores) ocorrem, enquanto os homens estão intrínseca e intimamente envolvidos com o mundo do trabalho, onde (pelo menos para alguns) funções “culturais” e “mentais” (e, portanto, superiores) ocorrem. Não é nenhum acidente que fatos “naturais” sobre as mulheres, na forma de alegações sobre a biologia, sejam usados com frequência para justificar uma estratificação social baseada no gênero (Martin, 2006, p. 54-55).

É indiscutível que recaem sobre as mulheres as responsabilidades do cuidado. Em um retrospecto histórico, a relação mãe e filho nem sempre se configurou como na contemporaneidade. Já foi de praxe enviar o bebê recém-nascido para os cuidados de uma ama de leite. Com o término da Segunda Guerra Mundial e a conseqüente escassez de mãe de obra, houve uma significativa transformação nos modelos econômicos e familiares: era preciso reduzir os números de mortes de recém-nascidos e crianças para aumentar o número de trabalhadores no longo prazo e ampliar os potenciais consumidores (Badinter, 1985; Forna, 1999; Moura & Araújo, 2004; Morgado, 2004; Rago, 2004; Zanello, 2018).

Com as mudanças nas atitudes maternas, o interesse e a dedicação à criança evidenciaram-se após os discursos médicos e das ciências psis (psiquiatria, psicanálise, psicologia e psicopedagogia), que enfatizaram e ainda exaltam o papel/competência da mãe (Badinter, 1985; Forna, 1999; Moura & Araújo, 2004; Morgado, 2004, Zanello, 2018).

As ressignificações nas formas de constituição familiar, nas transformações econômicas, nas ocupações das mulheres no mundo do trabalho, entre outros aspectos, desencadearam algumas estratégias para manutenção das sociedades, atendendo às necessidades e aos interesses do poder. Assim, como nos apresenta Foucault (1979, 1987), nascem as sociedades disciplinares e, sucessivamente, de biopoderes. E, para mantê-las, surgem as inúmeras instituições: moral, saúde, educação, adestramento, entre outras. Vale enfatizar que as relações de poder são, antes de tudo, produtivas, mas sempre há a possibilidade de resistência.

A ciência é utilizada como estratégia de controle do corpo para produção de uma economia, a qual deve operar a favor dos interesses dominantes. As mulheres adentrando os ambientes públicos ao mesmo tempo em que atuam na esfera privada, a ciência desenvolveu os métodos contraceptivos, que favorecem o avanço das mulheres no mercado de trabalho.

Há registros históricos, como nos apresentou Rago (2004), em que as feministas brasileiras faziam uso de alguns veículos de comunicação, como, por exemplo, a revista *A Mensageira* (1897 e 1900) e a *Revista Feminina* (1914 e 1936), onde cautelosamente defendiam um discurso liberal, contrário ao apresentado pelos sanitaristas. Elas apontavam os benefícios de as mulheres trabalharem em ambientes públicos: “uma mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais, certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno” (Rago, 2004, p. 617-618).

E para as mulheres conseguirem conciliar as inúmeras jornadas (mesmo sobrecarregadas), surgiram novas modalidades de trabalho (especialmente os flexíveis), carga horária reduzida comparada à dos homens, eletrodomésticos que minimizam os afazeres domésticos e a escolarização cada vez mais precoce das crianças.

Nessa luta feminina, Anita Garibaldi, cuja família e família do marido moram em outra cidade, encontrou uma rede de apoio dentro do ambiente acadêmico:

O CCI [Centro de Convivência Infantil] que é o Centro de Educação Infantil da Unesp [Universidade Estadual de São Paulo]. Mas a própria comunidade do meu grupo de pesquisa, a gente tem um centro ali, que é o Cpides – Centro de Promoção da Inclusão Digital, Educacional e Social, um centro de pesquisa que foi a minha casa durante todo esse tempo, então inúmeras vezes o meu filho estava comigo lá e ele cresceu dentro daquele ambiente. Ele foi crescendo ali, ele me acompanhava, às vezes, em reunião, ou então um estagiário ficava com ele, uns cinco minutos, ali, para eu fazer alguma coisa e isso foi uma rede, uma

comunidade, que se estende até hoje. Então são amigos, que até hoje, quando eu preciso são eles que ficam com o meu filho. Não tenho nenhum familiar aqui.

Nise da Silveira apresentou sua rede de apoio como sendo uma escola privada, por ter mais flexibilidade no horário de entrada e por ter vaga disponível quando ela precisou:

meu parceiro, parceiro mesmo, foi o pessoal da creche, que eram flexíveis com os horários, que isso precisa muito. Se eu tivesse ficado na outra creche, depois de 7h30min você não pode mais levar a criança, e tinha dia que eu não conseguia, e lá nessa escolinha são flexíveis, assim com isso.

[...]

E uma coisa que eu considero rede de apoio é ter acesso a conhecimento, assim, poder ler, ter possibilidade de informação que eu tinha, no Google mesmo, sobre tudo isso que estava acontecendo comigo, eu considero isso uma parte de minha rede de apoio. Para me esclarecer de dúvidas.

Para conciliar os novos papéis com as exigências do tradicional modelo familiar, as mulheres continuam a adotar o mecanismo de buscar apoio em parentes/amigos e/ou de uma empregada doméstica, delegando as atividades de cuidados na tentativa de sobrepor ou substituir a sobrecarga. A ação de delegar a outra mulher as atividades domésticas ou o cuidado com crianças, idosos e/ou outra pessoa com dependência física e/ou emocional, também pode ser chamada de trabalho reprodutivo ou trabalho de reprodução social. Isso confirma que a emancipação dessas mulheres está atrelada à questão da posição e evidencia as desigualdades estruturais da sociedade brasileira; afinal, são as mulheres mais pobres, e muitas vezes negras, menos escolarizadas e com filhos, aquelas que mais desempenham essa ocupação (Hirata & Kergoat, 2007; Kergoat, 2010; Araújo et al., 2018; Brites & Picanço, 2014).

Margareth Rago (2004) nos apresenta um recorte sobre as trabalhadoras dos primórdios da industrialização brasileira. Desde então, a situação das mulheres negras é precária; mesmo após a abolição dos escravos, elas continuaram a trabalhar em setores desqualificados e recebendo péssimos tratamentos e salários, não alterando sua condição social – nesse cenário, visualizamos o outro do outro, como apresentado no segundo capítulo, no item 2.1 (Mulheres e as maternidades). Durante o processo de industrialização, poucas transformações ocorreram em relação às mulheres negras, sendo inclusive descritas de maneira bem divergente se comparadas às mulheres imigrantes europeias.

Diante desse cenário, não há como olhar para a divisão sexual do trabalho e para as mulheres na contemporaneidade sem considerar as intersecções de raça, orientação sexual, identidade de gênero e classe social. Muitas dessas condições representam vulnerabilidades sociais das mulheres negras no Brasil e contribuem para manter as desigualdades de gênero, raça, classe. Isso perpetua o ciclo de colonização de pensamentos e comportamentos por mulheres “privilegiadas”, por terem maior escolarização e comporem uma classe socioeconômica diferente. Conforme nos apontam Brites & Picanço (2014, p. 131), “ao tempo em que o trabalho doméstico remunerado é um nicho importante de mercado para as mulheres de baixa renda, o é, também, fundamental para a liberação de outras mulheres ingressarem no mercado de trabalho”.

Políticas públicas de educação e assistência – que ofertem escolas com horários extensos, por exemplo – podem contribuir para diminuir a exploração gerada pela terceirização do cuidado e das tarefas domésticas. A falta desses recursos reduz as possibilidades de as mulheres, concebidas como “principais responsáveis pelo cuidado”, de estudarem, trabalharem e se realizarem enquanto profissionais. Acreditamos que arranjos de cuidado, disposições familiares, inovações tecnológicas, como eletrodomésticos que auxiliam no desenvolver das atividades domésticas, e construções de ambientes acadêmicos ou outros centros de formação onde as mulheres tenham espaço garantido são estratégias de equiparação, ou melhor, de igualdade de oportunidades e acesso – em oposição a um pequeno recorte de mulheres privilegiadas, brancas e de classe social mais favorecida.

A escassez dessas políticas públicas para auxiliar mulheres a conciliarem família e trabalho desencadeia a produção e manutenção de iniquidade, pois favorece a manutenção do padrão de divisão sexual do trabalho na contemporaneidade e impede construções de resistências:

Estudos sobre razões para a permanência das desigualdades no mercado de trabalho, na participação política, nas construções de carreiras e mesmo pesquisas sobre os conflitos conjugais que conduzem à separação ressaltam a dinâmica da divisão sexual na vida doméstica e familiar, aí incluídos os cuidados dos filhos e de idosos e descapacitados (Araújo et al., 2018, p. 13).

São necessárias construções de agendas políticas para a democratização do cuidado com o intuito de promover a igualdade de gênero, ou melhor, de equidade de

gênero. Com amplo acesso e possibilidades de desenvolvimento profissional, estratégias emancipatórias, ressignificação de identidades e construção de novos lugares de fala, é possível vencer a invisibilidade feminina, instaurada pela normatização hegemônica (Ribeiro, 2017).

Nesta discussão, há uma importante contribuição de Danièle Kergoat (1989), que, nos anos 1980, com base em análises desenvolvidas sobre operárias francesas, já apontava para a necessidade de repensar a questão das desigualdades de oportunidade das mulheres:

Em vez de dizer que as mulheres operárias têm uma formação nula ou mal adaptada, dizemos ao contrário que elas têm uma formação perfeitamente adaptada ao tipo de empregos industriais que lhes são propostos, formação adquirida de início por um aprendizado (a “profissão” de futuras mulheres quando eram meninas) e em seguida por uma “formação contínua” (trabalhos domésticos). As mulheres operárias não são operárias não-qualificadas ou ajudantes por que são mal-formadas pelo aparelho escolar, mas por que são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo. (Kergoat, 1989, p. 94).

O raciocínio de Kergoat (1989) nos possibilita compreender que as mulheres são preparadas e treinadas para assumir trabalhos reprodutivos sem muito questionamento e com muita adaptabilidade às extensas jornadas de trabalho, à responsabilidade, à pressão, à iniciativa, à baixa ou nenhuma valorização e reconhecimento, à não remuneração. Com essas construções, as mulheres aceitam uma remuneração inferior à dos homens no mesmo cargo e são consideradas o ideal de trabalhadoras para o sistema capitalista vigente.

O capitalismo global e os processos de precarização do trabalho atingem a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados e usam de estratégias para capturar a subjetividade do trabalho por meio da lógica do capital. A captura ocorre não somente no fazer e no saber dos trabalhadores, mas também na disponibilidade intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização atender ao interesse pelas potencialidades do trabalhador, conforme explica Alves (2011). Estabelecendo um nexos com o raciocínio de Kergoat (1989), por meio da constituição subjetiva das mulheres de adaptação e flexibilidade, o histórico de expropriação possibilita uma maior sujeição ao explorar o desejo delas de conquista e crescimento na

esfera pública ou mesmo a necessidade de subsistência; afinal, são anos de cerceamento à esfera privada que ocasionaram desigualdades estruturais.

5.3.2 Sobre a produtividade acadêmica x maternidade

As mulheres mães vivenciam conflitos por incorporarem o discurso competitivo da produtividade e a conciliação das outras demandas que a maternidade traz:

em uma reunião estava lá uma lista com as publicações dos professores nos últimos três anos. E aí os professores estavam com várias publicações e minha tinha lá uma publicação dos últimos 3 anos. E aí eu olhei e falei gente olha que discrepante! Tem professor com 150 publicações, 100 publicações e eu lá com uma. Mas aí eu pensei, eu tive meu segundo filho, nesse meio tempo, estou grávida de novo. Tem o doutorado, a defesa da tese, nesses três anos então minha produção caiu muito.

[...]

Eu me sinto inferiorizada no sentido de não estar produzindo o mesmo que os outros estão produzindo. Então a sensação que eu tenho, às vezes, é de fraude, de que sou uma fraude. (Joana d'Arc)

O discurso apresentado por Joana d'Arc sinaliza uma competitividade desmedida, o individualismo exacerbado, evidencia uma gestão por estresse (pressão), além do assédio.

Dentre as violências que podem ocorrer no ambiente de trabalho, há o assédio, caracterizado por procedimentos abusivos e humilhantes nos relacionamentos interpessoais, as quais são intensificadas através do aumento da competitividade entre os trabalhadores, por uma cultura organizacional desmedida ou incentivadora de condutas hostis em desvantagem a obtenção de metas/objetivos organizacionais, que configuram-se como uma estratégia de gestão, ou maneira de liderar (Nunes e Tolfo, 2012).

A reestruturação produtiva, a globalização da economia, a flexibilização das condições e do tempo de trabalho, as constantes exigências de aperfeiçoamento, e relacionando ao ambiente acadêmico o exacerbado produtivismo²⁰, podem estimular a competitividade e conseqüentemente “facilita o surgimento de formas nocivas de tratamento por parte de gestores, que fazem uso de seu poder para humilhar as pessoas sob seu comando”, conforme assevera Heloani (2003, p. 59).

²⁰ Produtivismo acadêmico, corresponde a excessiva valorização da quantidade da produção científico-acadêmica, não valorizando a qualidade (Sguissardi, 2010).

As pesquisas demonstram que as mulheres são as maiores vítimas de assédio moral. E são também as que mais procuram tratamento médico e ou psicológico. O pesquisador ressalta que há dificuldade com relação ao tratamento do assédio moral, devido a invisibilidade e todo o processo subjetivo envolvido na problemática (Heloani, 2003).

A opressão de gênero no contexto contemporâneo, mas, aqui, não devemos compreender opressão exclusivamente pelo pertencimento de classe; é necessário ampliarmos as leituras para esse fenômeno, considerando sistemas distintos e inter-relacionados de poder e refletindo sobre elementos psicossociais da opressão, da dominação e da emancipação.

Esse recorte discursivo de Joana d’Arc revela a invisibilidade das mulheres em uma disparidade de produtividade marcada pelo gênero, em que ocorre, de maneira velada, uma cobrança. Em um coletivo de pares, foi exposto o número de publicação nos últimos anos, e Joana d’Arc verbaliza se sentir uma fraude em virtude do seu número reduzido de publicações comparado ao dos colegas de trabalhos, em sua maioria homens – que compõem uma sociedade patriarcal na qual a divisão sexual de trabalhos na esfera privada impõe às mulheres o cuidado reprodutivo, independentemente de ela desenvolver outro trabalho na esfera pública. Há de se considerar que Joana d’Arc passou por uma gestação e estava grávida novamente, e assim tentou interseccionar as somatórias de opressões, gênero, maternidade, individualização. É importante historicizar e contextualizar com um olhar atento para as relações de poder para identificar os seus efeitos (silenciamento, estigmatização, deslegitimação, inferiorização e prescrição de formas de vida, pensamento, sociedade) e analisar como elas ocorrem (Mayorga, 2014):

é um conflito constante, às vezes, eu acordo e eu falo assim: que legal, eu terminei o doutorado, consegui cumprir toda a carreira que eu tinha, em termos de titulação. Porque esse era o meu sonho, mas eu paro e falo, mas é importante eu me dedicar à família, é importante eu me dedicar aos meus filhos, eu aproveitar esse momento que eles estão pequenos e tudo mais. Mas, às vezes, algum colega posta no face que publicou um artigo novo, ou algum momento, igual hoje, eles colocam uma lista que todo mundo tem um monte de publicação e eu não tenho nenhuma, aí eu fico chateada, então assim eu estou em um momento de altos e baixos. (Joana d’Arc)

Na narrativa de Joana d’Arc, há uma emoção que não diz respeito exclusivamente ao seu individual; ela denuncia um sofrimento resultante da lógica de exclusão (formas de produção e distribuição da riqueza, dos direitos humanos, das desigualdades de gênero,

entre outras) e exemplifica como as desigualdades de gênero, a vivência da maternidade, por exemplo, opera nos processos de subjetivação.

Schiebinger (2001) apresenta, em sua obra, que algumas mulheres da ciência que decidiam ser mãe programavam suas gestações para períodos como licença-pesquisa²¹, que não tem nada a ver com licença-maternidade. Assim, não precisavam pausar a produtividade nem fazer uso da licença-maternidade sem parecer diferente dos colegas homens. Isso resultou em extinção do tempo para si mesmas, como, por exemplo, cinemas, leituras, ginástica, jantares etc. As relações produzidas nas instituições acabam moldando o modo como as mulheres trabalhadoras lidam com os seus corpos e mentes e com as ações e relações sociais que estabelecem.

Nesse universo acadêmico, Schiebinger (2001) faz um paralelo entre o fazer ciência e a prática esportiva. Ela identifica um espírito competitivo na política da produtividade dos Estados Unidos da América. No Brasil, há uma exigência exacerbada de produções científicas, o que pode ocasionar problemas psíquicos, mas são condicionalidades impostas pelas agências de fomento.

As mulheres não casadas e que não estão em uma união estável, assim como os homens, compreendidos como aqueles que não têm responsabilidades no ambiente doméstico, têm mais tempo para dedicar-se aos trabalhos acadêmicos e, conseqüentemente, maior produtividade. Assim instaura-se a dinâmica das universidades brasileiras, que reproduz desigualdades de gêneros (Bitencourt, 2013). É preciso pensar em uma agenda política de participação que discuta sobre a instituição acadêmica: quem é incluído e quem é excluído do ambiente acadêmico?

Esse conflito de dedicar-se ao trabalho, aos estudos e aos filhos também esteve presente no discurso de Anita Garibaldi:

no programa em si, tudo que foi solicitado, por exemplo, eu não tive licença-gestante. Meu filho nasceu no início de maio, no final de julho eu estava em sala de aula. Porque eles indeferiram o processo de licença-gestante, eles falaram que eu tinha que entrar com a questão de prorrogação de prazo dentro da pós, mas eu não estava pedindo prorrogação de prazo. Eu estava apresentando que eu tinha tido um parto e eu tinha direito a quatro meses, sem alterar os meus prazos. Simplesmente eu ia voltar para a aula um pouco depois, e fazer os trabalhos para repor, aquilo que na graduação acontece. Foi supernegado, e apoio físico e emocional, de nenhuma parte, nem na época do então coordenador, nem de outros professores. Então assim, a pós em termos de estrutura, não me ofereceu

²¹ A licença pesquisa refere-se a um afastamento de trabalho, sem relação algo com a licença maternidade.

absolutamente nada. A preocupação deles era que isso não fosse atrapalhar o rendimento da pesquisa e do programa, por conta da nota da Capes, ponto.

Sobre a impossibilidade de gozar de um direito, a licença-maternidade, Anita Garibaldi acrescenta:

Nenhum regulamento prevê a maternidade! Que a gente tenha dentro dos ambientes, dos espaços de trabalhos, algumas flexibilizações de horários que não vão fazer com que a mulher perca o rendimento, pelo contrário, que ela aumente até as questões de trabalho pra ela, a satisfação de estar ali.

Há dois aspectos que gostaria de abordar em relação a esses recortes da narrativa de Anita Garibaldi. O primeiro é o trabalho de pesquisar atrelado ao estudo *stricto sensu*, pois o desenvolver de uma dissertação ou tese nem sempre é concebido como um trabalho na práxis. Isso se materializa, por exemplo, quando a rede de apoio escolar municipal, em um período de férias coletivas, realiza uma seleção de mães que terão direito de enviar seus filhos para a instituição de ensino, negando a possibilidade para uma mãe que está exclusivamente dedicada/imersa na produção/escrita de uma dissertação. Ou, então, como narrou Anita Garibaldi, quando uma aluna regular de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, bolsista, tem seu período de quatro meses negado, explicitando a preocupação da instituição com o andamento da pesquisa e individualizando a gestação e a maternidade como escolha da estudante. Nas entrelinhas, podemos ler tal circunstância citando um antigo e conhecido ditado popular: “quem pariu, mantém e balance”. É o típico discurso de uma sociedade que não problematiza e institui que acontecimentos e ações privadas se mantenham na esfera privada. Afinal, quando ampliamos o debate e levamos para a esfera pública, a corresponsabilidade vem como consequência; e o que as sociedades contemporâneas ofertam de políticas e rede de apoio?

O segundo aspecto diz respeito à produtividade. Quando Anita Garibaldi verbaliza “*aumentar o rendimento*”, ela nos permite fazer uma associação com construções sociais que reproduzem na realidade supermulheres, como compartilha Schiebinger (2001). Ele apresenta um estudo realizado nos Estados Unidos, em que Jonathan Cole e Harriet Zuckerman apontaram que mulheres casadas com filhos publicavam, em média, o mesmo número de ensaios por ano em comparação com as mulheres solteiras, isso considerando que, muitas vezes, as mulheres aumentam suas jornadas de trabalho ao somarem o trabalho reprodutivo ao remunerado, entre outras mais identidades. Há, na contemporaneidade, uma construção social de que, após a maternidade, as mulheres

potencializam o seu fazer, ou melhor, tornam-se mais produtivas. Mas ser mais produtiva pode ser sinônimo de necessidade, ou, ainda, uma sobrecarga resultante do modelo de relações familiares, em que a responsabilidade pelo cuidado da criança é exclusividade da mãe, entre outras infinitas possibilidades.

Donath (2017) aborda a questão de muitas sociedades estimularem a natalidade, e a maternidade acaba sendo constituída como uma promessa de que ser mãe ocasionará uma vida melhor para as mulheres. Essa vida melhor pode ser salvar-se de circunstâncias adversas, como pobreza, maus-tratos, racismo, homofobia, estupro, prostituição, mendicância, cárcere, violência ou outros fatores, como dependência de substâncias psicoativas. A autora israelense acrescenta que adolescentes, às vezes, buscam o casamento e, conseqüentemente a maternidade, a fim de encontrarem a liberdade que não existia na casa dos pais. De forma semelhante, mulheres com algum tipo de problema psíquico optam pela maternidade para romper com o estigma que compõe sua vida até então.

No entanto, uma entrevistada nos denuncia:

tem que ter muita ciência daquilo que você vai assumir a partir daquele momento, as pessoas vão te cobrar em dobro. Se você falhar, é porque você, além de ser mãe, falhou como pesquisadora. Porque aí, o ser mãe, não vem como um processo qualitativo. Ele vem como um processo que te desabona como pessoa. Olha, você escolheu ser mãe justo agora, tanta época da sua vida, aí agora você não vai dar conta mesmo, está vendo. Você escolheu errado duas vezes, então não aconselho ninguém a fazer isso. (Anita Garibaldi)

O recorte na narrativa de Anita Garibaldi nos leva a compreender que novamente há uma individualização sem a problematização dos contextos, ignorando os aspectos socioculturais e a lógica excludente vigente. Os processos de individualização, compreendidos como uma tecnologia de poder disciplinar, ou de biopoderes, como nos propõe Michel Foucault, produzem o sentimento de culpa; afinal, a pessoa, ou melhor, a mulher não se organizou, não foi eficiente, não conseguiu ser uma boa profissional, boa mãe, boa pesquisadora, boa esposa, como se o sistema de relações fosse totalmente equânime, estabelecendo direitos e compartilhando responsabilidades. Em consonância, Duarte (2016), coloca que o processo de culpa e individualização, além de sujeitar o ser humano, impede a compreensão e o combate das causas e dos agravos.

O processo de individualização, muito presente no mundo do trabalho, tem instituído tanto o sucesso como o fracasso como responsabilidade do trabalhador,

configurando-o como mecanismo de controle de singularidades e de exclusão. As autoras Mitjavila e Jesus (2004) apontam que, na questão dos estilos de vida saudáveis ou corretos, por exemplo, algumas categorias profissionais aumentam a probabilidade de responsabilizar e culpar os indivíduos, como se suas trajetórias biográficas fossem somente resultado de escolhas individuais e espontâneas, desconsiderando o que é instituído. Nesse sentido, a culpa também pode ser um mecanismo que alimenta o superinvestimento das trabalhadoras que assumem inúmeras jornadas, para evitar a pressão da falha.

Corroborando a questão dos discursos de controle disciplinar/normatizações, Rago (2004) nos apresenta uma citação do jornal operário *A Razão*, de 29 de julho de 1919, cujos argumentos eram muito semelhantes aos discursos médicos:

O papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar (Rago, 2004, p. 612).

Como já mencionado há pouco neste processo dissertativo, os discursos médicos e das ciências psis enfatizaram e ainda exaltam a competência da mãe, o papel da mãe, que é também produção de individualização. É preciso cautela para não reproduzirmos o modelo hegemônico do paradigma dominante da ciência, e cabe aqui lembrarmos a importância de mantermos o compromisso ético-político e a autorreflexão sobre as práxis cotidianas para evitar essa reprodução.

Quando apontamos que as ciências promovem a individualização, trazemos à tona uma questão levantada por muitos pesquisadores e cientistas. Sobre isso, resgato rapidamente Sawaia (2006a) e Mitjavila e Jesus (2004), por apontarem as consequências das racionalidades iluministas, que provocaram cisões como corpo/mente, subjetivo/objetivo, razão/emoção e mulheres/homens. É preciso desestabilizar a epistemologia, rompendo a legitimidade construída por meio dos binarismos. Tais divisões são construções do conhecimento que deveriam ser vistas como ideias reguladoras do pensar, mas se transformaram em ideias reguladoras do próprio objeto, definindo-o de forma absoluta e evidenciando as clivagens conceituais presentes nas ciências humanas:

Trata-se de uma problemática que remete aos jogos de opostos que desvelaram os cientistas sociais de todos os tempos: totalidade/particularidade, exterioridade/interioridade, materialidade/subjetividade, sujeição/emancipação, individual/coletivo, por mencionar alguns dos mais expressivos (Mitjavila & Jesus, 2004, p. 78).

A rejeição de dualismos, a recusa de discursos universalizantes e generalistas, a estratégia de reflexividade, a implicação, o posicionamento, o reconhecimento dos pluralismos, do compromisso ético-político são possibilidades de superação para os jogos de opostos.

De forma contraditória ou não, a academia nos proporciona reflexões, movimentos de transformações socioculturais e quebras de paradigmas. Possibilitar o acesso das mulheres a esse ambiente é compreender que o corpo das mulheres pode passar por gestações, e isso traz uma série de situações para as quais não estamos preparados, seja arquitetonicamente, politicamente e, às vezes, empaticamente. Para termos sociedades mais justas, equânimes, é preciso democratizar o acesso e ofertar possibilidade de permanência e conclusão.

Há ações transformadoras florescendo nesse sentido. Um exemplo foi a publicação, em outubro de 2019, de propostas de políticas de apoio à maternidade nas universidades, desenvolvidas pelo grupo de trabalho Mulheres na Ciência, da Universidade Federal Fluminense. O material apresenta, de maneira sucinta, algumas pesquisas que abordam a temática da maternidade e seus desdobramentos na conciliação das estudantes mães. Também aponta o que há de legislação de amparo e apresenta quatro propostas no âmbito da pesquisa, pós-graduação e inovação; sete propostas no âmbito da graduação; cinco propostas no âmbito da assistência estudantil; três propostas no âmbito da extensão; e cinco propostas no âmbito da administração central e direção dos institutos. A publicação ainda sugere leituras sobre a temática e compartilha algumas experiências exitosas de instituições de ensino superior no Brasil. Duas circunstâncias potencializam esse material: a produção por um coletivo de pessoas que vivenciaram ou vivenciam a maternidade concomitantemente com a vivência do ensino superior, seja graduação ou pós-graduação, e a democratização, ou melhor, a acessibilidade do material, disponível para download na Internet (Núcleo Interseccional de Estudos em Maternidade, 2019).

Considerando essas representações histórico-sociais das mulheres, podemos compreendê-las como subversivas ao sistema de controle dos corpos femininos. Podemos

encontrar programas de pós-graduação que não contemplem a gestação em seus regulamentos, mas as mulheres que desejaram adentrar o ambiente acadêmico, planejando ou não uma gestação, entendem que é preciso repensar o espaço que a ciência continua impondo às mulheres na contemporaneidade.

Uma potente estratégia para luta e garantia de direitos é o movimento feminista, que foi muito bem lembrado e abordado por algumas das entrevistadas, como veremos na próxima seção.

5.3.3 Sobre os feminismos

Durante as reflexões e construções teóricas, há de se voltar aos discursos que compõem as diferentes desigualdades, ou melhor, que instituem às mulheres um lugar extremamente implicado à esfera doméstica (privado), legitimado por uma forma dominante de fazer ciência que naturaliza e determina os processos histórico-sociais e desconsidera ou considera o que convém para o estabelecimento do poder e da dominação. Na tentativa de desmistificar as estratégias naturalistas e deterministas, as visões fragmentadas e funcionalistas sobre homens e mulheres e as visões excludentes de manutenção de poder, surgem inúmeros movimentos intitulados como feministas, apresentando as mais diversas pautas e lutas. A multiplicidade de movimentos é compreendida pela pluralidade de contextos sociopolíticos e pelas infinitas mulheres que compõem a contemporaneidade.

A historiadora, professora universitária e feminista Margareth Rago (2013, p. 28) considera

o feminismo como linguagens que não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas que se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória.

Os inúmeros movimentos feministas, sejam práticas sociais, culturais, políticas ou linguísticas, nos propõem transformações nos mais diversos ambientes, onde seja priorizado o que as mulheres consideram mais libertário, mais equânime e mais justo.

A psicóloga e pesquisadora Lenise Santana Borges (2014) nos apresenta os feminismos como movimentos sociais atuantes nas questões de dominação, exclusão e crítica da ideia de universal enquanto construção e naturalização das diferenças de sexo e de gênero. Segundo a autora, surgiram novas possibilidades em pesquisa e discussão sobre as implicações políticas presentes na produção de conhecimento, sempre considerando as situações concretas e a posição dos pesquisadores envolvidos (Borges, 2014).

Nesse ensejo, Anita Garibaldi se manifesta:

Eu acho que a sociedade... ela precisa romper com várias coisas e a primeira é aceitar o papel da mulher na sociedade, e aceitar mesmo, aceitar que nós somos capazes, que nós merecemos os espaços que conquistamos, que a gente é digna de escolher qualquer coisa. Então, não importa se você escolheu uma área profissional, se desenvolver profissionalmente é tão digno quanto aquela mulher que escolheu ficar em casa com a família, né. A dignidade da mulher é ter escolhas, eu acho que é esse espaço que a gente precisa conquistar. Não é ficar julgando, aí a fulana não vai trabalhar, não vai estudar, não, não, é uma escolha dela. Ela partiu de um princípio, ela escolheu isso, ela está feliz com isso. E ao mesmo tempo não escolher ir para o mercado, ou escolher associar o mercado com a vida familiar. Ou ela escolheu fazer o que ela quiser, que ela tenha esse espaço garantido. [...] Ainda tem muito espaço pra gente conquistar e colocar que as nossas ações são realmente qualitativas, tirar esse estigma que nós somos emoções, que me irrita profundamente. Não somos emoções, a gente tem competência pra isso. A gente lutou por esses espaços e eu acho que essa sociedade ainda não abriu para totalmente uma igualdade de direitos, porque ela sabe talvez que a mulher vai se sobressair pela própria garra que ela tem.

Lélia Gonzales (2011), intelectual, política, professora e antropóloga, nos coloca a inegável contribuição dos feminismos como teoria e prática. Eles têm desempenhado um papel fundamental nas lutas e conquistas e apresentado novas perguntas, que não somente estimulam a formação de grupos e redes como também desenvolvem a busca de novas formas de ser mulher. A autora acrescenta que o foco no capitalismo patriarcal, ou patriarcado capitalista, evidencia a opressão das mulheres e a necessidades das lutas que constituem o movimento feminista. Ao demonstrarem o caráter político do mundo privado, os feminismos desencadearam todo um debate público, que originou outras temáticas atreladas às relações tradicionais de dominação/submissão a serem problematizadas e refletidas, como a sexualidade, a violência, os direitos reprodutivos, entre outros (Gonzales, 2011).

O movimento feminista brasileiro apresentou contribuições importantes para ampliar a discussão da discriminação pela orientação sexual, mas não estendeu a reflexão

para outros tipos de discriminação, como, por exemplo, a grave discriminação racial (Gonzales, 2011). O “esquecimento da questão racial”, como denomina Gonzales (2011), marca tanto o racismo quanto os feminismos que partem das diferenças biológicas para justificarem-se como ideologias de dominação. Para a autora, esse esquecimento pode ser compreendido como uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade, gerando inclusive uma crítica às teorias feministas branco-centradas.

Djamila Ribeiro (2015), em sua dissertação de mestrado, destaca que há um privilégio social gerador do privilégio epistêmico. Assim, mesmo que as teorias feministas tenham um compromisso social com a emancipação das mulheres, há diferentes enfoques, como liberal, marxista, radical, socialista e anarquista, cada uma seguindo suas análises e perspectivas políticas. E mesmo com toda essa diversidade de perspectivas e o foco feminista sobre o questionamento do discurso hegemônico, há momentos em que o movimento se divide por ser branco-centrado, heterossexual ou cisgênero, conforme identifica Ribeiro (2015). Quais feminismos estamos desenvolvendo? Estamos reproduzindo universalização de teorias e concepções?

Pagu, uma das nossas entrevistadas, apontou uma reflexão sobre os privilégios:

Hoje em dia o feminismo está muito mais divulgado e chegando a gente, o acesso está mais fácil. As leituras estão mais fáceis, ou a discussão dos enfrentamentos da luta das mulheres. E isso se amplia não só para as mulheres, mas pro homem, repensar seus privilégios, repensar, sei lá, contra o homem que estamos tentando rever isso aí também. E quanta gente branca revendo nossos privilégios; tanto heterossexual tentando abrir espaço, e permitir, na verdade dar espaço para a voz das minorias.

Os apontamentos de Pagu sobre revermos os privilégios possibilitou uma conexão com a escrita potente do psicólogo Paulo Vitor Palma Navasconi (2018). Em sua dissertação de mestrado, ele desperta importantes reflexões sobre os privilégios da branquitude, sejam simbólicos ou materiais. Apresenta um retrospecto de que o nosso país foi construído durante quatro séculos com exploração, massacre e sangue da população negra. Cientes desse histórico, retomamos o compromisso desta produção dissertativa com a ética da implicação; o exercício não é de silenciamento, e sim de problematização, questionamento e desconstrução da escrita universal, naturalizada e carregada de privilégios. Buscamos a escrita da reflexão na tentativa de fazer uma ciência antirracista, polissêmica e que reconhece o grande daltonismo na construção de estudos e práticas – ou melhor, que reconhece a inserção da ciência em um contexto ocidental e

eurocentrado, produzindo a ideia de que o mundo se baseia em uma única voz e um único padrão de viver e ser no mundo, como nos escreve brilhantemente Navasconi (2018).

E é com base nesses privilégios que nós, brancos, ratificamos o privilégio epistêmico que Gonzales (2011), Ribeiro (2015) e Navasconi (2018) denunciam, resultando na produção de normatizações, hierarquizações e invisibilizações de produções de conhecimentos e na instituição de um diferencial de atenção e de interesses sociais, políticos e econômicos. O desejo de romper com os privilégios da branquitude, da masculinidade, do heterossexual, do cisgênero, do cristão, do padrão estético, entre outros, implica em construir reflexões e provocações que possam promover novas maneiras de fazer ciência, novas possibilidades de leitura de um fenômeno. Isso significa ofertar voz e vez e respeitar as singularidades, refutando essencialismos, universalismos, naturalizações e exclusões. Ao encontro de tais estratégias de transformações, de descolonização do conhecimento, está a interseccionalidade, como ferramenta de empoderamento e combate às diferentes desigualdades.

Scavone (1985), em seu artigo: *As múltiplas faces da maternidade*, apresentou a problematização dos privilégios e do poder que beneficia os homens no conjunto das relações sociais que responsabilizam intensivamente as mulheres pela reprodução e pelo exercício da maternidade. Ela apontou a necessidade de considerar as diferenças entre os sexos e as classes – aos quais acrescento as diferenças de raça/etnia e cultura – nas análises das políticas de reprodução para, então, gerar as mudanças necessárias.

Ampliando as reflexões sobre os feminismos, seguimos com os recortes de narrativa de Anita Garibaldi e Rachel de Queiroz:

falar sobre isso, sobre essa resignificação da mulher e acho que o feminismo traz muito isso, a oportunidade da gente discutir, não o papel só da mulher, mas e todos aqueles que conquistam na sociedade, diferente do que as pessoas pensam que é só pra gente olhar para a mulher. É discutir oportunidades para os seres humanos, que têm igualdade de direitos, de desenvolvimento, de acesso, de aprendizagem, porque todo mundo independente do sexo ou do gênero é igual e tem capacidades muito semelhantes de aprendizagem e de se desenvolver na sociedade. (Anita Garibaldi)

Não é porque é feminino ou masculino, é porque é do ser humano, um direito que nos cabe. E a gente não pode deixar que homem ou mulher decida pela gente, o que a gente vai fazer. (Rachel de Queiroz)

A narrativa de Anita Garibaldi sobre a resignificação das mulheres, assim como a narrativa de Rachel de Queiroz “*não é porque é feminino ou masculino*”, me fez

estabelecer uma conexão com uma advertência da cientista norte-americana Schiebinger (2001, 2008). Ela diz que é preciso cautela para não reforçarmos os estereótipos convencionais atribuídos a homens e mulheres, ou, ainda, excluirmos os homens da compreensão de como o gênero opera. Não podemos esquecer que a romantização da feminilidade integra as diferenças de gênero construídas historicamente e atribuídas às mulheres, pois elas foram produzidas com o propósito de manter as mulheres longe da esfera pública, portanto, longe da ciência. Então, é importante compreendermos que não existe jeito ou maneira feminina, e isso não devem ser base epistemológica para novas teorias e práticas nas ciências.

Schiebinger (2001) reconhece a importante contribuição dos feminismos da diferença, por refutarem a ideia de neutralidade em relação às questões de gênero e denunciarem as desigualdades entre homens e mulheres que se reproduzem na produção e na hierarquização do conhecimento. Entretanto, ela enfatiza duas problemáticas: uma é a construção universal da mulher, que desconsideram as interseccionalidades de classe, orientação sexual, geração, nacionalidade, entre outras; a segunda é a romantização de estereótipos atribuídos às mulheres, que determinam práticas dominantes e lugares de poder em uma sociedade androcêntrica.

Hooks (2018) descreve que algumas mulheres, incentivadas pelos pensamentos feministas, desenvolveram a crença de que a libertação aconteceria pela entrada das mulheres no mundo do trabalho, mas constataram que assumiram extensas jornadas de trabalho, pois não deixaram de desenvolver o trabalho no ambiente familiar. Entretanto, independentemente desse movimento feminista, um percurso histórico evidencia que as mulheres adentrariam o mundo do trabalho devido às necessidades da depressão econômica e do capitalismo consumista, e, sem a luta feminista, é bem provável que as mulheres não teriam conquistado os direitos que temos na contemporaneidade – mesmo sabendo que ainda há muita luta para conquistar e garantir direitos. Outros benefícios mencionados pela autora sobre o ingresso no mundo do trabalho incluem aumento da autoestima e participação na comunidade:

Quando as mulheres trabalham para ganhar dinheiro a fim de consumir mais em vez de melhorar a qualidade da nossa vida em todos os níveis, o trabalho não leva à autossuficiência econômica. Mais dinheiro não significa mais liberdade, se as finanças não estiverem voltadas ao bem-estar. Repensar o significado do trabalho é uma tarefa importante para futuros movimentos feministas. Abordar ambos os

caminhos que as mulheres têm para sair da pobreza e as estratégias que elas podem usar para ter uma vida boa, mesmo diante de uma substancial falta material, é essencial para o sucesso do movimento feminista (Hooks, 2018, p. 88).

O recorte de hooks (2018) desperta a nossa atenção para o trabalho como estratégia de melhorar a qualidade de vida, e não de aumentar a capacidade de consumo. A contemporaneidade às vezes nos impõe um ritmo acelerado de trabalho para conquistarmos objetos de desejo que muito em breve serão substituídos por outros novos objetos de desejos, e a falta de reflexão pode nos distanciar do prazer de estarmos juntas de quem se ama para estarmos no trabalho, não como uma fonte de significação enquanto trabalhadoras, mas, sim, como potenciais consumidoras da nova tecnologia, nova moda e, assim, sucessivamente. Os feminismos devem suscitar reflexões sobre as disparidades de gêneros nas divisões sexuais do trabalho, nas assimetrias salariais, no tempo dedicado ao trabalho reprodutivo, na captura da adaptabilidade/flexibilidade das mulheres, entre outras causas, sem deixar de refletir sobre os processos de significação do trabalho e de subjetivação das mulheres trabalhadoras. Como nos colocou Martín-Baró numa conferência pronunciada em 4 de outubro de 1985, na Universidade de Costa Rica, publicada no *Boletín de Psicología UCA*,

Trabalhar não é apenas aplicar uma série de conhecimentos e habilidades para satisfação das próprias necessidades; trabalhar é, antes e fundamentalmente, fazer-se a si mesmo, transformando a realidade, encontrando-se ou alienando-se nesse *que fazer* sobre a rede das relações interpessoais e intergrupais (Martín-Baró, 1997).

Refletir sobre uma atividade realizada implica repensar as suas ações, ter consciência de si mesmo e dos outros envolvidos, refletir sobre os sentidos pessoais atribuídos às palavras e confrontá-los com as consequências geradas pela atividade desenvolvida pelo grupo social. É nessa reflexão que se processa a tomada de consciência do indivíduo, conforme apresenta Lane (1999).

Problematizando as mulheres e o mundo do trabalho, mais especificamente o trabalho acadêmico, a entrevistada Joana d'Arc desenvolveu o discurso a seguir quando foi lançada a questão dos feminismos:

Eu acho que no ambiente em que eu vivo hoje, de trabalho, existe igualdade em termos de mérito, em termos de oportunidade. Mas eu também concordo que para o homem é fácil, você cumprir com todas essas exigências e essas pressões que a academia oferece. É claro que tem homens e homens, igual naquele encontro que eu fui tinha pais, homens, que estavam neste mesmo dilema. Mas, claro com o apoio da mulher, não eram pais solteiros. Mas em termos de méritos, de oportunidade, de possibilidades, eu acho que eles são os mesmos.

Joana d’Arc pontua a igualdade em termos de mérito e de oportunidades em seu ambiente de trabalho, sendo que ela é docente em uma instituição privada de ensino superior.

Entretanto, se ampliarmos a reflexão de igualdade de oportunidades e pensarmos na política de produtividade dos programas de pós-graduação, por exemplo, em que Joana d’Arc também esteve presente, que exige um número significativo de publicações, o imperativo da quantidade compreende o período de gestação e puerpério? A paternidade exige dos homens o mesmo que a maternidade exige das mulheres? Mulheres e homens assumem as mesmas responsabilidades na esfera privada (ambiente doméstico)? Na análise de outro recorte do discurso de Joana d’Arc, ela relatou o discrepante número de publicações dela e dos outros estudantes e verbalizou que pensou em escrever, embaixo do seu nome na lista, que naquele determinado período nasceu o seu segundo filho. Logo, a igualdade nem sempre é redutora de disparidades de produtividade. Nesse sentido, talvez ações/políticas de equidade pudessem minimizar ou até reduzir as diferenças na produção/publicação de pesquisas.

Como já comentado, há diversos feminismos. Entre eles, o feminismo liberal tem o seu foco na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, propondo uma uniformidade de forma que homens e mulheres possam exercer atividades científicas, como nos apresenta Schiebinger (2001). Entretanto, com essa concepção de igualdade entre homens e mulheres, a maternidade acabou sendo ignorada pela ciência, ou melhor, pelo ambiente acadêmico. Essa omissão também abarca o androcentrismo presente na construção da ciência moderna, em suas metodologias, desconsiderando as contribuições das mulheres, como aborda a autora Bitencourt (2013).

Observa-se a, então, a necessidade de um projeto democrático e interdisciplinar que discuta a política de produtividade e possa contribuir para transformar o modo de fazer ciência e tecnologia. Além disso, é necessário elaborar estratégias equânimes e políticas de organização social do trabalho tanto na esfera pública como privada, a fim de

possibilitar uma oportunidade mais justa e possível às mulheres que escolhem ocupar espaços na ciência conciliando a vida pessoal e a profissional.

A entrevistada Nise da Silveira abordou a temática dos feminismos e a sua relação com a sexualidade:

Acho que essa questão do movimento feminista foi crucial, até pra entender umas coisas relacionadas a minha sexualidade. Que, a gente vê, coisas que eu sempre achei que eram muito naturais e poxa, não, não é. Também veio junto com isso, assim, até como criar o meu filho, como é que a gente vai criar um menino. Precisei ir comprando uns livros para ir distribuindo para a família, assim, para explicar um pouco mais da minha postura com ele.

O feminismo também propiciou maiores reflexões sobre a sexualidade – e até mesmo desprendimentos nesse sentido. Por exemplo, as mulheres podem escolher ser mães ou não com o auxílio das tecnologias contraceptivas e conceptivas (Scavone, 2001). Porém, Donath (2017) apresenta críticas a essas construções de liberdade de escolhas, uma herança dos discursos neoliberalistas, capitalistas e pós-feministas. A autora nos indaga: “somos livres para escolher o que a sociedade quer que escolhamos?” (Donath, 2017, p. 31). O discurso da entrevistada Frida Kahlo apresenta questões que corroboram essa problematização:

é uma luta ainda, no dever infinito talvez, porque tem todo um percurso histórico e social para que a mulher ocupe este lugar que ela ocupa hoje. Então o fato da mulher ser cerceada em todos os aspectos não é por acaso. É toda uma estrutura social, a sociedade ela é patriarcal, ela é cristã, ela é heterossexual e tudo isso recai na questão da sexualidade. Quando Foucault vai falar sobre a história da sexualidade, tudo isso recai na questão do corpo da mulher. Tudo isso é questão de dominar, dominar o corpo da mulher, dominar a maternidade, a sexualidade, então a sexualidade da mulher é para reproduzir. E não de qualquer forma, é pra reproduzir a família, é pra reproduzir a religião, é pra reproduzir a força de trabalho. Não é pra criar qualquer filho, é pra criar um filho que seja economicamente útil pra sociedade, é um filho que vai ser criando conforme o instituído social dominante. Que é esse religioso, moral, é esse machista. Então isso interessa muito, quando a sexualidade caiu no domínio da ciência e da igreja não foi por outro motivo que não reproduzir a força de trabalho. Então existe um modo capitalista de produção, uma sociedade que é economicamente útil, e o vetor maior dessa sexualidade é a mulher, em última instância somos nós mulheres que reproduzimos a força de trabalho que vai ser expropriada ou não. Então isso é muito caro, há um modelo societário que a gente vive, né. Que as mulheres continuem reproduzindo subjetividades determinadas, num certo padrão que é alienado. O feminismo não é um movimento que pode ser reduzido a palavras gastas. Não é nem só a questão da mulher ter direito, é questão da mulher ocupar um lugar de fala, é a questão da mulher ser vista, e não só ter o direito. Mas que ela possa efetivamente gozar deste direito. Porque, por exemplo,

foi sancionada que a mulher não pode ser constrangida por amamentar em público, mas este constrangimento ele vem pelos olhares, ele vem pelos gestos, ele vem de muitas outras maneiras. Então é um caminho muito longo, é uma luta na esfera política, na esfera ideológica, na esfera ética, do social, do dia a dia, e no meu entendimento são práticas do cotidiano sim, mas são uma luta macroestrutural que o feminismo tenta subverter toda a estrutura da sociedade em si, toda a base da sociedade né, não é qualquer coisa. (Frida Kahlo)

Esse rico recorte da narrativa de Frida Kahlo apresenta questões que foram trabalhadas, ou melhor, problematizadas no decorrer deste processo dissertativo. Os discursos masculinos, heteronormativos, brancos, produzidos pela ciência, pela religião e pelo Estado, reverberam a dominação, a política de controle, o poder ou os micropoderes instituídos para validar a família, a instituição que reproduz os interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos, conforme almejam os privilegiados. As mulheres que materializam a reprodução de outras vidas acabam sendo o foco constante de investidas normatizadoras e alienantes. As lutas que as mulheres travam diariamente para conquistar, garantir a sua permanência/sobrevivência em alguns espaços, fazem delas mais resistentes e adaptativas, como estratégia de sobrevivência, e são essas características que permitem a expropriação captada pelos meios de produção e pelo sistema capitalista e neoliberal: potencialidade de luta, resistência e adaptabilidade. Os movimentos feministas, portanto, são possibilidades de promoção de debate, estudo, lutas e transformações de práxis cotidianas que possam assumir proporções cada vez maiores.

6 SEGUINDO EM FRENTE: CAMINHOS DE POSSIBILIDADES

“Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal

A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar

Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar”
(Strassacapa, 2016)

O presente trabalho é atravessado por inúmeras interseccionalidades, então começarei pela implicação enquanto produtora de conhecimento. O desejo disparador da presente pesquisa foram minhas vivências como aluna de pós-graduação *stricto sensu*, trabalhadora e estudante que se tornou mãe, exercendo cuidados no ambiente doméstico e lutando para vivenciar a quádrupla jornada.

Os processos de construção não buscaram o estabelecimento de verdades nem de qualquer solução fácil ou de grandes descobertas, mas trazer reflexões e, se possível, transformações nas relações de trabalho, no ambiente acadêmico, na esfera familiar e nas construções de infinitas possibilidades de maternagem, cujo foco não seja o gênero, mas o ser humano (bebê/criança e mãe/mulher que deseja ocupar os mais diversos espaços). Meu desejo é que este trabalho possa reverberar em ações políticas e estratégicas.

Por meio das leituras da fundamentação teórica, percebi que há um paradigma hegemônico, um privilégio epistêmico e uma hierarquização sociocultural que impacta cotidianamente o viver das mulheres das diferentes raças, e essa é uma possibilidade de problematização para pesquisas futuras, pois acredito que toda investigação feminista é uma forma de ação e de compromisso com modificação das estruturas sociais. Conforme, Ballestrin (2017) assevera é necessário questionar as ideias dominantes, afinal, até mesmo a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação. E a teoria feminista desponta como possibilidade de crítica e refuta da epistemologia masculina, que relega à mulher o lugar de outro, ou ainda, o outro do outro. O aspecto político envolve entender e enfrentar a opressão histórica das mulheres, sempre confrontando os saberes totalizantes e universalistas.

Rodrigues (2012), aborda a interseccionalidade e a presença reduzida de mulheres negras na academia brasileira, seja na condição de docentes/pesquisadoras ou de estudantes de pós-graduação, devido aos constrangimentos de classe, raça e gênero. Corroborando essa temática, Azerêdo (1994) menciona a patrilinearidade presente na academia brasileira, que impõe barreiras e até mesmo impede o ingresso de vozes dissonantes.

Busquei reflexões sobre as mulheres na contemporaneidade de maneira ampla e plural, mas, com o passar do tempo, as construções desta dissertação podem ser divergentes das realidades em que for lida, considerando as transformações das sociedades, dos contextos, dos cotidianos e dos momentos históricos, sempre atravessados por relações de poder e dominação. Como exemplo, podemos pensar que a naturalização da mulher como mãe, responsabilizada de forma exclusiva por todo o suporte afetivo das relações familiares, pode não ser futuramente uma realidade.

As construções sobre as mulheres e o mundo do trabalho evidenciam a assimetria na divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres a responsabilidade pelo cuidado reprodutivo, e aos homens a concepção de provedor financeiro predominantemente. Como subverter essa dinâmica de funcionamento histórico-cultural?

O modelo econômico vigente responsabiliza as pessoas, individualmente, por sua situação injusta e excludente, desconsiderando o social. Por isso, é fundamental que possamos desnaturalizar as diferentes construções determinadas histórica e culturalmente, na tentativa de subverter e desconstruir o instituído para que novos caminhos/possibilidades sejam construídos de maneiras democráticas, libertárias, múltiplas e participativas. Zanello (2018, p. 270) insiste que “cuidar é uma possibilidade

de todos os seres humanos; no entanto, tem sido interpelada a apenas uma parcela da população, aquela que tem útero”.

As possibilidades de transformação social podem se iniciar desde a primeira infância, com a transmissão de um ensinamento não sexista, evitando que, no futuro, sejam desenvolvidas lutas sexistas. O fim da dominação patriarcal de crianças, seja por homens ou por mulheres, pauta o ambiente de crescimento e desenvolvimento da criança na segurança, na liberdade e no amor: “Sempre que a dominação estiver presente, faltará amor. Mães e pais amáveis, sejam solteiros ou casados, gays ou heterossexuais, sendo a mulher ou o homem chefe da família, têm mais possibilidade de crianças saudáveis e felizes, com boa autoestima” (Hooks, 2018, p. 116).

É importante que possamos construir novos olhares, leituras e ressignificações com abertura às diferenças, superando a lógica binária, respeitando as pluralidades e e desfazendo normatizações sem construir novas, na tentativa de dismantelar o que é naturalizado/instituído socialmente e que sobrecarrega as mulheres. O impacto dessas ações pode catalisar transformações nas esferas pública (organização social do trabalho e políticas (extorsivas) de produção de ciência e tecnologia) e privada (exigências polarizadas nas mulheres para suprir responsabilidades frutos do âmbito doméstico e da maternagem).

A construção democrática de sociedades mais justas e equânimes pode iniciar em pequenos, médios e grandes coletivos, em espaços como o ambiente universitário, em programas de pós-graduação que promovam oportunidades e possibilidades para mulheres, e principalmente mães, ocuparem e desenvolverem os seus estudos. Esse ambiente que estimula reflexão, construções e desconstruções e potencializa transformações também pode ser solidário, empático e acolhedor. Nesse sentido, as universidades precisam refletir sobre o que tem sido desenvolvido para apoiar e acolher as mães e as crianças nos seus ambientes, afinal é um direito social a garantia e a proteção à maternidade e à infância, conforme estabelece o artigo 6º da Constituição Federal.

Nas práxis cotidianas, as transformações ocorrem com a defesa de sociedades em que cada pessoa tenha consciência dos mais diversos privilégios que resultam em desigualdades e com processos reflexivos que possibilitem construções de realidades que respeitem as diversidades e valorizem cada potencialidade, independentemente de sexo, raça e das diversas expressões no cotidiano social. Lutar pela emancipação dos seres humanos implica superAÇÃO das interseccionalidades, gerando sociedades que não

tenham as divisões dicotômicas entre mulheres e homens, negros e brancos, pobres e ricos.

Pode parecer repetitivo, mas ainda é preciso suscitar reflexões sobre a invisibilidade do trabalho desenvolvido pelas mulheres no ambiente familiar, ainda mais quando envolve ações do maternar (aumenta o tempo feminino de dedicação). Na (re)significação da responsabilidade como sendo vigorosamente das mulheres, a corresponsabilização entre todos que compartilham o ambiente doméstico pode ser uma possibilidade equânime. Para além dela, pensando em políticas sociais, a licença-maternidade, que predomina na contemporaneidade brasileira, deve conquistar espaço nas agendas políticas, maximizando os debates para uma transformação em licença parental, estendendo o tempo dos pais com os filhos até após a consolidação da alimentação de sólidos.

A busca por leituras sobre os feminismos me aproximou de alguns caminhos metodológicos para pesquisas e intervenções com base na teoria da interseccionalidade, que “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p. 177). Considerei essa teoria muito próxima do compromisso ético-político que este trabalho se propôs a desenvolver, então fica uma possibilidade de metodologia para pesquisas futuras.

Considerando a complexidade da temática estudada, surgem possibilidades de novas pesquisas, por exemplo, compreender o maternar como um trabalho e como esse processo reverbera na construção de subjetividade das mulheres e dos homens, afinal, as atividades de cuidado não devem ser exclusividade do gênero feminino.

Sem a pretensão de esgotar a discussão, a leitura de todo este processo dissertativo instiga inumeráveis questionamentos, problematizações, reconhecimentos, reflexões, ressignificações e construções de relações sociais com o intuito de não reproduzir as verdades cristalizadas historicamente ou generalizações abusivas, pois os modos de subjetivação e de sujeição sofrem mutações no percurso da história.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil (2019, Março, 23). Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. *Correio Braziliense*.
<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/23/interna-brasil,744916/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil.shtml>
- Agência IBGE Notícia. (2019, Maio, 31). Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas.
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Feminismos plurais.
- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25(87), 335-351.
- Antunes R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes (2018). *O Privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, A. M. C. & Lombardi, M. R. (2013). Trabalho informal, gênero e raça no Brasil no início do projeto 21. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 452-477.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>
- Araújo, C.; Picanço, F.; Cano, I. & Veiga, A. (2018). Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil 2003-2016. In: C. Araújo, A. Gama, F. Picanço & I. Cano, *Gênero, família e trabalho no Brasil no século XXI: mudanças e permanências* (pp. 1-81). Rio de Janeiro: Gramma.
- Ariès, P. (1981). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LCT.
- Azerêdo, S. (1994). Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas, especial*, 203-216.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O amor materno*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- Ballestrin, M. L. de A. (2017). Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*, 25(3),

1035–1054. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

- Batalha, E. (2019). Palavra de pesquisadora: quatro cientistas revelam trajetórias de sucesso em um campo em que os homens ainda chegam mais longe. *Radis* 198, 14-23.
https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis198_web.pdf
- Bauer, M. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Bitencourt, S. M. (2013). *Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase do doutorado*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Borges, L. S. (2014). Feminismos teoria queer e psicologia social crítica: (Re)contando histórias... *Psicologia e Sociedade*, 26(2), 280-289. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822014000200005>
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brites, J. & Picanço, F. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, 19(31), 131-158.
- Bruschini, M. C. A. (1979). Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 28, 5-20.
- Bruschini, M. C. A. (1994). Trabalho feminino: trajetória de um tema perspectivas para o futuro. *Estudo feministas*, 1, 17-32.
- Bruschini, M. C. A. (1998). Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In L. Abramo & A. R. de P. Abreu (Orgs), *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana* (pp. 277-294). São Paulo, Rio de Janeiro: Alast. (Série II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho)
- Bruschini, M. C. A. (2006). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), 331-353.
<https://doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009>
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero nos Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 637-572.

- Bruschini, M. C. A. & Lombardi, M. R. (2002). Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu: desafios da equidade*, 17(18), 157-196.
- Bruschini, C. & Lombardi, M. R. (2003). Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In M. Maruani & H. Hirata, *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 323-356). São Paulo: SENAC.
- Bruschini, M. C. A., Ricoldi, A. M. & Mercado, C. M. (2008). Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In A. O. Costa, B. Sorj, C. Bruschini & H. Hirata (Orgs), *Mercado de Trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV.
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calado, J. N. & Olivio, M. C. (2015). Apontamentos sobre patriarcado e capitalismo. *I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos*, 1, 1-12.
- Carvalho, M. P. (1996). Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. *Revista Brasileira de Educação*, 2, 77-84.
- Coling, A. M. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In M. N. Strey, S. T. L. Cabeda & D. R. Peehn (Orgs), *Gênero e Cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Davis, A. (2016). *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2008). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Diniz, G. R. S. (1999). Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: Aspectos da realidade brasileira. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Entre a tradição e a transformação* (pp. 31-54). Rio de Janeiro: NAU.
- Donath, O. (2017). *Mães arrependidas: uma visão da maternidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Duarte, D. (2016). Narrar para conhecer os modos de ser-trabalhar-existir: o (difícil) cenário do trabalho contemporâneo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(2), 187-199. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i2p187-199>

- Fabbro, M. R. C. (2006). *Mulher e trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
Repositório da Unicamp.
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253283/1/Fabbro_MarciaReginaCangiani_D.pdf
- Falquet, J. (2008). Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, 13(1-2), 121-142.
- Falquet, J. (2016). Transformações neoliberais do trabalho das mulheres. Liberação ou novas formas de apropriação? In A. R. P. Abreu, H. Hirata & M. R. Lombardi (Orgs), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp. 37-46). São Paulo: Boitempo.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2005). Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. In: *Ditos e escritos II (2ª ed.)*. (pp. 30-33). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2015). *História da sexualidade: A vontade de saber*. (Vol. 1) Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra.
- Fougeyrollas-Schwebel, D. (2009). Trabalho doméstico. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier (Orgs), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 256-262). São Paulo: Editora Unesp.
- Forna, A. (1999). *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, M. F. Q. & Souza, J. (2018). Pensar a formação e a pesquisa na pós-graduação stricto sensu. *Educar em Revista*, 34(71), 9-18. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62549>
- Freitas, L. G. & Araújo, A. A. M. (2019) Trabalho, sofrimento e política: um olhar decolonial. In J. K. Monteiro, R. D. Moraes, L. G. Freitas, L. D. Ghizoni & E. P. Facas, *Trabalho que adoce: resistências teóricas e práticas* (pp. 29-43). Porto Alegre, RS: Editora Fi.
- Galiego, A. H. B. (2013). *O dispositivo intercessor como modo de produção do conhecimento: construção do saber na práxis de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].

Repositório da Unesp.

- Gil, A. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Girão, I. C. C. (2001). *Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Godoy, A. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20-29. doi: 10.1590/s0034-75901995000300004
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciência Sociais Hoje*, 1984.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf
- Gonzales, L. (2011). Por um feminismo afrolatinoamericano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmariano*, 1, 12-20.
- Guareschi, P. (2012). *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guareschi, P. (2014). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In B. B. Sawaia, *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 143-157). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, P. (2015). Relações comunitárias: relações de dominação. In R. H. F. Campos, *Psicologia Social Comunitária* (pp. 15-28). Rio de Janeiro: Vozes.
- Harvey, D. (2003). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- Heloani, R. (2003). Violência invisível. *GV EXECUTIVO*, 2(3), 57-61. doi: <http://dx.doi.org/10.12660/gvexec.v2n3.2003.34968>
- Heloani, R., & Piolli, E. (2005). A falácia da qualificação: dilemas do(des)empregados profissionais de nível superior. *Revista USP*, 0(64), 201.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i64p201-211>
- Hirata, H. (2002). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, 17-18, 139-156. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>
- Hirata, H. (2005). Globalização, trabalho e gênero. *Revista de Políticas Públicas*, 9(1), 111-128.
- Hirata, H. (2006). Entrevista: Helena Hirata. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(1), 199-204. doi: 10.1590/s1981-77462006000100013

- Hirata, H. (2007). Flexibilidade, trabalho e gênero. In H. Hirata & L. Segnini, *Organização, trabalho e gênero* (pp. 89-108). São Paulo: Editora Senac.
- Hirata, H. (2015). Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, 7.
- Hirata, H. (2016). O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In A. R. P. Abreu, H. Hirata & M. R. Lombardi (Orgs), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp. 193-202). São Paulo: Boitempo.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In M. Maruani & H. Hirata, *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 111-123). São Paulo: SENAC.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). *Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 585-609
- Hirata, H., & Zarifian, P. (2009). Trabalho (conceito de). In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré & D. Senotier (Orgs), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 251-256). São Paulo: Editora Unesp.
- Hooks, B. (1995). Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 454-478.
- Hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2012). *PME*. Brasília: IBGE. http://www.ibge.gov.br/home/estatística/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Res_2012.pdf
- Inep (2019). *Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2017*. Brasília: Inep. http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6725796
- Íñiguez-Rueda, L. (2003). La Psicología Social como Crítica: Continuismo, Estabilidad y Eferescencias Tres Décadas después de la “Crisis”. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 37(2), 221-238.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, 27, 13-34. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>
- Kergoat, D. (1989). Da divisão do trabalho entre os sexos. *Tempo Social*, 2(1), 88-96.
- Kergoat, D. (2016). O cuidado e a imbricações das relações sociais. In A. R. P. Abreu, H. Hirata & M. R. Lombardi (Orgs), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp. 17-26). São Paulo: Boitempo.

- Lane, S. T. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1999). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (2015). Histórico e fundamento da psicologia comunitária no Brasil. In: R. H. F Campos, *Psicologia Social Comunitária* (pp. 15-28). Rio de Janeiro: Vozes.
- Lane, S. T. M. & Codo, W. (1999). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lavinas, L.; Veiga, A. & Guerreiro, M. (2011). Estratégias femininas para conciliar trabalho remunerado e trabalho doméstico no século XXI. *Revista ABET*, 10(2), 56-79. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15600/8914>
- Lavinas, L., Barros, F. & Marinho, H. (2001). Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In Brasil. *Orçamento e Gestão*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C. & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. *Psicologia Política*, 9(18), 223-236.
- Louro, G. L. (2004). Mulheres na sala de aula. In M. Del Priore & C. Bassanezi (Orgs), *História das mulheres no Brasil* (pp. 464-504). São Paulo: Contexto.
- Mattos, P. L. C. L. (2008). Nós e os Índices - a Propósito da Pressão Institucional por Publicação. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 48(2), 144-149. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000200008>
- Martin, E. (2006). *A mulher no corpo: Uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 4(1), 221-236. <https://atheneadigital.net/article/viewFile/v14-n1-mayorga/1089-pdf-pt>
- Meulders, D. (2003). A flexibilidade na Europa. In M. Maruani & H. Hirata, *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 274-285). São Paulo: SENAC.

- Minayo, M., Deslandes, S., & Gomes, R. (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mitjavila, M. & Jesus, C. (2004). Globalização, modernidade e individualização social. *Revista Katálysis*, 7(1), 69-79. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>
- Monteiro, L. G. M. (2006). Objetividade X subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia, *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 23-44). São Paulo: Brasiliense.
- Moraes, M. L. Q. (2015). Cidadania no feminino. In J. Pinsky & C. B. Pinsky (Orgs), *História da cidadania* (pp. 495-515). São Paulo: Contexto.
- Morgado, R. (2004). Família(s): permanências e mudanças: Os lugares sociais de mulheres e homens. *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: A questão social no novo milênio*, Coimbra, Portugal.
- Moura, S. M. S. R. & Araújo, M. F. (2004). A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(1), 44-55. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>.
- Navasconi, P. V. P. (2018). *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGTTIs* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá].
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-154
- Núcleo Interseccional de Estudos em Maternidade (2019). *Propostas de políticas de apoio à maternidade nas universidades*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Nunes, T. S. & Tolfo, S. R. (2012). Políticas y prácticas de prevención y combate al acoso moral en una universidad brasileña. *Salud de los Trabajadores*, 20(1), 61-74. Recuperado en 18 de agosto de 2020, de http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-01382012000100006&lng=es&tlng=.
- Patrus, R., Dantas, D. C., & Shigaki, H. B. (2015). O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares? *Cadernos EBAPE.BR*, 13(1), 1–18. <https://doi.org/10.1590/1679-39518866>
- Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

- Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (2015). Mulheres: Igualdade e especificidade. In J. Pinsky & C. B. Pinsky (Orgs), *História da cidadania* (pp. 265-309). São Paulo: Contexto.
- Plan International Brasil. (2019). *Tirando o véu: Estudo sobre casamento infantil no Brasil*. São Paulo: Plan International Brasil.
- Rago, M. (2004). Trabalho feminino e sexualidade. In M. Del Priore & C. Bassanezi (Orgs), *História das mulheres no Brasil* (pp. 605-634). São Paulo: Contexto.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Rago, M. (2014). *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ribeiro, D. T. (2015). *Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo].
- Ribeiro, D. T. (2017). *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento.
- Rodrigues, C. (2012). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. *Anais: Fazendo Gênero 10º - desafios atuais dos feminismos*.
- Saegert, S. (1980). Masculine cities and feminine suburbs. *Signs*, 5(3), 96-111.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular.
- Sais, A. P., Zanella, A. V. & Zanella, R. M. V. (2007). Constituição brasileira, direitos humanos e ética: algumas considerações. *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC*, 1, 321-335.
- Santos, B. S. (1996). A queda do *Angelus Novus*: para além da equação moderna entre raízes e opções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- Santos, C. M. (2003). Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, 24(83), 627-641. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>
- Sawaia, B. B. (1998). A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. *Psicologia & Sociedade*, 10(2), 117-136.

- Sawaia, B. B. (2006a). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia, *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 45-53). São Paulo: Brasiliense.
- Sawaia, B. B. (2006b). Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia, *Novas Veredas da Psicologia Social* (pp. 157-168). São Paulo: Brasiliense.
- Sawaia, B. B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99-119). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Scavone, L. (1985). As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*, 54, 37-49.
- Scavone, L. (2001a). A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, 16, 137-150. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>
- Scavone, L. (2001b). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Revista Interfaces*, 5(8), 47-69. Botucatu, SP.
- Scavone, L. (2008). Estudos de gênero: Uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 173-186. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2008000100018>
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC.
- Schiebinger, L. (2008). Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15(Suppl.), 269-281. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500015>
- Segnini, L R. P. (1998). Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. *Cadernos Pagu*, 10, 147-168.
- Senkevics, A. S. & Polidoro, J. Z. (2012). Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade. *Revista da Biologia*, 9(1), 16-21. <https://doi.org/10.7594/revbio.09.01.04>
- Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In: Oliveira, D.A.; Duarte, A.M.C.; Vieira, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente* (pp. 22-25). Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.
- Silva, M. P. C. & Grubits, S. (2006). Reflexões éticas em pesquisas com populações indígenas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(1), 46-57. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000100005>

- Silva, C. T. & Bardagi, P. M. (2016). O aluno de pós-graduação stricto sensu no Brasil: revisão da literatura dos últimos 20 anos. *Revista Brasileira De Pós-Graduação*, 12(29). <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.853>
- Simões, F. & Hashimoto, F. (2012). Mulher, mercado de trabalho e as configurações do século XX. *Vozes dos Vales*, 2, 1-25. www.ufvjm.edu.br/vozes.
- Soares, A. (2016). Cuidados e confiança. In A. R. P. Abreu, H. Hirata & M. R. Lombardi (Orgs), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais* (pp. 213-222). São Paulo: Boitempo.
- Sorj, B. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43), 25-34. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200002>.
- Sorj, B. (2004). Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In S. de Oliveira, M. Recamán & G. Venturi, *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (pp.107-119). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sorj, B. (2013). Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 478-491. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>
- Sorj, B., Fontes, A. & Machado, D. C. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, 37(132), 573-594. <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0437132.pdf>
- Spindola, T. & Santos, R. S. (2003). Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 11(5), 593-600.
- Spink, M. J. (2000). A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS*, 31(1), 7-22.
- Spink, M. J. (2004). *Práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (3rd ed.). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J., Brigagão, J. I. M. & Nascimento, V. L. V. (2014). Psicólogos(as) no SUS: a convivência necessária com as políticas de saúde. In I. F. Oliveira & O. H. Yamamoto (Orgs), *Psicologia e políticas sociais: temas em debate* (pp. 47-73). Belém: Ed. UFPA.
- Strey, M. N. (2012). Gênero. In M. N. Strey (Org), *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes.

- Tedeschi, L. A. (2012). *As mulheres e a história: Uma introdução teórico-metodológica*. Dourados, MS: Editora UFGD.
- Tiburi, M. (2018). *Feminismos em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Triviños, A. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Vieira, J. A. (2005). A identidade da mulher na modernidade. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 21(3). ISSN 1678-460X.
<https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/37836/25561>
- Vieira, A. & Amaral, G. A. (2013). A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. *Saúde Soc.*, 22(2), 403-414.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Revista Temáticas*, 22(44), 203-220.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas ? papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psic.: Teor. e Pesq.*, 21(2), 181-186.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil* (Vol. 1). Brasília: Flacso Brasil.
http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- Walby, S. (2003). As figuras emblemáticas do emprego flexível. In M. Maruani & H. Hirata, *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 287-298). São Paulo: SENAC.
- Wilson, E. (1991). *The sphinx um the city: urban life, the control of disorder, end women*. Londres: Virago Press.
- Wodon, Q., P. Tavares, C. Male, and A. Loureiro. (2018). *Child Marriage, Girls' Education and the Law in Brazil: Ending Child Marriage Notes Series*. Washington, DC: The World Bank.
- Zanello, V. (2016). *Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia*. In V. Zanello & M. Porto (Org.), *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia* (p. 103-122). Brasília: Conselho Federal de Psicologia. <http://site.cfp.org.br/publicacoes/livros/page/2/>.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Audiografia

Tatit, D. & Wem. (2015). Nasceu mamãe, nasceu papai. Em *O gigante (Ao Vivo)* [CD].

São Paulo: Sony Music.

Carlos, E. (1981). Mulher. Em *Mulher (Sexo frágil)* [CD]. Rio de Janeiro: Polydor.

Lirinha. (2018). Pra cima deles passarinhos (Semente brilhante). Em *Viagem ao*

Coração do Sol [CD]. São Paulo: El Rocha e Fortaleza; Totem, Produção

Independente.

Santos, L. (1982). Tempos Modernos. Em *Tempos Modernos* [CD]. Rio de Janeiro:

WEA.

Strassacapa, J. (2016). Triste, louca ou má. Em *Soltasbruxas* [CD]. São Paulo: Zé Nigro

e Francisco, el hombre, Produção Independente.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Data: ___/___/___

Identificação:

Nome:		Contato:	
Município/UF:		Estado civil:	
Em que organização trabalha:			
Cargo ocupado:		Tempo de atividade:	
Instituição de ensino:			
Pós-graduação em:			
Ano de conclusão da pós-graduação:			
Ano em que foi mãe:		Nº de filhos:	

Que motivações teve para trilhar os caminhos de trabalhadora e pós-graduanda *stricto sensu*?

Como você se sentiu desenvolvendo seu trabalho, estudando/pesquisando, *maternando*, e ainda desenvolvendo atividades domésticas*?

* Mesmo que posso acontecer de a entrevistada ter alguma profissional, ou outra pessoa, que desenvolva os cuidados domésticos em algum momento, final de semana, feriado, ela teve que desenvolver atividades domésticas.

Houve um planejamento da gestação durante a realização da pós-graduação?

Como foi a recepção de sua gestação no Programa de Pós-graduação? E a relação como orientador (a)? E como foi no trabalho? E na família?

Encontrou dificuldade para conciliar as exigências impostas pelas demandas do trabalho acadêmico com as exigências da família? Comente.

Como você observou a relação, dinâmica mãe e filho, durante a realização da pós-graduação, conciliando a maternagem com o estudo e os trabalhos. Para mães que já passaram por outras gestações, foi diferente com outro (a) filho (a)?

Conciliar a maternidade, os trabalhos (tanto do doméstico, como fora do ambiente familiar) e os estudos ocasionou algumas reflexões sobre a divisão sexual das tarefas entendidas como sendo da mulher e do homem?

Você observou se houve alguma mudança na concepção das divisões de tarefas, e se houve algum enfrentamento realizado enquanto mulher junto ao seu companheiro (a).

Como você sente e entende a dinâmica da sociedade em relação a mulher? Há papéis instituídos para a mulher na sociedade, dentro de casa, dentro do trabalho, dentro da academia? E em qualquer outro espaço.

Houve algum momento em que aconteceu a revisão dos papéis, do trabalho feminino, ou melhor com o padrão de divisão sexual dos trabalhos. Aconteceu algum reposicionamento seu e do seu companheiro? Ou talvez, rearranjos, onde ele passou a assumir mais ações de cuidado com a casa e com os filhos?

Houve algum momento em que você se sentiu empoderada para ‘lutar’ por mudanças, nas jornadas de trabalhos, de estudo, de mãe, de esposa?

Já encerrada a pós-graduação, observa mudança no o seu olhar e no seu viver após a experiência em desenvolver sua quádrupla jornada: trabalho, estudo, lar e maternidade? Compartilhe um pouco de sua vivência.

O movimento feminista luta para defender o direito de a mulher ter direitos, para que tenhamos o direito de escolher, para que tenhamos liberdade, para que sejamos libertas de padrões, para que tenhamos igualdade. O que você pensa sobre isso?